

ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO DO PROT ALGARVE

1º RELATÓRIO ANUAL

INDICADORES:

Consumo de água por habitante
Densidade habitacional
Ocupação do solo para usos urbanos
Percentagem de restauro/reabilitação
Consumo de combustível automóvel por habitante
Percentagem de solo especialmente protegido
Taxa de esforço de acesso à habitação
Motivação da escolha do Algarve como destino turístico
Valorização do destino turístico do Algarve



CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE
ESPAÇO E ORGANIZAÇÕES

PREÂMBULO

O Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações (CIEO) apresentará um conjunto de relatórios anuais, dos quais este é o primeiro, onde se propõe desenvolver um modelo de acompanhamento regular e sistemático de execução do PROT Algarve. A sua missão fundamental é a de monitorizar e avaliar a implementação das medidas incluídas naquele Plano.

O modelo de monitorização terá como objectivo, e aspecto estruturante, o conceito integrador de desenvolvimento sustentável no sentido amplo, aliás, já desenvolvido na conceptualização de base do PROT.

A monitorização da implementação do PROT reveste-se de uma importância crucial para o Algarve, pois representa a garantia de mudança de paradigma de ocupação e utilização do solo na região. Advindo de um passado recente, o ordenamento do território apresenta fragilidades e limitações que urge corrigir.

Sendo o Algarve uma região onde o sector predominante é o turismo, é, conseqüentemente, uma região com características particulares no contexto nacional. Importa criar as condições para que o espaço potencie o desenvolvimento não só daquele mas, também, e fundamentalmente, dos demais sectores de actividade.

Acresce a esta intenção, a de pretender corrigir uma ocupação humana e das actividades económica quase exclusivamente localizada na orla costeira. O PROT Algarve deverá contribuir para um decréscimo dos níveis de abandono das zonas da serra, anteriormente mais povoadas e actualmente marcadas pela desertificação, devendo a sua monitorização acompanhar essa evolução.

O presente relatório constitui, neste enquadramento, o primeiro relatório anual de acompanhamento e monitorização de Indicadores do PROT Algarve, dando cumprimento ao estipulado no contrato público assinado entre a Universidade do Algarve, representada pelo Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações (CIEO) e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve (CCDR Algarve).

Neste relatório serão objecto de análise, pela primeira vez, nove indicadores referentes ao consumo de água por habitante (Indicador 1), à densidade habitacional (Indicador 2), às alterações na ocupação do solo para usos urbanos (Indicador 3), à percentagem de restauro/reabilitação (Indicador 4), ao consumo de combustível automóvel por habitante (Indicador 5), à percentagem de solo especialmente protegido (Indicador 6) e à taxa de esforço de acesso à habitação (Indicador 7), e, finalmente, à motivação da escolha do Algarve como destino turístico (Indicador 8) e à valorização do destino turístico do Algarve (Indicador 9).

Finalmente, apresentam-se duas pequenas notas: i) Este relatório complementa a análise apresentada no 1º relatório semestral de 2009, onde foram criados e analisados os Indicadores 8 e 9, num universo de turistas, visitantes do Algarve em 2008; ii) e, por falta de disponibilidade de informação, a análise relativa à qualidade da informação municipal disponibilizada na *internet* sobre os PMOT (Indicador 10) só será disponibilizada no 2º relatório anual deste acompanhamento e monitorização.

A EQUIPA

A equipa do projecto é constituída exclusivamente por membros integrados e associados do Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações:

Maria Teresa de Noronha

Economista e Professora de Economia Regional e da Inovação
Faculdade de Economia da Universidade do Algarve (Coordenadora).

Ana Paula Barreira

Economista e Professora de Política Económica e Finanças Locais
Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Pedro George

Arquitecto e Professor na
Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Eric Vaz

Mestre em Sistema de Informação Geográfica e Bolseiro de doutoramento da
Fundação para a Ciência e Tecnologia em Sistemas de Informação
Universidade Nova de Lisboa

Bolseiros do projecto:

Ana Lúcia Cruz

Mestrado em Geografia e Ordenamento do Território,
Universidade Clássica de Lisboa

Hêrnani do Carmo

Licenciatura em Economia, Universidade do Algarve

Marlene Martins

Licenciatura em Gestão de Empresas, Universidade do Algarve.

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| 1. BREVE INTRODUÇÃO SOBRE O ALGARVE..... | 15 |
| 2. METODOLOGIA..... | 18 |
| 2.1. METODOLOGIA PARA A CRIAÇÃO DOS INDICADORES BASE PARA A MONITORIZAÇÃO DO PROT ALGARVE: FICHAS METODOLÓGICAS..... | 18 |
| 2.2. NOTAS SOBRE OS INQUÉRITOS PARA A CRIAÇÃO DOS INDICADORES: MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA DO ALGARVE COMO DESTINO TURÍSTICO E VALORIZAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO DO ALGARVE..... | 43 |
| 2.3. UM MODELO DE LONGO PRAZO PARA A ANÁLISE DOS INDICADORES..... | 45 |
| 3. ANÁLISE DOS INDICADORES..... | 51 |
| 3.1. CONSUMO DE ÁGUA POR HABITANTE..... | 51 |
| 3.2. DENSIDADE HABITACIONAL..... | 52 |
| 3.3. OCUPAÇÃO DO SOLO PARA USOS URBANOS..... | 55 |
| 3.4. PERCENTAGEM DE RESTAURO/REABILITAÇÃO..... | 58 |
| 3.5. CONSUMO DE COMBUSTÍVEL AUTOMÓVEL POR HABITANTE..... | 67 |
| 3.6. PERCENTAGEM DE SOLO ESPECIALMENTE PROTEGIDO..... | 68 |
| 3.7. TAXA DE ESFORÇO DE ACESSO À HABITAÇÃO..... | 70 |
| 3.8. MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA DO ALGARVE COMO DESTINO TURÍSTICO..... | 71 |
| 3.9. VALORIZAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO DO ALGARVE..... | 77 |
| 3.10. SOBRE A FREQUÊNCIA DAS VISITAS E DURAÇÃO DA ESTADIA DOS TURISTAS NA REGIÃO..... | 93 |
| 4. CONCLUSÕES..... | 100 |
| 5. PROPOSTA DE TRABALHOS FUTUROS A DESENVOLVER..... | 107 |
| ANEXO 1..... | 111 |

Índice de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1: Dimensão da amostra e inquéritos concretizados, em 2008..... | 44 |
| Tabela 2: Variação dos territórios artificializados e parque habitacional | 54 |
| Tabela 3: Peso relativo do parque habitacional no Algarve e em Andaluzia..... | 54 |
| Tabela 4: Ocupação do solo para fins urbanos..... | 55 |
| Tabela 5: Território ocupado com o tecido urbano contínuo..... | 56 |
| Tabela 6: Território ocupado com o tecido urbano descontínuo..... | 57 |
| Tabela 7: Território ocupado com equipamentos desportivos e de lazer..... | 58 |
| Tabela 8: Edificações concluídas na região do Algarve, por município..... | 60 |
| Tabela 9: Taxa de Variação das edificações concluídas..... | 60 |
| Tabela 10: Alojamentos familiares por indivíduo residente..... | 63 |
| Tabela 11: Alojamentos familiares por indivíduo residente e turista..... | 63 |
| Tabela 12: Importância relativa dos edifícios em ampliação, alteração, reconstrução em cada município em relação ao total da região do Algarve..... | 65 |
| Tabela 13: Obras de ampliação, alteração e reconstrução em proporção do total edifícios concluídos em cada região ou município..... | 66 |
| Tabela 14: Consumo de combustível automóvel por habitante..... | 67 |
| Tabela 15: Consumo anual de gasolina sem chumbo..... | 68 |
| Tabela 16: Distribuição da motivação para a escolha do Algarve durante a época de Verão, por país de origem dos turistas..... | 72 |
| Tabela 17: Estatística da valorização dos atributos da região pelos turistas de Verão..... | 75 |
| Tabela 18: Estatística da valorização dos atributos da região pela globalidade dos turistas..... | 75 |
| Tabela 19: Representatividade da maior classificação (de 8 a 10) nos atributos da região, por país de origem dos turistas de Verão..... | 76 |
| Tabela 20: Representatividade da menor classificação (de 1 a 3) nos atributos da região, por país de origem dos turistas de Verão..... | 77 |
| Tabela 21: Estatística da apreciação sobre as variáveis relevantes da região, pelos turistas de Verão..... | 88 |
| Tabela 22: Estatística da apreciação sobre as variáveis relevantes da região, pela globalidade dos turistas | 89 |
| Tabela 23: Representatividade da maior classificação (de 8 a 10) na apreciação das variáveis relevantes da região, por país de origem dos turistas de Verão..... | 92 |
| Tabela 24: Representatividade da menor classificação (de 1 a 3) na apreciação das variáveis relevantes da região, por país de origem dos turistas de Verão..... | 92 |
| Tabela 25: Distribuição da referência, pelos turistas de Verão, a algumas das variáveis relevantes da região, por país de origem..... | 93 |
| Tabela 26: Diferenciação da valorização dos atributos (classificação entre 8 e 10) pelos turistas de Verão, em primeira visita e repetentes..... | 94 |
| Tabela 27: Apreciação da experiência da estadia na região, durante o Verão, por país de origem dos turistas..... | 97 |
| Tabela 28: Distribuição do factor de impacto por país de origem dos turistas de Verão..... | 99 |

Índice de Gráficos

| | |
|--|----|
| Gráfico 1: Consumo de água por habitante..... | 52 |
| Gráfico 2: Densidade habitacional..... | 53 |
| Gráfico 3: Edifícios Concluídos em Portugal Continental..... | 59 |
| Gráfico 4: Proporção de licenças concedidas em Andaluzia no total de licenças concedidas em Espanha | 59 |
| Gráfico 5: Distribuição, por município, das novas edificações construídas na região do Algarve..... | 62 |
| Gráfico 6: Repartição do parque habitacional do Algarve, por concelhos, em 2008..... | 64 |
| Gráfico 7: Percentagem de solo especialmente protegido na região do Algarve..... | 69 |
| Gráfico 8: Taxa de esforço de acesso à habitação..... | 70 |
| Gráfico 9: Prestação mensal e avaliação bancária da habitação..... | 71 |
| Gráfico 10: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem..... | 71 |
| Gráfico 11: Valorização média pelos turistas de Verão dos atributos da região..... | 74 |
| Gráfico 12: Distribuição da apreciação sobre o alojamento..... | 79 |
| Gráfico 13: Distribuição da apreciação sobre a paisagem..... | 80 |
| Gráfico 14: Distribuição da apreciação sobre o desenho urbanístico e monumentos..... | 80 |
| Gráfico 15: Distribuição da apreciação sobre o planeamento urbano e território..... | 81 |
| Gráfico 16: Distribuição da apreciação sobre limpeza urbana..... | 81 |
| Gráfico 17: Distribuição da apreciação sobre níveis de ruído..... | 82 |
| Gráfico 18: Distribuição da apreciação sobre o serviço de restauração..... | 83 |
| Gráfico 19: Distribuição da apreciação sobre a simpatia e o acolhimento dos residentes..... | 83 |
| Gráfico 20: Distribuição da apreciação sobre os parques naturais..... | 84 |
| Gráfico 21: Distribuição da apreciação sobre o entretenimento cultural..... | 84 |
| Gráfico 22: Distribuição da apreciação sobre as praias..... | 85 |
| Gráfico 23: Distribuição da apreciação sobre o serviço de saúde..... | 86 |
| Gráfico 24: Distribuição da apreciação sobre a segurança dos turistas..... | 86 |
| Gráfico 25: Distribuição da apreciação sobre a segurança rodoviária..... | 86 |
| Gráfico 26: Distribuição da apreciação sobre os serviços de transporte urbano..... | 87 |
| Gráfico 27: Distribuição da apreciação sobre os serviços de táxi..... | 87 |
| Gráfico 28: Distribuição da apreciação sobre o valor do dinheiro..... | 88 |
| Gráfico 29: Apreciação média, pelos turistas de Verão, das variáveis relevantes da região..... | 90 |
| Gráfico 30: Distribuição da duração média da estadia dos turistas de Verão..... | 94 |
| Gráfico 31: Distribuição do número de vezes que os turistas de Verão procuraram a região..... | 94 |
| Gráfico 32: Distribuição da avaliação sobre o gosto de ter estado na região durante os meses de Verão..... | 95 |
| Gráfico 33: Distribuição da avaliação do ajustamento às expectativas durante os meses de Verão..... | 95 |
| Gráfico 34: Distribuição da intenção de repetir a experiência turística pelos turistas de Verão..... | 96 |
| Gráfico 35: Distribuição da intenção de recomendar a experiência turística pelos turistas de Verão..... | 96 |
| Gráfico 36: Distribuição das razões que mais atraíram os turistas de Verão ao Algarve..... | 98 |
| Gráfico 37: Impacto da região junto dos turistas inquiridos durante os meses de Verão..... | 98 |

Índice de Gráficos - Anexo 1

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1: Água distribuída pela rede pública em Portugal Continental..... | 111 |
| Gráfico 2: Água distribuída pela rede pública em Espanha..... | 111 |
| Gráfico 3: Distribuição da área urbana de Portugal Continental..... | 111 |
| Gráfico 4: Distribuição do parque habitacional de Portugal Continental..... | 112 |
| Gráfico 5: Repartição dos territórios artificializados, em 2006..... | 112 |
| Gráfico 6: Percentagem de solo classificado como RAN, na região do Algarve..... | 113 |
| Gráfico 7: Percentagem de solo classificado como REN, na região do Algarve..... | 113 |
| Gráfico 8: Percentagem de solo classificado como Rede Natura, na região do Algarve..... | 114 |
| Gráfico 9: Distribuição dos inquiridos segundo o género..... | 114 |
| Gráfico 10: Distribuição dos inquiridos segundo a idade..... | 115 |
| Gráfico 11: Distribuição dos inquiridos segundo o estado civil..... | 115 |
| Gráfico 12: Distribuição dos inquiridos segundo as habilitações académicas..... | 115 |
| Gráfico 13: Distribuição dos inquiridos segundo a situação profissional..... | 116 |
| Gráfico 14: Distribuição dos inquiridos segundo o país de origem..... | 116 |
| Gráfico 15: Distribuição dos inquiridos segundo o principal motivo para a escolha do Algarve..... | 116 |
| Gráfico 16: Distribuição da valorização dos atributos natureza e paisagem..... | 117 |
| Gráfico 17: Distribuição da valorização dos atributos sol e praia..... | 117 |
| Gráfico 18: Distribuição da valorização do atributo gastronomia..... | 118 |
| Gráfico 19: Distribuição da valorização dos atributos cidades e monumentos..... | 118 |
| Gráfico 20: Distribuição da valorização dos atributos amigos e familiares..... | 119 |
| Gráfico 21: Distribuição da valorização dos atributos acontecimentos e prática desportiva..... | 119 |
| Gráfico 22: Distribuição da valorização dos atributos saúde e tratamento de beleza..... | 120 |
| Gráfico 23: Distribuição dos inquiridos segundo o género..... | 120 |
| Gráfico 24: Distribuição dos inquiridos segundo a idade..... | 121 |
| Gráfico 25: Distribuição dos inquiridos segundo o estado civil..... | 121 |
| Gráfico 26: Distribuição dos inquiridos segundo as habilitações académicas..... | 121 |
| Gráfico 27: Distribuição dos inquiridos segundo o país de origem..... | 122 |

GLOSSÁRIO

Acessibilidade: Possibilidade de aceder a um lugar, ou conjunto de lugares. Constitui um importante factor na estruturação do espaço, na ponderação da localização das actividades, e na valorização da propriedade fundiária.

Agricultura intensiva: Sistema de produção agrícola que faz uso intensivo dos meios de produção, na qual se produzem grandes quantidades de um único tipo de produto. Requer grande uso de combustível e insumos, e pode acarretar alto impacto ambiental, pois não é utilizada a rotação de terra (desmate, queimada, plantio, esgotamento de solo, abandono e reinício do processo em outra área). Grande produtividade e utilização de máquinas.

Amostragem aleatória: Amostra aleatória é aquela em que os elementos são seleccionados segundo uma lei ao acaso.

Amostragem estratificada: A amostragem estratificada usa informação à priori para dividir a população alvo em subgrupos internamente homogéneos. Cada subgrupo (estrato) é então amostrado por amostragem aleatória simples. Os estratos podem ser definidos com base em factores tão diversos como topografia, fronteiras políticas, estradas, rios, características humanas, dependendo do contexto do problema, e tendo em atenção a variabilidade daqueles factores em termos temporais ou espaciais.

Biodiversidade: Variabilidade entre os organismos vivos de todas as origens, incluindo, inter alia, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte. Compreende a diversidade dentro de cada espécie, entre as espécies e dos ecossistemas.

Clima: Compreende um padrão dos diversos elementos atmosféricos que ocorrem na atmosfera da Terra. Os elementos climáticos mais relevantes que devem ser considerados nos estudos de ordenamento incluem: temperatura, precipitação, humidade relativa do ar, vento, insolação, radiação, nebulosidade, entre outros.

Desenvolvimento Sustentável: Desenvolvimento e/ou progresso económico, social e político, que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.

Economias de aglomeração: A noção de “economias de aglomeração” designa os ganhos de eficiência de que beneficiam as actividades produtivas em situação de proximidade geográfica e que seriam inexistentes se as actividades tivessem localizações isoladas.

Ecossistema: Unidade funcional básica, que inclui quer organismos (comunidades bióticas) como ambiente abiótico, cada um deles influenciando as propriedades do outro, sendo ambos necessários para a conservação da vida tal como existe na Terra.

Empresa: Entidade jurídica (pessoa singular e colectiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias actividades, num ou vários locais.

Equipamentos de utilização colectiva: Edificações onde se localizam actividades destinadas à prestação de serviços de interesse público imprescindíveis à qualidade de vida das populações.

Estabelecimento de comércio a retalho: Local em que se exerce a actividade de comércio a retalho, entendida como a actividade exercida por toda a pessoa física ou colectiva que, a título habitual e profissional, compra mercadorias em seu próprio nome e por sua própria conta e as revende directamente ao consumidor final.

Estabelecimento de comércio por grosso: Local em que se exerce a actividade de comércio por grosso, entendida como a actividade exercida por toda a pessoa física ou colectiva que, a título habitual e profissional, compra mercadorias em seu próprio nome e por sua própria conta e as revende, quer a outros comerciantes, grossistas ou retalhistas, quer a transformadores, quer ainda a utilizadores profissionais ou grandes utilizadores.

Fogo: Sinónimo de alojamento familiar clássico. É o lugar distinto e independente constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que considerando a maneira como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado se destina a servir a habitação, normalmente, apenas de uma família ou agregado doméstico privado.

Governança: Consiste no exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo. Precisando melhor, é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e económicos de um país, visando o seu desenvolvimento, implicando ainda, a capacidade dos governos de planear, formular e implementar políticas e cumprir funções. A Governança refere-se a “padrões de articulação e cooperação entre actores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transacções dentro e através das fronteiras do sistema económico, incluindo, não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também, redes sociais informais (famílias, gerentes), hierarquias e associações de diversos tipos.

Indicador: Conceito abrangente que engloba as disposições, quantitativas e qualitativas, de uso, ocupação e transformação do território a aplicar ou respeitar numa área ou superfície de intervenção ou de referência.

Inovação Tecnológica: Transformação de uma ideia num produto vendável (novo ou melhorado), num processo operacional (na indústria ou no comércio) ou num novo método de serviço social. Cobre todas as medidas de natureza científica, técnica, comercial ou financeira necessárias para assegurar o êxito do desenvolvimento e da comercialização de produtos manufacturados, novos ou melhorados, ou para permitir a utilização comercial de processos e de materiais, novos ou melhorados, para introduzir um novo método de serviço social. Exclui-se deste conceito a inovação de natureza estética, bem como a simples imitação ou os melhoramentos de pormenor.

Instrumentos de Gestão Territorial: São instrumentos de gestão territorial que têm por objectivo a concretização da política de ordenamento do território e urbanismo, garantindo a interacção coordenada dos diversos âmbitos (nacional, regional e municipal) e que de acordo com as funções diferenciadas que desempenham, integram: os instrumentos de desenvolvimento territorial de natureza estratégica; os instrumentos de planeamento territorial, de natureza regulamentar; os instrumentos de política sectorial e os instrumentos de natureza especial.

NUTS: Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos. Define três níveis, I, II, III. O nível I é constituído por três unidades, correspondentes aos territórios do continente e a cada uma das regiões autónomas dos Açores e da Madeira; o nível II é constituído por sete unidades, correspondentes, no continente a Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, e ainda aos dos territórios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; o nível III é constituído por trinta unidades, das quais vinte e oito no continente e duas correspondentes às

Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Ordenamento do território: Resultado da implementação espacial coordenada das políticas económica, social, cultural e ecológica da sociedade. O ordenamento do território é simultaneamente uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto. Deve articular múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais e, dentro destes, garantir a articulação e coordenação horizontal e vertical dos vários sectores e níveis da administração com competências no território. Deve também, ter em atenção a especificidade dos territórios, as diversidades das suas condições sócio-económicas, ambientais, dos seus mercados conciliando todos os factores intervenientes da forma mais racional e harmoniosa possível.

Participação pública: O direito que assiste aos cidadãos, bem como às associações representativas dos interesses económicos, sociais, culturais e ambientais, de participar nas tomadas de decisão.

Património: Conceito vasto que inclui o ambiente natural bem como o ambiente cultural. Abrange as paisagens, os sítios históricos, os conjuntos construídos, assim como a biodiversidade, os grupos de objectos diversos (coleções), as tradições passadas e presentes e os conhecimentos e experiências de vida. Regista e expressa largos processos de evolução histórica, constituindo a essência de diversas identidades nacionais, regionais, locais, indígenas e é parte integrante da vida moderna. O património de cada local ou comunidade é insubstituível e fundamental para o desenvolvimento futuro.

Policentrismo: As versões correntes de policentrismo baseiam-se na ideia de que a organização do território assenta nas cidades e de que estas são os “nós” com os quais se formará uma rede interurbana, devendo as políticas territoriais promover essa integração reticular. Nesta óptica, é a distância, mais do que a proximidade, que surge como variável a gerir, procurando reduzi-la a difíceis complementaridades capazes de, só por si, valorizarem a diversidade territorial.

Protecção da biodiversidade e da paisagem: Domínio de ambiente que compreende as actividades relativas à protecção dos ecossistemas e do “habitat”, essenciais ao bem-estar da fauna e da flora, a protecção das paisagens pelo seu valor estético, assim como, a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Incluem-se igualmente, as actividades de protecção e gestão visando a conservação das espécies ameaçadas da fauna e flora, assim como, as actividades de protecção e gestão da floresta, actividades visando introduzir espécies da fauna e flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção, remodelação de paisagens afectadas, para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético.

Reabilitação Urbana: Processo de transformação do espaço urbano, compreendendo a execução de obras de conservação, recuperação e reabilitação de edifícios e de espaços urbanos, com o objectivo de melhorar as suas condições de uso de habitabilidade, conservando porém o seu carácter fundamental.

Recursos hídricos: Os recursos hídricos são as águas superficiais ou subterrâneas disponíveis para qualquer tipo de uso de região ou bacia.

Reserva Agrícola Nacional (RAN): Conjunto das áreas que, em virtude das suas características morfológicas, climatéricas e sociais, maiores potencialidades apresentam para a produção de bens agrícolas. Constitui uma servidão que visa defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola e garantir a sua afectação à agricultura, de forma a contribuir para o pleno desenvolvimento da agricultura portuguesa e para o correcto ordenamento do território.

Reserva Ecológica Nacional (REN): Constitui uma estrutura biofísica básica e diversificada que,

através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a protecção dos ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas.

Ruído: som sem interesse ou desagradável para o auditor.

Território artificializado foi considerado no presente relatório equivalente a área urbana e trata-se de uma das classes do Corine Land Cover. Esta classe inclui diversas subclasses: 1) Tecido urbano contínuo; 2) Tecido urbano descontínuo; 3) Indústria, comércio e equipamentos gerais; 4) Redes viárias e ferroviárias e espaços associados; 5) Zonas portuárias; 6) Aeroportos; 7) Áreas de extracção mineira; 8) Áreas de deposição de resíduos; 9) Áreas em construção; 10) Espaços verdes urbanos e 11) Equipamentos desportivos e de lazer.

Para informação mais detalhada sobre os conteúdos de cada subclasse aconselha-se a consulta dos seguintes documentos:

- CLC2006 technical guidelines, European Environment Agency - Technical report No 17/2007; disponível em: http://www.igeo.pt/gdr/pdf/CLC2006_technical_guidelines.pdf

- CORINE Land Cover nomenclature illustrated guide - addendum 2006; Büttner, G., G. Feranec e G. Jaffrain, 2006; disponível em: http://www.igeo.pt/gdr/pdf/CLC2006_nomenclature_addendum.pdf

- CORINE LAND COVER 2000 E 2006 – EVOLUÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS; Mário Caetano, Vasco Nunes e Antonio Nunes; Instituto Geográfico Português – Rua Artilharia Um 107, 1099-052 Lisboa, Portugal; disponível em: http://www.igeo.pt/gdr/pdf/Caetano_2009_CNCG.pdf

- Nomenclatura CORINE Land Cover: versão portuguesa comentada; Versão portuguesa e comentários: Fernanda Néry; Versão original: Bossard, M; Feranec, J.; Otahel, J. (2000).

- CORINE land cover technical guide – Addendum 2000. Technical Report No. 40. European Environmental Agency. Copenhagen; disponível em: http://www.igeo.pt/instituto/cegig/got/3_Docs/Files/Nery_2007_NomenclaturaCorineLandCoverComentada.pdf

- CORINE land cover technical guide – Addendum 2000; Prepared by: M. Bossard, J. Feranec and J. Otahel, May 2000; European Environment Agency; disponível em: http://www.igeo.pt/instituto/cegig/gdr/index.php?princ=PROJECTOS/CLC2006&sessao=m_projectos

Mais informação em: http://www.igeo.pt/instituto/cegig/gdr/index.php?princ=PROJECTOS/CLC2006&sessao=m_projectos

Turismo: Actividades praticadas pelos indivíduos durante as suas viagens e permanências em lugares situados fora do seu ambiente habitual, por um período contínuo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros.

Turista: Visitante que permanece pelo menos uma noite num alojamento colectivo ou particular no lugar visitado.

Unidade de execução: Área a sujeitar a intervenção urbanística com identificação de todos os prédios abrangidos. Ou seja, a delimitação de unidades de execução consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área a sujeitar a intervenção.

Valor Acrescentado Bruto: Valor bruto da produção deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo.

1. BREVE INTRODUÇÃO SOBRE O ALGARVE

O Algarve, distrito cuja superfície é de, aproximadamente, 5 mil km², é constituído por 16 municípios e 84 freguesias. A sua localização privilegia uma situação de interacção climática entre o Mediterrâneo e o Atlântico que determina a existência de um ecossistema complementar ao da região da Andaluzia e único no sul da Europa. A proximidade histórica e cultural daquela província Espanhola oferece também uma vantagem sócio-cultural dual e transfronteiriça.

Dado o clima ameno e a beleza natural, o Algarve tem uma apetência turística indiscutível, já iniciada nos princípios do séc. XX. Estes dois factores combinam-se distintamente no pequeno território, uma vez que há diferenças nas condições morfológicas e climatéricas do litoral para o interior. As três zonas resultantes oferecem condições de vida às populações que se traduzem em formas assimétricas de desenvolvimento socioeconómico:

- A Serra, que ocupa 50% do território, é caracterizada por solos de fraca utilidade agrícola e tende para a desertificação ecológica e humana;
- O Barrocal, uma área intermédia que ocupa 25% do território, é caracterizado por solos argilosos irrigados que foram ocupados por actividades agrícolas de cultura sucessivamente mais intensiva até há poucas décadas.
- O Litoral, estreito e alongado sobre a costa, concentra a maior parte dos principais centros urbanos e da actividade económica regional. Sobre ele recai a actividade turística que desencadeou forte pressões sobre o tecido urbano e peri-urbano, com um impacto nefasto sobre o ordenamento do território.

Para uma mais clara percepção do Algarve, e ainda em termos de condicionalismos naturais, é necessário enumerar as suas condições hidrográficas que são determinadas pela existência de duas bacias principais, algumas albufeiras e águas subterrâneas:

- A bacia hidrográfica das ribeiras do Algarve que irriga os concelhos de Albufeira, Aljezur, Faro, Lagoa, Lagos, Monchique, Olhão, Portimão, Silves e Vila do Bispo;
- A bacia hidrográfica do rio Guadiana que abrange completamente o concelho de Alcoutim. Os restantes concelhos de Castro Marim, Loulé, S. Brás de Alportel, Tavira

e Vila Real de Santo António usufruem de ambas as bacias hidrográficas;

- O sistema hidrográfico regional é ainda constituído algumas albufeiras (Bravura, Funcho, Silves, Odeleite, Beliche)
- As águas subterrâneas são constituídas por 17 sistemas aquíferos principais, 16 instalados em rochas carbonatadas e um em areias de duna, dispondo de recursos médios renováveis que se estimam ser da ordem dos 157 a 202 hm³/ano. Este sistema tem abastecido populações e infra-estruturas turísticas, bem como irrigado culturas de regadio, especialmente culturas de citrinos.

Nas últimas décadas, o Algarve beneficiou de uma significativa transformação estrutural pautada por um elevado crescimento económico, particularmente, em pontos de elevada concentração turística. Entre 2004 e 2008, a região apresentou, um acréscimo populacional de 4,5%, e tem hoje cerca de 430 mil habitantes (INE, 2009).

No período 2004-2008 o crescimento populacional deveu-se, simultaneamente, a um saldo natural positivo e a um saldo migratório igualmente positivo. Visto que a rede urbana está fortemente localizada no litoral, este expressivo aumento populacional acentuou o processo de desequilíbrio funcional do território (75% dos residentes residem em 20% do território do litoral).

Em termos de resultados dos indicadores macroeconómicos, no decénio 1998 a 2008, o Algarve apresentou uma variação real do PIB positiva e superior à média nacional – tendência que foi diminuindo entre 1999 e 2004, dada a conjuntura internacional desfavorável. Com uma estrutura económica assente no pilar do turismo – o sector representa 45% do PIB regional ou 66%, se considerarmos as actividades por ele induzidas (WTTC, 2003) – as oscilações do crescimento regional estão fortemente associadas aos momentos de expansão e retracção internacional. Em 2008, por exemplo, e novamente como resultado da conjuntura, o decréscimo do PIB regional atingiu -0,8%.

O valor do PIB regional anteriormente referido foi acompanhado por uma estrutura do VAB regional assente no “Alojamento e restauração”, nas “Actividades imobiliárias, alugueres e serviços às empresas” e no “Comércio por grosso e retalho e reparação de veículos automóveis”. Em 2008, tais sectores representavam conjuntamente quase a mesma importância relativa (46,9%) que em 1995 (46,8%) – ou seja, não é possível referir que estes sectores se tenham robustecido no contexto da base económica regional, não crescendo o valor por eles criado relativamente à média de todos os sectores. A observação detalhada indica que houve uma diminuição da participação do sector “Alojamento e restauração” no VAB regional, compensada pelo crescimento do “Comércio por grosso e a retalho” e pelas “Actividades imobiliárias e afins”. Esta alteração pode explicar-se pela abertura de grandes superfícies comerciais e pelo próprio aumento populacional.

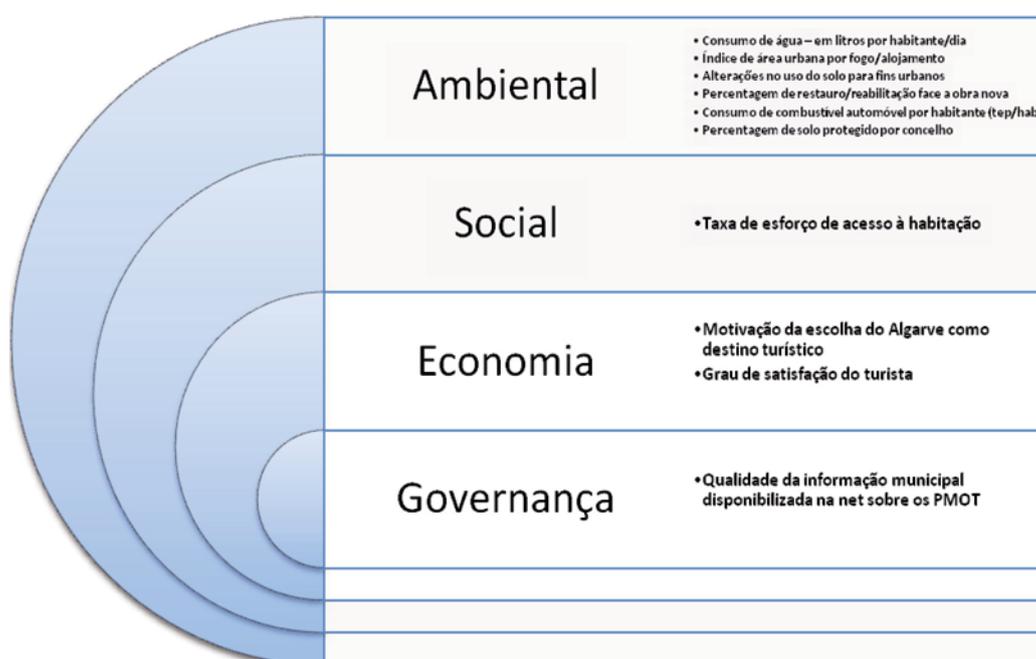
Em termos de emprego, só os sectores do alojamento e restauração, da construção e do comércio ocupam 31% da população activa sendo a indústria transformadora apenas responsável por empregar 4,8% dos activos; o sector agro-florestal e a pesca ocupam, respectivamente, 4,7% e 1,6%. (2008, CCDR Algarve). Seguindo uma tendência clara de especialização nos serviços, é possível constatar que, em 2007, 40% do total das empresas se constituíram na actividade imobiliária e na construção, seguindo-se a constituição de 21,8% das novas empresas no comércio e reparação de veículos automóveis. O alojamento e a restauração formaram 10% e a indústria transformadora e o sector das pescas apenas totalizaram 2,9% e 1,1% das novas empresas, respectivamente.

O valor deficitário apresentado pela balança comercial da região é de 51% – significativamente inferior ao da média nacional que é de 62% (INE, 2008). São as importações de bens industriais, produtos alimentares e bebidas e de combustíveis e lubrificantes que mais pesam na balança comercial. Os produtos alimentares e bebidas são ainda os mais exportados da região.

2. METODOLOGIA

2.1. METODOLOGIA PARA A CRIAÇÃO DOS INDICADORES BASE PARA A MONITORIZAÇÃO DO PROT ALGARVE: FICHAS METODOLÓGICAS

Os indicadores foram seleccionados tendo em conta uma abrangência aos níveis das áreas Ambiental, Social da Economia e da Governança.



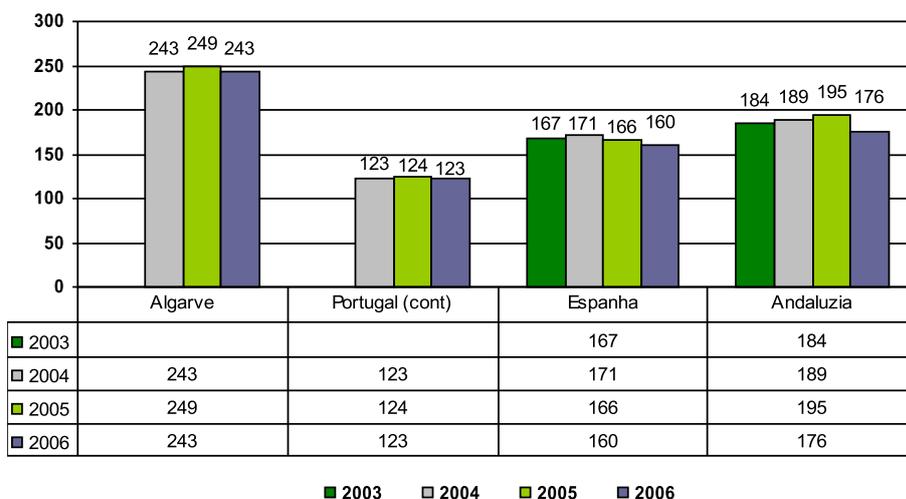
A metodologia relativa à obtenção dos indicadores utilizados neste estudo está consubstanciada nas fichas metodológicas que se apresentam no presente capítulo, tendo as mesmas sido desenvolvidas pela Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

Chama-se a atenção de que, decorrente de alterações na tecnologia associada ao Corine Land Cover utilizado na construção de alguns dos indicadores seguidamente apresentados, os dados recolhidos podem não ser directamente comparáveis. Alguns dos dados estatísticos apresentados podem ter natureza provisória ou resultar de estimativas, pelo que com a publicação dos dados definitivos podem vir a registar alterações em futuros relatórios.

| FICHA METODOLÓGICA | | INDICADOR Nº1 |
|---------------------------|---|-------------------------------|
| Designação | ambiental | Consumo de água por habitante |
| Definição | O indicador avalia o consumo médio diário de água por habitante, tendo por base o volume de água distribuído pela rede pública no sector doméstico. | |
| Objectivos | Proteger os recursos hídricos através de uma gestão equilibrada e eficiente dos espaços urbanos, agrícolas e florestais. A gestão destes espaços passa, necessariamente, pela satisfação da oferta de áreas urbanas programadas de acordo com as necessidades das diferentes actividades humanas e devidamente infra-estruturadas. Numa perspectiva integrada de ordenamento do território e de gestão dos recursos hídricos em geral, será fundamental a estabilização da estrutura do povoamento e a contenção das formas de povoamento dispersas, que deverão ser objecto de medidas de ordenamento do território específicas para áreas para-urbanas. (Plano Nacional da Água). | |
| Meta | Reduzir a média regional do consumo doméstico de recursos hídricos para 200 litros/hab/dia até 2015 | |
| Enquadramento Estratégico | Gerir os recursos hídricos de forma mais racional. Integrar a reflexão sobre a economia da água potável na concepção dos projectos e fomentar a reutilização. | |
| ENDS | Terceiro objectivo: Melhor o Ambiente e Valorização do Património. Este objectivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a protecção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, por forma a que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído. | |
| PNPOT | Objectivo estratégico 1 Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos. | |
| PROT Algarve | 1 — Sustentabilidade Ambiental que traduz preocupações de protecção e valorização de recursos naturais e da biodiversidade. | |
| Questões-Chave | | |
| Fundamentação | Uma política de protecção da água e uma boa gestão dos recursos hídricos, englobando as águas de superfície e as águas subterrâneas, requer uma estreita articulação com as políticas de ordenamento do território com vista à sua gestão integrada. A protecção dos recursos hídricos implica uma gestão equilibrada e eficiente dos espaços agrícolas e florestais que ocupam, respectivamente, 47% e 43% do território de Portugal Continental, o que no total, corresponde a 90% da sua superfície. (PLANO NACIONAL DA ÁGUA). | |

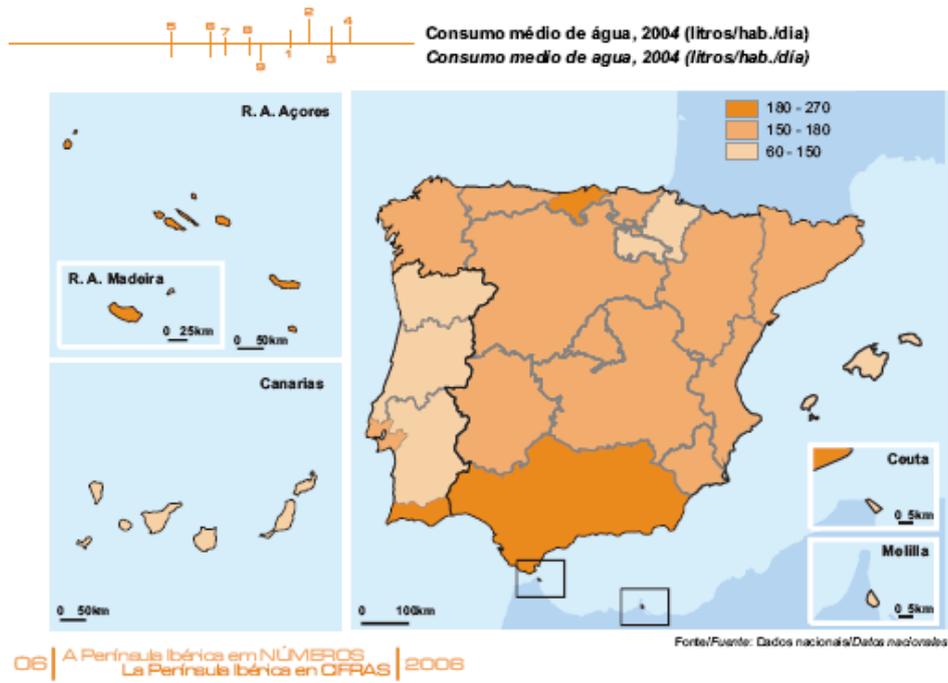
| | |
|---|--|
| Fórmula de cálculo | (litros de água distribuída pela rede pública no sector doméstico / população residente) /365 dias Notas: • As estimativas da população espanhola são calculadas para 1 Janeiro e 1 Julho de cada ano. Utilizaram-se dados de 1 de Janeiro como referência para população a 31 Dez do ano anterior • Existe actualmente um desfasamento de 3 anos em relação à publicação dos dados relativos à “água distribuída pela rede pública” |
| Unidades de medida | Litros/habitante/dia |
| Frequência de medição | Anual |
| Unidade territorial | NUTS I e II de Portugal (Espanha e Andaluzia sempre que possível) |
| Forma de registo | Representação gráfico e tabela |
| Método e fontes para a recolha de dados | INE Portugal: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR VFF) e estimativas da população residente: dados disponibilizados nas Estatísticas do Ambiente, Anuário Estatístico de Portugal, Anuários Estatísticos das regiões INE Espanha: Encuesta sobre el suministro y saneamiento del agua e Estimaciones de la Población Actual de España : dados disponibilizados no site |
| Entidade responsável | CCDR Algarve |
| Exemplos de aplicação similares | Valência, Catalunha, Almeria, Múrcia. |

Ilustração 1: Consumo de água para uso doméstico (litros/habitante/dia)



Fonte: INE – Anuário estatístico da região Algarve e INE - Encuestas del agua 2005, 2006

Ilustração 2:



| FICHA METODOLÓGICA | | INDICADOR Nº 2 |
|---------------------------|---|------------------------|
| Designação | ambiental | Densidade habitacional |
| Definição | A densidade habitacional estabelece a relação entre o número de fogos dos alojamentos familiares clássicos e a “área urbana”, sendo esta correspondente à classe “territórios artificializados” do Corine Land Cover. Os territórios artificializados incluem várias sub-classes ou tipologias de utilização do solo (<i>ver notas metodológicas do indicador 3</i>) | |
| Objectivos | Reduzir o uso de solo para fins urbanos, por ser um recurso não renovável. | |
| Meta | Compactar os espaços urbanos para que apresentem uma densidade bruta média igual ou superior a 20 fogos/ha, no ano 2015. | |
| Enquadramento Estratégico | Promover a urbanização programada, em continuidade com os espaços urbanos consolidados, de forma a assegurar a sua adequada infra-estruturação e dotação em equipamentos colectivos. Reutilizar e restaurar/reabilitar as estruturas edificadas existentes e obsoletas atribuindo novos usos. | |
| ENDS | Terceiro objectivo: Melhor o Ambiente e Valorizar o Património. Este objectivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a protecção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, por forma a que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído. | |
| PNPOT | Objectivo estratégico nº 1 Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos. | |
| PROT Algarve | 3 — <i>Estruturação Urbana</i> , através da qual se orienta o sistema urbano na perspectiva de uma melhor articulação com os espaços rurais, do reforço da competitividade territorial e da projecção internacional da Região. | |
| Questões-Chave | A expansão urbana é sustentável? Os espaços urbanizáveis propostos pelos planos maximizam o uso das infra-estruturas existentes e minimizam a necessidade de novas infra-estruturas? | |
| Fundamentação | As medidas minimizadoras dos impactes da actividade humana consistem, entre outras, no controlo sobre o uso e transformação do solo e justificam-se por um conjunto variado de factores, nomeadamente: Económico, porque não é aceitável o desaparecimento das actividades agro-florestais nem a gestão municipal sem eficiência; Social, porque não é aceitável a segregação social em função das disponibilidades financeiras das famílias; Ambiental, porque a manutenção duma paisagem ordenada e cuidada é necessária para o equilíbrio humano, implicando prudência na gestão dos recursos naturais, nomeadamente do solo, da água, dos resíduos, da qualidade do ar, do consumo de energia, eliminação do ruído, etc. | |

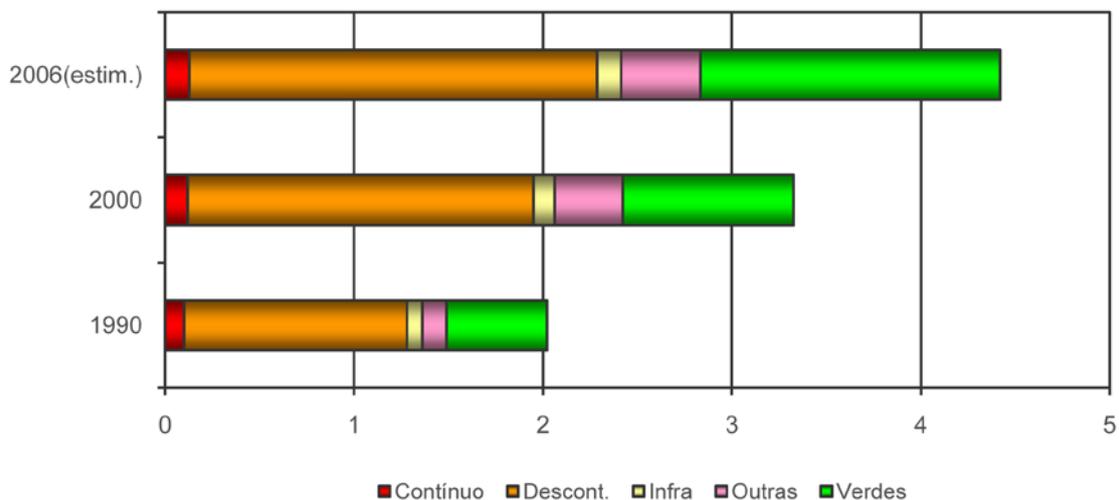
| | |
|---|---|
| Formula de cálculo | <p>Número de fogos em alojamentos familiares clássicos / ha de territórios artificializados</p> <p>Notas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A “área urbana” corresponde à classe “territórios artificializados” do CLC (ver notas metodológicas do indicador 3) • O projecto Corinne Land Cover só disponibiliza dados para os anos de 1990, 2000 e 2006. Assim, foi efectuada estimativa da área dos territórios artificializados para os restantes anos, nomeadamente para o período 2001 a 2005 e para 2007 e anos posteriores. Para tal, com base no acréscimo (ha) registado entre o ano 2000 e o ano 2006, calculou-se o crescimento médio anual (ha). O valor obtido foi depois adicionado ao valor de 2000 e assim sucessivamente. • No cálculo da densidade habitacional em 1991 foi utilizado nº de fogos de 1991 (Censos) e área urbana de 1990 (CLC); no cálculo da densidade de 2001 utilizou-se nº de fogos 2001 (Censos) e área urbana de 2000 (CLC) |
| Unidades de medida | Número de fogos por hectare |
| Frequência de medição | Decenal com estimativa anual. |
| Unidade territorial: | NUTS I e II de Portugal, excepto RA Madeira e RA Açores (Espanha e Andaluzia sempre que possível) |
| Forma de registo (representação) | Gráfica e quantitativa |
| Método e fontes para a recolha de dados | <p>Programa Corine Land Cover</p> <p>INE Portugal: Recenseamento da População e Habitação, Estatísticas da Construção e da Habitação</p> <p>INE Espanha: Censos de Población y Viviendas</p> |
| Entidade responsável | CCDR Algarve |
| Exemplos de aplicação similares | Canárias e Reino Unido. |

| FICHA METODOLÓGICA | | INDICADOR Nº3 |
|--------------------|---|---|
| Designação | ambiental | Alterações do uso do solo para fins urbanos |
| Definição | Este indicador reflecte a evolução das ocupações do solo em Portugal, nas regiões portuguesas (excepto RA da Madeira e dos Açores), na Andaluzia e em Espanha, em função dos dados dos projectos Corine Land Cover (CLC) de 1990, 2000 e 2006. Apenas se especificam as alterações ocorridas na classe “territórios artificializados” do CLC que, em termos conceptuais, se equipara a “área urbana”. | |
| Objectivos | A taxa de urbanização continua a aumentar mas as densidades são relativamente baixas consumindo demasiados recursos naturais e não considerando os limiares que justifiquem e rentabilizem determinados equipamentos e serviços. | |
| Meta | Colmatar e consolidar a totalidade dos espaços urbanos existentes de forma que os espaços urbanos contínuos representem 0,2% no ano 2015. Tornar os aglomerados urbanos mais compactos, através de um processo de consolidação e edificação dos espaços urbanizados. | |
| Estratégia | Impõe-se que as necessidades de espaço para os novos residentes e actividades seja satisfeita através da densificação e reutilização dos espaços urbanos e estruturas já existentes, em detrimento de processos de expansão urbana que acarretam pressões sobre os espaços rústicos e a paisagem que terão de ser minimizados, tanto mais que a forma de crescimento recente da cidade apresenta-se fragmentada e difusa, revelando ausência de programação na gestão urbanística e intervenção no mercado de solos e habitação. | |
| ENDS | Terceiro objectivo: Melhor Ambiente e Valorização do Património. Este objectivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a protecção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, por forma a que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído. | |
| PNPOT | Objectivo estratégico nº 3 Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais. | |
| PROT Algarve | 3 — <i>Estruturação Urbana</i> , através da qual se orienta o sistema urbano na perspectiva de uma melhor articulação com os espaços rurais, do reforço da competitividade territorial e da projecção internacional da Região | |
| Questões-chave | Como evoluem e quais são as configurações dos espaços urbanos? Contínuos ou descontínuos? | |
| Fundamentação | Segundo a Comissão Europeia ¹ , a expansão urbana sustentável deverá ser concentrada no interior ou na continuidade das actuais cidades ou subúrbios que estejam, ou possam vir a estar, bem servidos de transportes públicos e, preferencialmente, deverão ter uma proximidade de habitação e emprego que permita deslocações pedonais. Simultaneamente, deverá contribuir para uma elevada qualidade estética, construtiva e ambiental, respeitando o espírito do lugar, isto é, um lugar com espírito positivo e distinto, com densidade equilibrada, bem mantido, sem barreiras arquitectónicas e com equipamentos e espaços verdes bem dimensionados para todos, incluindo crianças e idosos, com usos mistos e edifícios duráveis, multiusos e adaptáveis. A expansão urbana deverá contribuir para suportar uma economia próspera geradora de empregos e negócios com um eficiente uso de recursos actuais e futuros (energia, solo, água), protecção dos riscos naturais e biodiversidade, qualidade do ar, ruído, qualidade da água, e tendo em consideração as necessidades das gerações futuras. | |

| | |
|--|--|
| <p>Fórmula de cálculo</p> | <p>Proporção de territórios artificializados face ao total do território: $\frac{\text{territórios artificializados (ha)}}{\text{território total (ha)}} * 100$</p> <p>taxa de variação: $\frac{(\text{territórios artificializados (ha) no ano } n - \text{territórios artificializados (ha) no ano } n-1)}{(\text{territórios artificializados (ha) no ano } n-1)} * 100$</p> <p>Notas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • No presente contexto área urbana ou território artificializado são sinónimos • Os territórios artificializados correspondem a uma das classes de nível 1 definidas pelo projecto Corine Land Cover (CLC) 2006. Integra as seguintes sub-classes ou classes de nível 2: <ul style="list-style-type: none"> – Tecido urbano contínuo – Tecido urbano descontínuo – Indústria, comércio. e equipamentos gerais – Redes viárias e ferroviárias e espaços associados – Zonas portuárias – Aeroportos – Áreas de extracção mineira – Áreas de deposição de resíduos – Áreas em construção – Espaços verdes urbanos – Equipamentos desportivos e de lazer <p>Algumas destas sub-classes têm expressão nula no Algarve. Lista das classes de nível 3 em: http://www.igeo.pt/gdr/pdf/CLC2006_nomenclature_pt.pdf</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segundo documento “CLC 2000 e 2006 – “Evolução das especificações técnicas”, “a versão actual do projecto tem, no entanto, algumas diferenças em relação ao projecto anterior, nomeadamente tornando-se mais ambicioso em termos das especificações da Unidade Mínima Cartográfica com que são identificadas as áreas de alteração”. <p>Assim, entende-se que os dados disponibilizados pelo CLC devem ser avaliados com alguma cautela, nomeadamente quando se trata de comparar os resultados dos diferentes períodos. Uma primeira análise de alguns dos valores disponibilizados, assim o aconselha.</p> <p>Como exemplo refira-se que,, no Algarve, entre 2000 e 2006, se constata a diminuição (-43ha ou 7,8%, face a 2000) da área de tecido urbano contínuo, contrariando a lógica e a ideia sobre as transformações ocorridas no território. Tal situação decorrerá de alterações metodológicas/técnicas do projecto CLC.</p> <p>Para mais informação sobre metodologia CLC 90 e 2000 consultar: http://www.igeo.pt/instituto/cegig/got/15_LandUseLandCover/CLC_PT.html</p> |
| <p>Unidades de medida</p> | <p>hectares, percentagem</p> |
| <p>Frequência de medição</p> | <p>Quinquenal, baseada nos dados do CLC</p> |
| <p>Unidade territorial:</p> | <p>NUTS I e II de Portugal, excepto RA Madeira e RA Açores (Espanha e Andaluzia sempre que possível)</p> |
| <p>Forma de registo</p> | <p>Representação gráfica e tabela</p> |
| <p>Método e fontes para a recolha de dados</p> | <p>Projecto CLC ; INE Portugal e INE Espanha (área territorial)</p> |
| <p>Entidade responsável</p> | <p>CCDR Algarve</p> |
| <p>Exemplos de aplicação similares</p> | <p>Reino Unido, Holanda, Canárias, Canadá,</p> |

Ilustração 3: Alterações do uso do solo urbano (em percentagem)

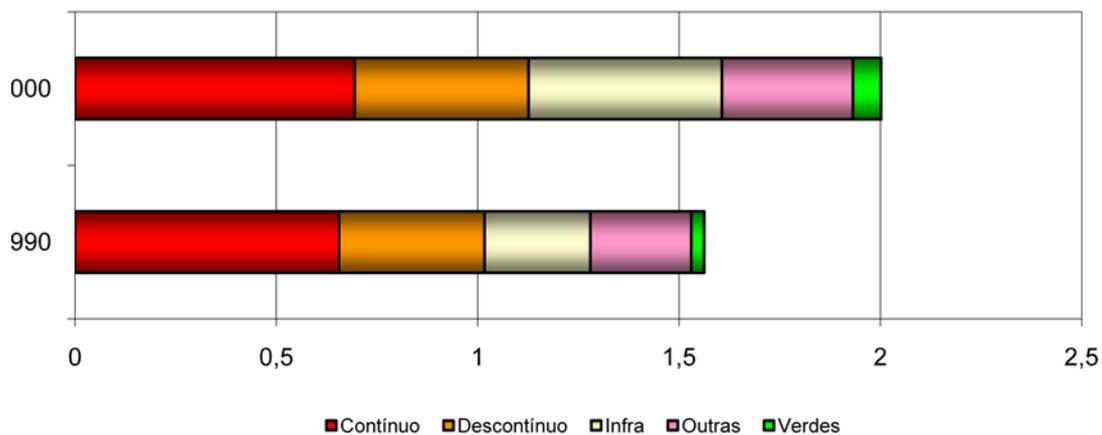
ALGARVE (gráfico a alterar posteriormente, com valores definitivos de 2006 e estimativa para 2010)



Fonte: Corine Land Cover e CCDR Algarve

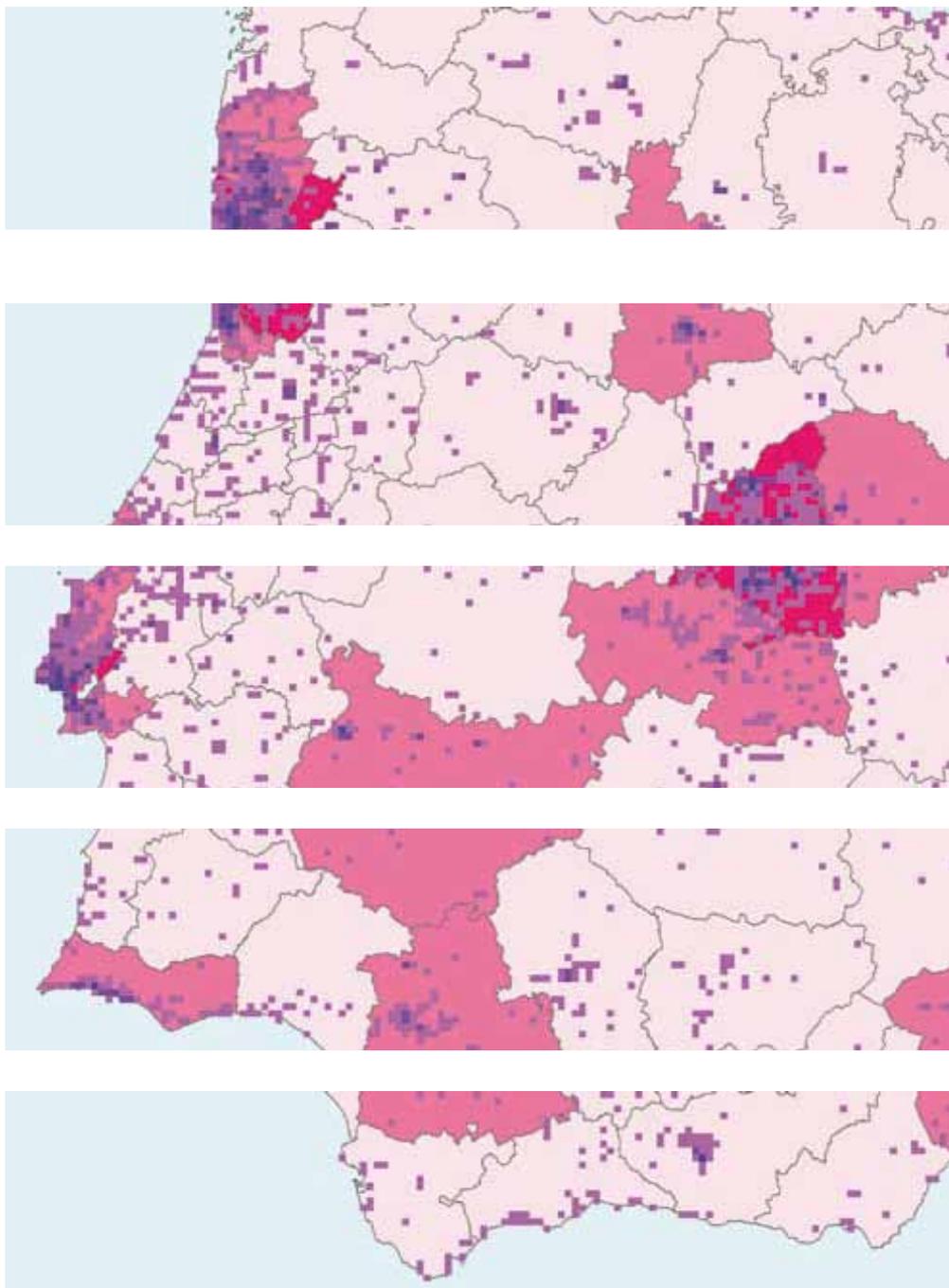
Ilustração 4: ANDALUZIA - Alterações do uso do solo urbano (em percentagem)

ANDALUZIA



Fonte: Cambio de ocupación del suelo en España: implicaciones para la sostenibilidad. Principales resultados a nivel nacional y por Comunidades Autónomas

Ilustração 5: Comparação regional da intensidade da expansão urbana



Note: Map showing values for urban residential sprawl 1990–2000 (LCF2) computed according to a regional breakdown based on administrative units (NUTS 3) and an accounting grid at 1 km x 1 km resolution for southern Portugal and southwest Spain.

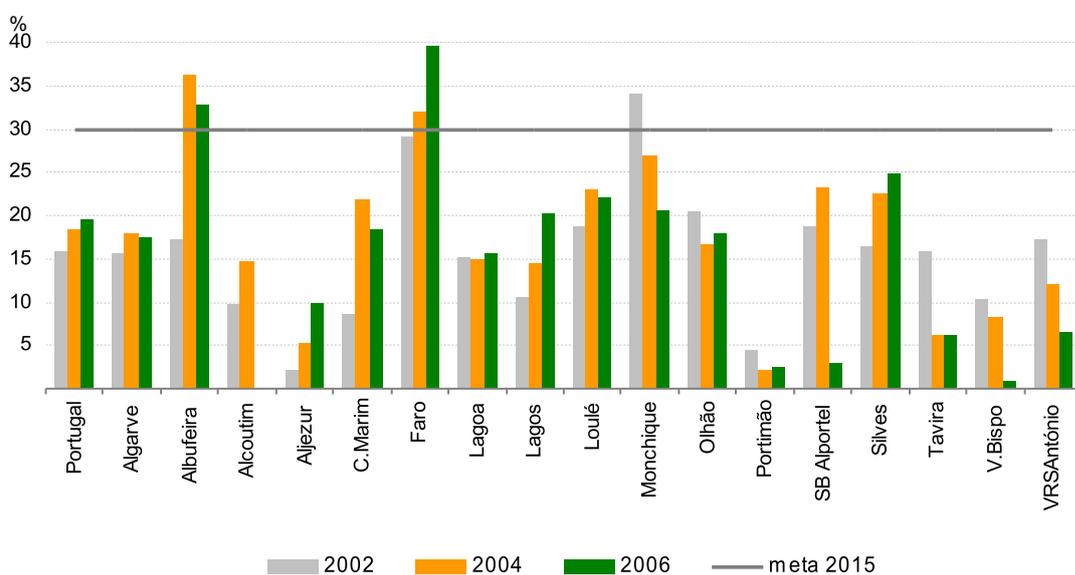
Only those cells of the accounting grid that show urban residential sprawl are shown. The legend indicating the extent of residential urban sprawl in each unit is common to the two ways of mapping the land cover flow.

Fonte: Land accounts for Europe 1990–2000

| FICHA METODOLÓGICA | | INDICADOR Nº 4 |
|--------------------|--|--------------------------------------|
| Designação | ambiente | Percentagem de restauro/reabilitação |
| Definição | O indicador avalia a importância das obras de reabilitação no total das obras de edificação concluídas. O conceito “reabilitação” aqui utilizado inclui as vertentes ampliação, alteração e reconstrução. | |
| Objectivos | <ol style="list-style-type: none"> 1. Protecção, salvaguarda, valorização e fruição do património cultural histórico-arqueológico e arquitectónico como factor de desenvolvimento, reconhecendo o seu valor como elemento de originalidade, diferenciação e afirmação de identidade e memória da Região; 2. Definir uma política regional de salvaguarda, conservação, restauro, recuperação, valorização e divulgação de monumentos, sítios arqueológicos e conjuntos urbanos e equipamentos. | |
| Meta | Atingir uma média regional de 30% de restauro/reabilitação no ano 2015. | |
| Estratégia | Promover o restauro/reabilitação dos edifícios de modo a salvaguardar o património cultural e a identidade do Algarve. | |
| ENDS | Terceiro objectivo: Melhor Ambiente e Valorização do Património. Este objectivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a protecção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, por forma a que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído. | |
| PNPOT | Objectivo estratégico nº 1 Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos. | |
| PROT Algarve | <i>5 — Salvaguarda e Valorização do Património Cultural Histórico-Arqueológico</i> , que traduz o reconhecimento do potencial de aproveitamento deste recurso territorial. | |
| Questões-Chave | Qual a percentagem de edifícios existentes com data de construção anterior a 1945? Quantos foram demolidos na última década? Os edifícios existentes são reabilitados? | |
| Fundamentação | O património arquitectónico constitui uma expressão insubstituível da riqueza e da diversidade do património cultural da região do Algarve, um testemunho inestimável do nosso passado e um bem comum a todos os que aqui residem e nos visitam. Contribui ainda para o carácter e imagem da região. Todavia assiste-se à sua destruição a tal ponto que, em 2001, apenas 18% dos edifícios tinha data de construção anterior a 1945. | |

| | |
|---|--|
| Fórmula de cálculo | Obras de reabilitação concluídas / obras de edificação concluídas x 100 Notas: •Definiu-se que a “reabilitação” inclui as obras de ampliação, remodelação e reconstrução •As obras de edificação concluídas resultam do somatório da obras de alteração, ampliação, construção nova e reconstrução. |
| Unidades de medida | Número, percentagem |
| Frequência de medição | Anual |
| Unidade territorial | NUTS I e II de Portugal, concelhos do Algarve (Espanha e Andaluzia sempre que possível) |
| Forma de registo (representação) | Tabela e representação gráfica |
| Método e fontes para a recolha de dados | INE Portugal: Anuário Estatístico de Portugal, Anuário Estatístico do Algarve, Estatísticas da construção e habitação |
| Exemplos de aplicação similares | Évora, Guimarães, Sevilha, Córdova, Mérida, Salamanca, etc. |
| Palavras-chave | Património Arquitectónico, restauro, reabilitação, carácter, espírito de lugar |

Ilustração 6: Proporção de obras de reabilitação concluídas

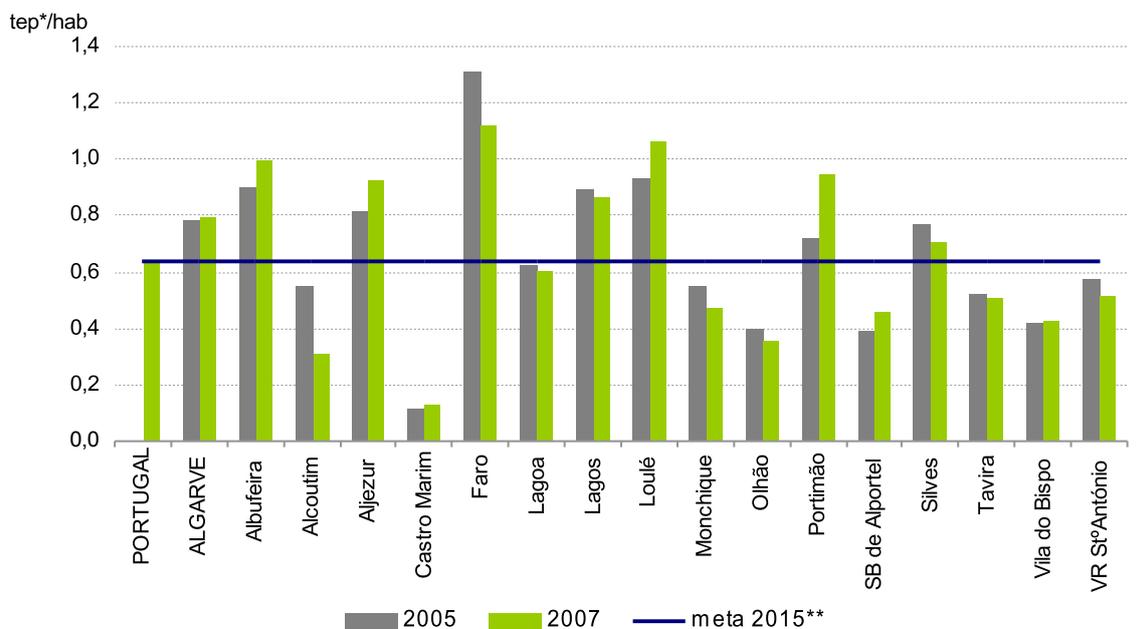


Fonte: INE, Estatísticas das obras concluídas; INE, Estatísticas da construção e habitação; INE, Anuários Estatístico de Portugal; INE, Anuário Estatístico do Algarve

| FICHA METODOLÓGICA | | INDICADOR Nº 5 |
|--------------------|--|--|
| Designação | ambiental | Consumo de combustível automóvel por habitante |
| Definição | Avalia-se o consumo energético <i>per capita</i> derivado das vendas de combustível para veículos automóveis. Considera-se combustível automóvel o gás auto ou GPL, a gasolina (aditivada, sem chumbo95, sem chumbo 98) e o gasóleo rodoviário. O volume de combustível comercializado foi transposto para tep ou tonelada equivalente de petróleo, “unidade de energia definida como o calor libertado na combustão de uma tonelada de petróleo cru”. | |
| Objectivo | Contribuir para a luta contra as alterações climáticas gerindo a energia de forma mais racional. Limitar a pressão sobre os recursos naturais e reduzir a poluição. | |
| Meta | Até 2015 reduzir o Consumo de combustível automóvel por habitante por habitante para o valor médio nacional. | |
| Estratégia | Promover o debate e a reflexão sobre a necessidade de economizar a energia sensibilizando os cidadãos para alterarem os comportamentos individuais e utilizarem meios de transporte colectivos amigos do ambiente, a implementar pela Administração Pública. | |
| ENDS | Terceiro objectivo: Melhor Ambiente e Valorização do Património. Este objectivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a protecção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, por forma a que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. | |
| PNPOT | Objectivo estratégico 1 Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos | |
| PROT Algarve | 1 — Sustentabilidade Ambiental, que traduz preocupações de protecção e valorização de recursos naturais e da biodiversidade | |
| Questões-chave | Os espaços urbanizáveis propostos minimizam a dependência do automóvel e promove outras formas de transporte? | |
| Fundamentação | Os principais problemas causados pela “explosão” dos transportes motorizados estão identificados há muito. Sabe-se que a poluição atmosférica e sonora, os elevados consumos de energia e uma incorrecta planificação urbanística são permanentemente identificados quando se fala neste sector da nossa sociedade. Durante as últimas décadas, a expansão urbana provocou uma modificação na organização das cidades que se traduziu numa especialização funcional dos espaços urbanos (terciário no centro da cidade e habitação na periferia e no espaço rural). Esta separação física entre as zonas implicou a construção de vias de ligação e o incremento do tráfego rodoviário. A crença na adaptação da cidade ao automóvel não previu o congestionamento das vias que jamais foram pensadas para o automóvel. Este invadiu o espaço público, fazendo impor a lei do mais forte sobre o mais fraco, descaracterizou o ambiente urbano e provocou poluição visual e sonora. | |

| | |
|---|---|
| Fórmula de cálculo | tep de combustível automóvel vendido / número de residentes Notas: • Os dados originais referentes ao volume de venda de cada um dos tipos de combustível automóvel são apresentados em tonelada.. A conversão para tep foi efectuada a partir dos valores publicados na Portaria 228/1990 de 27 de Março, na alínea b), c) e d) do artº 13º, conforme indicação de técnico da Agência Regional de Energia do Algarve (AREAL): b) Gases de petróleo liquefeitos 1,14 tep/t c) Gasolina 1,073 tep/t d) Carborreactores, petróleo, gasóleo 1,045 tep/t |
| Unidades de medida | Tonelada equivalente de petróleo (tep) por habitante |
| Frequência de medição | Anual |
| Unidade territorial | NUTS I, Algarve e concelhos do Algarve |
| Forma de registo | Gráfica |
| Método e fontes para a recolha de dados | INE, Anuário Estatístico da Região do Algarve; INE, |
| Exemplos de aplicação similares | Holanda, Reino Unido, França |
| Palavras-chave | Consumo de energia, alterações climáticas |

Ilustração 7: Consumo de combustível automóvel por habitante



tonelada equivalente de petróleo

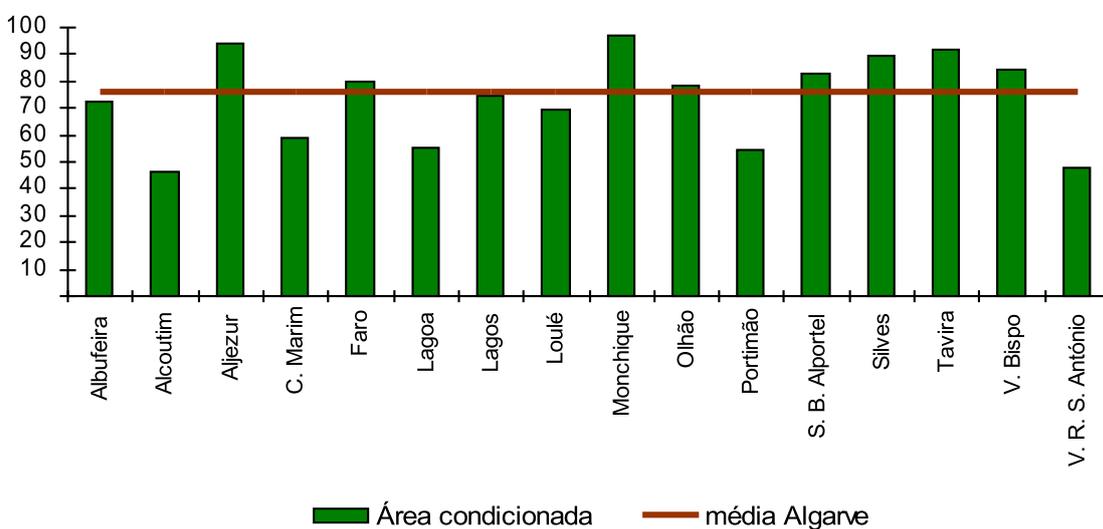
** meta 2015 = valor médio nacional de 2007

Fonte: INE, Anuários Estatístico da Região do Algarve

| FICHA METODOLÓGICA | | INDICADOR Nº 6 |
|--------------------|---|---|
| Designação | ambiental | Percentagem de solo especialmente protegido |
| Definição | O indicador traduz a proporção de solo especialmente protegido (Reserva Agrícola Nacional - RAN, Reserva Ecológica Nacional - REN, Rede Natura e Áreas Protegidas) face ao total do território considerado (regional ou concelhio). | |
| Objectivos | Através do sistema ambiental pretende-se garantir a estrutura e função dos sistemas naturais, promover a conservação da natureza e da biodiversidade, assegurando a articulação recíproca com as actividades sócio-económicas, recuperar a qualidade da paisagem e garantir a disponibilidade de recursos para o desenvolvimento. Neste sentido o modelo territorial incorpora como elementos fundamentais do sistema ambiental a Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental, a Estrutura Hidrográfica Fundamental e a salvaguarda dos recursos hídricos, estabelecendo normas orientadoras para estas áreas. | |
| Meta | | |
| Estratégia | As orientações estratégicas relativamente ao ambiente visam a consolidação de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável, que considere a conservação da natureza e da biodiversidade como factor de oportunidade no desenvolvimento das actividades sócio-económicas. | |
| ENDS | Terceiro objectivo: Melhor o Ambiente e Valorizar o Património. Este objectivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a protecção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, por forma a que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído. | |
| PNPOT | Objectivo estratégico 1 Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos. | |
| PROT Algarve | 1 — Sustentabilidade Ambiental, que traduz preocupações de protecção e valorização de recursos naturais e da biodiversidade. | |
| Questões-chave | Os habitats naturais, a reserva agrícola e a reserva ecológica são preservados? | |
| Fundamentação | A expansão e dispersão das áreas urbanas e urbanizáveis para as zonas rurais tem levado à redução dos espaços agrícolas e florestais ou de regeneração natural. Os recursos naturais são a base para os sistemas de vida (humanos) e proporcionam solo, energia, água e possibilidade de realização para todos os tipos de actividade humana. Em áreas urbanas em rápido crescimento a preservação do ambiente é crescentemente dificultado pelas exigências conflituosas da indústria, da habitação, do comércio, da agricultura, das estruturas de propriedade fundiária e da necessidade de espaços abertos ² . Nas zonas rurais, práticas insustentáveis como a exploração intensiva agrícola e a invasão de florestas e áreas ecologicamente frágeis como consequência de interesses comerciais, têm como resultado a degradação ambiental. | |

| | |
|---|---|
| Fórmula de cálculo | $\text{solo especialmente protegido (ha)} / \text{total do território (ha)} \times 100$ <p>Notas : Aconselhável análise da situação sobre diferentes perspectivas, por exemplo, de modo a compreender dinâmicas associadas ao “estatuto de protecção”, avaliação da utilização do solo classificado numa categoria para fim diferente da mesma, etc</p> |
| Unidades de medida | Hectares, percentagem |
| Frequência de medição | Anual |
| Unidade territorial | Algarve e concelhos do Algarve |
| Forma de registo | Representação gráfica |
| Método e fontes para a recolha de dados | CAOP, SIG CCDR Algarve e Comissão da Reserva Agrícola |
| Entidade responsável | CCDR Algarve |
| Exemplos de aplicação similares | Reino Unido, Holanda, França, Espanha, Andaluzia |
| Palavras-chave | Uso do solo, biodiversidade, paisagem |

Ilustração 8: Percentagem de solo especialmente protegido



Fonte: CCDR Algarve

| FICHA METODOLÓGICA | | INDICADOR Nº 7 |
|--------------------|---|---------------------------------------|
| Designação | social | Taxa de esforço de acesso à habitação |
| Definição | A taxa de esforço de acesso à habitação, através de empréstimo bancário, estabelece a relação (em percentagem) entre um duodécimo do rendimento anual bruto do agregado familiar e a prestação mensal de crédito. | |
| Objectivos | <p>Mesmo conhecendo a dificuldade em acompanhar sistemas complexos e em constante mudança como as dinâmicas habitacionais é impossível decidir ajustadamente sem um sistema de acompanhamento e de monitorização que analise o sistema de acção, a execução e o impacte das medidas e co-produzir com os actores locais uma visão e uma estratégia para as políticas de habitação, reconhecendo a diversidade municipal e inter-municipal e a acumulação de experiência autárquica em termos de planeamento e execução de políticas públicas contextualizadas.</p> <p>Acrescente-se que o conhecimento e a reflexão sobre esta informação permite aumentar a reflexividade dos vários actores sociais e ir gerando culturas organizacionais e solidariedades muito úteis para a concretização das políticas de habitação.</p> | |
| Meta | Garantir o direito constitucional a uma habitação condigna e compatível com os rendimentos familiares através da diminuição da taxa de esforço das famílias no pagamento dos encargos para valores que não ultrapassem os 30% do rendimento bruto do agregado familiar, em 2015. | |
| Estratégia | <p>Promover a construção a custos controlados e o arrendamento social em conformidade com a Lei de solos (Decreto-Lei n.º 794/76 de 05-11-1976) <i>Artigo 6.º</i></p> <p><i>1. Na execução de qualquer plano de expansão, desenvolvimento ou renovação urbanas, ou de novos aglomerados, serão sempre fixados os números os pertencentes dos fogos a construir, sujeitos a fixação ou controle dos valores das rendas ou dos preços de venda, além dos destinados a habitação social.</i></p> | |
| ENDS | Quarto objectivo: Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social. Este objectivo estratégico visa a garantia da satisfação das necessidades básicas na área da saúde, educação, formação, cultura, justiça e segurança social, de modo a favorecer a qualidade de vida num quadro de coesão, inclusão, equidade e justiça social, bem como de sustentabilidade dos sistemas públicos de protecção social. | |
| PNPOT | Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social. | |
| PROT Algarve | O solo, enquanto recurso territorial, bem de consumo e factor de produção, e os direitos e obrigações dos agentes que sobre ele actuam, requerem um quadro de referência para a respectiva gestão, integrado no processo de planeamento e gestão municipais, numa abordagem contínua e resultante de uma atitude estratégica. Nesta atitude, há que conciliar vias para a gestão eficiente de um recurso escasso com preocupações de ordem social. | |
| Questões-chave | <p>Que qualidade de vida tem a população?</p> <p><i>“A gestão urbanística e o desenho urbano promovem a integração e a coesão social? O facto da região ser especializada em actividades como a hotelaria, a restauração, o comércio a retalho e a construção, influencia negativamente o rendimento per capita, dado que estes sectores permanecem, tradicionalmente, associados a baixos níveis de qualificação do emprego e, assim, das próprias empresas.”</i> (Competitividade territorial e a coesão económica e social – Volume 3 – região do Algarve, pág. 29)</p> | |

| | |
|---|--|
| Fundamentação | O acesso à habitação segura e saudável é essencial para o bem-estar físico, psicológico, social e económico das pessoas, devendo ser parte fundamental das actividades de gestão urbanística. O direito a habitação adequada enquanto direito humano fundamental está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais e na nossa Constituição. Apesar do incremento havido na construção de novos fogos, na última década, sabe-se que as camadas mais desfavorecidas não dispõem de habitações seguras e saudáveis e que, caso não se tomem as medidas adequadas, jamais as obterão. |
| Fórmula de cálculo | <p>Valor da prestação bancária mensal para compra de habitação própria permanente / ganho médio mensal bruto de um casal * 100</p> <p>Notas:</p> <ul style="list-style-type: none"> o valor médio da avaliação bancária da habitação (euros/m²) referente ao 4º trimestre é tomado como o valor de referência para esse ano o valor total do imóvel a considerar para simulação = valor médio da avaliação bancária da habitação (euros/m²) x 90m² (tomado como dimensão padrão) existe actualmente desfasamento de 3 anos em relação à publicação dos dados do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem. Assim, para os anos em que não existam valores será efectuada estimativa, aplicando-se a taxa de crescimento anual da média anual do rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem. <p>Pressupostos para simulação do valor da prestação bancária:</p> <ul style="list-style-type: none"> montante do financiamento é igual a 85% do valor do imóvel crédito à habitação destinado a habitação própria permanente, excluindo as despesas decorrentes casal com rendimento equivalente ao rendimento médio mensal bruto dos trabalhadores por conta de outrem (cada um), sem conta poupança-habitação idade do 1º proponente: 25 anos prazo de amortização de 25 anos prestações constantes empréstimo com seguro de protecção ao crédito |
| Unidades de medida | Percentagem |
| Frequência de medição | Anual |
| Unidade territorial | Portugal e Algarve |
| Forma de registo (representação) | Gráfica e tabela - Representação da taxa ou grau de esforço |
| Método e fontes para a recolha de dados | <p>Ganho médio mensal bruto dos trabalhadores por conta de outrem (anual) – INE, Anuário Estatístico da Região do Algarve</p> <p>Valor médio da avaliação bancária da habitação/m² (4º trimestre) – Inquérito à avaliação bancária da habitação, INE (quadros associados ao Destaque INE sobre o tema)</p> <p>Simulação do valor da amortização em www.bpiimobiliario.pt</p> |
| Exemplos de aplicação similares | Holanda, Espanha |
| Palavras-chave | Coesão e integração social |

Ilustração 9: Taxa de esforço de acesso à habitação

| | 4º 2002 | 4º 2003 | 4º 2004 | 4º 2005 | 4º 2006 | 4º 2007 | 4º 2008 |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Avaliação bancária | | | | | | | |
| Portugal | 1 063,00 € | 1 172,00 € | 1 209,00 € | 1 237,00 € | 1 245,00 € | 1 230,00 € | 1 152,00 € |
| Algarve | 1 251,00 € | 1 414,00 € | 1 467,00 € | 1 487,00 € | 1 575,00 € | 1 577,00 € | 1 448,00 € |
| Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem | | | | | | | |
| Portugal | 817,39 € | 849,56 € | 877,46 € | 907,24 € | 934,00 € | 961,55 € | 989,91 |
| Algarve | 710,00 € | 746,74 € | 768,32 € | 793,37 € | 817,80 € | 841,92 € | 866,75 |
| Prestação mensal | | | | | | | |
| Portugal | 370,07 € | 408,02 € | 420,90 € | 430,65 € | 433,44 € | 428,22 € | 401,06 € |
| Algarve | 435,53 € | 492,28 € | 510,73 € | 517,69 € | 548,32 € | 549,02 € | 504,11 € |
| Taxa de esforço | | | | | | | |
| Portugal | 22,64% | 24,01% | 23,98% | 23,73% | 23,20% | 22,27% | 20,26% |
| Algarve | 30,67% | 32,96% | 33,24% | 32,63% | 33,52% | 32,61% | 29,08% |

Fontes:

INE Estatístico da Região Algarve 2008, 2007, 2006, 2005, 2004, 2003,

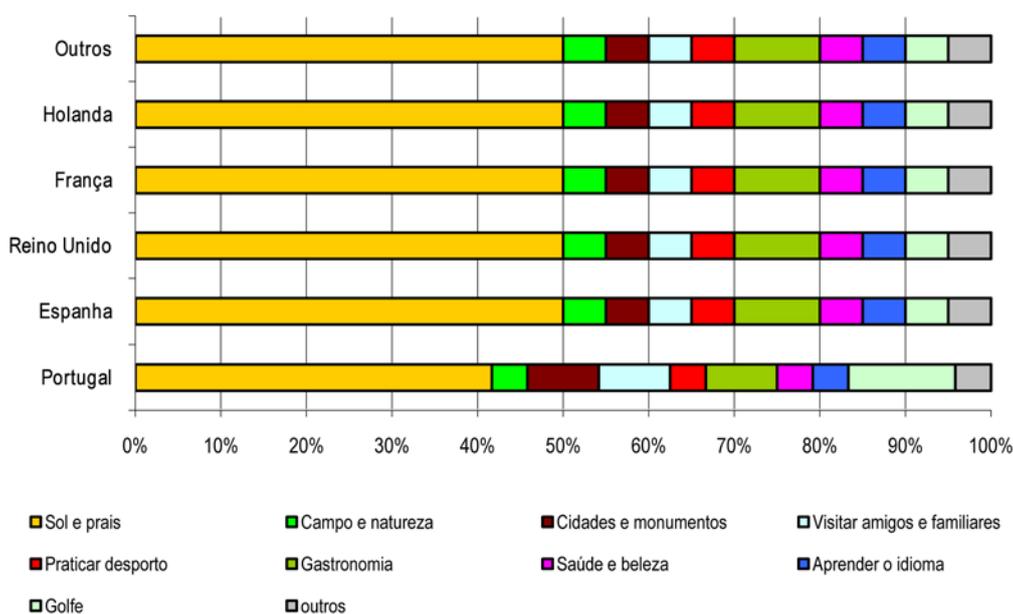
INE - Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação, destaques

BPI – Crédito à habitação, <http://www.bancobpi.pt/pagina.asp>

| FICHA METODOLÓGICA | | INDICADOR Nº8 |
|-----------------------|--|--|
| Designação | económico | Motivação da escolha do Algarve como destino turístico |
| Objectivos | Qualificar e diversificar o <i>cluster</i> turismo/lazer | |
| Meta | A definir uma valorização média após os primeiros resultados de 2008 | |
| Estratégia | Articular, a nível regional, as diferentes políticas de desenvolvimento sectorial com incidência espacial, com destaque para as políticas do turismo, da agricultura, das acessibilidades e transportes, das cidades, da salvaguarda e valorização do património arquitectónico e arqueológico e do ambiente. | |
| ENDS | Segundo objectivo: Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética. Pretende-se um crescimento mais rápido da economia portuguesa, potenciado pelo desenvolvimento de um comportamento responsável por parte dos agentes económicos, que permita retomar a dinâmica de convergência, assente num crescimento mais significativo da produtividade associado a um forte investimento nos sectores de bens e serviços transaccionáveis, o que, para ser compatível com a criação de emprego, exige uma mudança no padrão de actividades do País, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional, aproveitando e estimulando as suas possibilidades endógenas. | |
| PNPOT | Implementar uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico de Portugal às escalas nacional, regional e local. | |
| PENT | Os países e as cidades estão a aumentar a sofisticação da sua oferta, competindo em todo o ciclo do turista (notoriedade/promoção, motivações, acessibilidade, experiência local) para atrair e fidelizar turistas. As alterações no comportamento dos turistas, já referidas anteriormente, estão a levar a que os vários destinos (países, regiões, cidades) aumentem a sofisticação da oferta para atrair e fidelizar turistas. Quanto aos produtos oferecidos, tem existido uma evolução no sentido da diversificação, através de ofertas diferenciadoras e inovadoras, para dar resposta às múltiplas motivações dos turistas.. Finalmente, verifica-se uma actuação dirigida à qualidade do serviço, do ambiente, do espaço urbano e do ordenamento do território, no sentido de melhorar a experiência local. | |
| PROT Algarve | 4 — <i>Qualificação e Diversificação do Turismo</i> , com o objectivo fundamental de melhorar a competitividade e a sustentabilidade do <i>cluster</i> turismo/lazer, evoluindo para uma oferta de maior qualidade e para uma maior diversidade de produtos turísticos. | |
| Perguntas | Comos questões básicas: Quais as motivações principais para a escolha do Algarve como destino turístico? | |
| Contexto | Monitorizar e avaliar a adequação das políticas propostas para o alcance dos objectivos do Plano, recomendando, quando tal não aconteça, o seu eventual ajustamento ou revisão, designadamente em matéria dos limites fixados para o número de camas da região ou outros ajustamentos a fazer no sistema de turismo. | |
| Unidades de medida | Porcentagem | |
| Frequência de medição | Anual | |

| | |
|---|--|
| Forma de registo (representação) | Gráfica sobre os seguintes itens: Motivações principais da viagem ao Algarve (por nacionalidade e em percentagem) Campo e natureza; Sol e praia; Cidades e monumentos; Visitar amigos e familiares; Praticar desporto; Gastronomia; Saúde e beleza; Aprender o idioma; Outro. |
| Método e fontes para a recolha de dados | Inquérito a turistas nacionais e estrangeiros. Os turistas estrangeiros serão divididos por nacionalidades (espanhóis, belgas, alemães, britânicos, irlandeses, holandeses, italianos, outros), porque existem diferenças entre as motivações principais de quem viaja a destinos estrangeiros face à procedência. O perfil do turista também influencia as motivações na escolha do destino turístico. A quantidade de elementos a incluir no inquérito será analisada com especialistas do sector. Os turistas serão organizados segundo seis grupos profissionais: profissão liberal, actividades financeira e comercial, estudante, reformado, doméstica e outras. No grupo de profissionais liberais foram incluídas as seguintes profissões: professor, médico, dentista, engenheiro, advogado, investigador, desenhador industrial e gestor ou director empresarial. Nas actividades financeira e comercial incluem-se bancários, funcionários de seguradoras, consultor empresarial e gestor de vendas. Nas outras situações estão contempladas as profissões de enfermeira, secretária, assistente social, jornalista, agente de viagens, dono de pequeno negócio e trabalhador industrial. |
| Exemplos de aplicação similares | Balance del Año Turístico en Andalucía |
| Palavras-chave | Qualificação destino turístico |

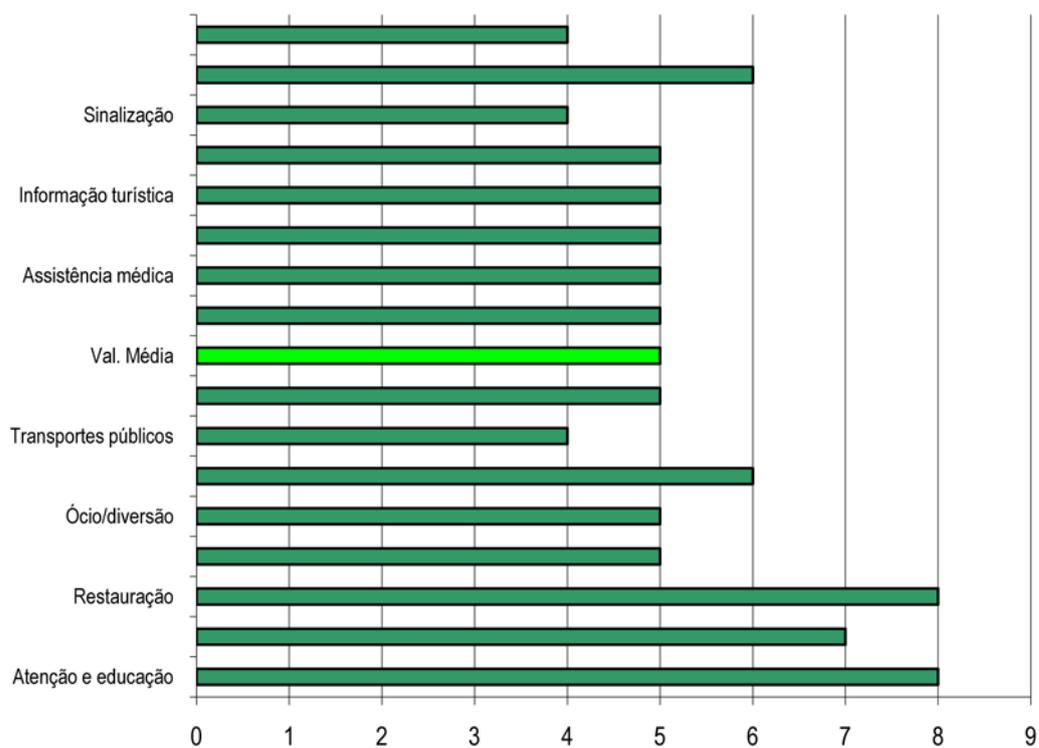
Ilustração 10: Motivações principais da última viagem ao estrangeiro.



| FICHA METODOLÓGICA | | INDICADOR Nº9 |
|----------------------------------|--|---|
| Designação | económico | Valorização do destino turístico do Algarve |
| Objectivos | A reestruturação e valorização da base económica regional, a começar pela qualificação e diversificação do turismo e dos serviços por este induzidos, é condição necessária para o desenvolvimento da Região. | |
| Meta | A definir um valor médio após os primeiros resultados | |
| Estratégia | Articular e qualificar, a nível regional, as diferentes políticas de desenvolvimento sectorial com incidência na qualificação do turismo, nomeadamente a agricultura e a gastronomia, as acessibilidades e transportes, as cidades, a salvaguarda e valorização do património arquitectónico e arqueológico e o ambiente. | |
| PNPOT | Implementar uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico de Portugal às escalas nacional, regional e local. | |
| PROT Algarve | 4 — <i>Qualificação e Diversificação do Turismo</i> , com o objectivo fundamental de melhorar a competitividade e a sustentabilidade do <i>cluster</i> turismo/lazer, evoluindo para uma oferta de maior qualidade e para uma maior diversidade de produtos turísticos; | |
| Questões | Avaliação da experiência turística no Algarve. Pretende-se saber se as expectativas dos turistas, relativamente ao destino Algarve, foram satisfeitas e quais os aspectos mais valorizados da oferta turística algarvia. | |
| Contexto | Avaliar os impactos das estratégias tendo em vista a optimização dos recursos turísticos e a imagem do Algarve. Monitorizar e avaliar a adequação das políticas propostas para o alcance dos objectivos do Plano, recomendando, quando tal não aconteça, o seu eventual ajustamento ou revisão, designadamente em matéria dos limites fixados para o número de camas da região ou outros ajustamentos a fazer no sistema de turismo; | |
| Unidades de medida | Valorização média dos critérios numa escala de 1 a 10 | |
| Frequência de medição | Anual | |
| Forma de registo (representação) | Gráfica sobre os seguintes itens: Os turistas serão convidados a demonstrar o seu grau de satisfação através da valorização (escala de um a dez) dos seguintes aspectos: Qualidade do alojamento hoteleiro; Qualidade da paisagem rural; Qualidade da paisagem urbana e monumentos; Qualidade do ordenamento do território e urbanismo; Qualidade da limpeza urbana; Qualidade dos níveis de ruído; Qualidade da restauração; Qualidade do acolhimento e simpatia algarvia; Qualidade dos parques naturais; Qualidade da animação cultural; Qualidade das praias; Qualidade dos serviços de saúde; Segurança do turista; Segurança rodoviária das estradas; Qualidade dos transportes públicos colectivos; Qualidade do serviço de táxis; Relação qualidade/preço. | |

| | |
|---|---|
| Método e fontes para a recolha de dados | Inquérito a turistas nacionais e estrangeiros. Os turistas estrangeiros serão divididos por nacionalidades (espanhóis, belgas, alemães, britânicos, irlandeses, holandeses, italianos, outros), porque existem diferenças entre as motivações principais de quem viaja a destinos estrangeiros face à procedência. O perfil do turista também influencia as motivações na escolha do destino turístico. A quantidade de elementos a incluir no inquérito será analisada com especialistas do sector. |
| Exemplos de aplicação similares | Balance del Año Turístico en Andalucía |
| Palavras-chave | Turismo |

Ilustração 11: Avaliação do destino turístico Algarve (de 1 a 10 por critério)



| FICHA METODOLÓGICA | | INDICADOR Nº 10 |
|-----------------------|---|--|
| Designação | Melhorar os níveis de governança | Qualidade da informação municipal disponibilizada na net sobre os PMOT |
| Objectivo | Incentivar o exercício da democracia local através do acesso à informação criando as condições necessárias para a participação da população e dos agentes no processo de planeamento e gestão, desde a fase de concepção até à concretização. | |
| Meta | Cumprimento do direito à informação (artº 5º do DL 380/99) até ao final do ano 2008 | |
| ENDS | 7 — Uma Administração Pública mais eficiente e modernizada | |
| PNPOT | Objectivo estratégico 6 Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições. | |
| PROT Algarve | | |
| Perguntas | Qual a quantidade e qualidade da informação prestada através do site do município? | |
| Contexto | <p>A correcta publicidade é a antecâmara da participação dos cidadãos nas decisões urbanísticas.</p> <p>O artigo 5.º do Decreto-Lei 316/2007 (RJIGT), determina que todos os interessados têm direito a ser informados sobre a elaboração, aprovação, acompanhamento, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial e que o direito à informação referido no número anterior compreende as faculdades de:</p> <p>a) Consultar os diversos processos acedendo, designadamente, aos estudos de base e outra documentação, escrita e desenhada, que fundamentem as opções estabelecidas;</p> <p>b) Obter cópias de actas de reuniões deliberativas e certidões dos instrumentos aprovados;</p> <p>c) Obter informações sobre as disposições constantes de instrumentos de gestão territorial bem como conhecer as condicionantes e as servidões aplicáveis ao uso do solo.</p> <p>Para o efeito as entidades responsáveis pela elaboração e pelo registo dos instrumentos de gestão territorial devem criar e manter actualizado um sistema que assegure o exercício do direito à informação, designadamente através do recurso a meios informáticos. Qual a qualidade da informação prestada através do site do município?</p> <p>As câmaras municipais mantêm igualmente actualizada a relação dos regulamentos municipais referidos no artigo 3.º, dos programas de acção territorial em execução, bem como das unidades de execução delimitadas.</p> <p>A informação referida nos números anteriores deve ser disponibilizada no sítio da Internet do município.</p> | |
| Unidades de medida | Através do método comparativo analisar os conteúdos dos sites dos municípios valorizando a qualidade da informação e o cumprimento do disposto nos artºs 77º, 83º-A, 83º-B, 96º, 146º, 150º, 151.º -A do Decreto-Lei nº 380/99 com as alterações introduzidas pelo DL nº 316/2007. | |
| Frequência de medição | Contínua | |

| | |
|---|---|
| Forma de registo (representação) | Gráfica |
| Método e fontes para a recolha de dados | Página Web dos Municípios |
| Exemplos de aplicação similares | Segundo o Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação, (UMIC 2004), dos 308 municípios de Portugal continental, 84% tinham presença na “web” em 2003, mas tal facto pouco significa sobre a correcta utilização do meio electrónico na relação entre administrados e administradores. |
| Palavras-chave | Participação, publicidade, transparência, cidadania |

Qual a qualidade da informação prestada aos cidadãos através do site do município?

Direito à informação, Artigo 5.º, Decreto-Lei 316/2007 (RJIGT)

As entidades responsáveis pela elaboração e pelo registo dos instrumentos de gestão territorial devem criar e manter actualizado um sistema que assegure o exercício do direito à informação, designadamente através do recurso a meios informáticos.

| | Artigo 74.º | Artigo 77º nº 2 | Artigo 77º nº 3 | Artigo 83º - A | Artigo 83º - B | Qualidade da informação prestada |
|----------------------------|-------------|-----------------|-----------------|----------------|----------------|----------------------------------|
| ALBUFEIRA | | | | | | |
| ALCOUTIM | | | | | | |
| ALJEZUR | | | | | | |
| C. MARIM | | | | | | |
| FARO | | | | | | |
| LAGOA | | | | | | |
| LAGOS | | | | | | |
| PP UOPG 3 PU Meia Praia | 3 | | | | | |
| LOULÉ | | | | | | |
| MONCHIQUE | | | | | | |
| OLHÃO | | | | | | |
| PPZHO | 4 | | | | | |
| PORTIMÃO | | | | | | |
| S. B. ALPORTEL | | | | | | |
| SILVES | | | | | | |
| TAVIRA | | | | | | |
| VILA do BISPO | | | | | | |
| V. R. S. ANTÓNIO | | | | | | |
| | | | | boa | suficiente | insuficiente |

2.2. NOTAS SOBRE OS INQUÉRITOS PARA A CRIAÇÃO DOS INDICADORES: MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA DO ALGARVE COMO DESTINO TURÍSTICO E VALORIZAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO DO ALGARVE

Com a finalidade de desenvolver os dois indicadores acima referidos, foram preparados dois tipos de inquéritos, em versões linguísticas distintas: português e inglês. Os mesmos foram aplicados a uma amostra definida pelo método de amostragem estratificado e aleatório; para todos os inquiridos, considerou-se *o país de origem* como sendo a variável de estratificação. Posteriormente, e numa segunda fase, a selecção dos turistas a responder ao questionário foi feita segundo um método sistemático de modo a assegurar uma amostra aleatória.

Para o primeiro ano de observação, a amostra abrangeu 796 turistas, inquiridos no aeroporto de Faro, se estrangeiros, e no centro das cidades de Faro, Loulé e Tavira, se portugueses. Os turistas estrangeiros foram classificados em espanhóis, belgas, alemães, britânicos, irlandeses, holandeses, italianos e outros.

Os inquéritos tiveram lugar durante o período de verão e de inverno, para reflectirem as diferentes preferências dos vários tipos de turistas que visitam o Algarve. Assim, durante os meses de Julho e Agosto de 2008 realizaram-se 318 inquéritos relativos à Motivação da escolha do Algarve como destino turístico e 320 inquéritos sobre a Valorização do destino turístico do Algarve. Em Dezembro de 2008, foi possível inquirir 158 turistas sobre aquelas duas questões.

O facto de não se ter alcançado o número suficiente de inquiridos para que a amostra seja estatisticamente significativa, faz dela uma amostra piloto apenas indicativa dos resultados efectivamente esperados para 2008.

O início tardio das inquirições, no período de Inverno de 2008, apenas permitiu que se atingisse 13% e 15% das amostras, respectivamente para os inquéritos 1 e 2. Assim, a análise dos resultados cinge-se ao total dos inquiridos (já apresentados no 1º relatório semestral de 2009) e aos inquiridos durante a época de Verão (inicialmente apresentados no presente relatório).

Embora os inquéritos aplicados durante os meses de Julho e Agosto de 2008 não tenham significância estatística, os níveis de amostragem atingem os 57% e os 58%, tendo sido possível cumprir, para algumas nacionalidades, a totalidade do segmento da amostra. Nesses casos, esta ocorrência permitiu retirar algumas conclusões definitivas dos inquéritos realizados. Assim, para os turistas Belgas e Irlandeses os dois inquéritos estão validados. Os turistas alemães, italianos e holandeses foram inquiridos em número suficiente para validar a amostra do segundo inquérito.

A Tabela 1 apresenta a distribuição da amostra pelas duas épocas do ano: Verão e Inverno e o número de inquéritos realizados e validados, por país de origem dos turistas, em cada uma daquelas épocas.

Tabela 1: Dimensão da amostra e inquéritos concretizados, em 2008

| | Amostra | | | Inquiridos no inquérito 1 | | | Inquiridos no inquérito 2 | | |
|-------------|---------|---------|-------|---------------------------|---------|-------|---------------------------|---------|-------|
| | Verão | Inverno | Total | Verão | Inverno | Total | Verão | Inverno | Total |
| Bélgica | 15 | 15 | 30 | 16 | 0 | 16 | 15 | 0 | 15 |
| Alemanha | 42 | 42 | 84 | 36 | 8 | 44 | 50 | 1 | 51 |
| Itália | 15 | 15 | 30 | 10 | 0 | 10 | 15 | 0 | 15 |
| Holanda | 30 | 30 | 60 | 20 | 14 | 34 | 37 | 0 | 37 |
| Espanha | 44 | 44 | 88 | 13 | 0 | 13 | 18 | 4 | 22 |
| Irlanda | 24 | 24 | 48 | 31 | 1 | 32 | 23 | 2 | 25 |
| Reino Unido | 159 | 159 | 318 | 92 | 2 | 94 | 112 | 0 | 112 |
| Outros | 50 | 50 | 100 | 46 | 7 | 53 | 48 | 8 | 56 |
| Portugal | 175 | 175 | 350 | 54 | 41 | 95 | 2 | 70 | 72 |
| TOTAL | 554 | 554 | 1108 | 318 | 73 | 391 | 320 | 85 | 405 |

Fonte: Elaboração própria

O inquérito relativo à Motivação da escolha do Algarve como destino turístico foi preparado tendo em conta um conjunto de atributos específicos, referidos como sendo os mais citados pelos turistas nas motivações de escolha.

1. Tais atributos são: 1. Campo e natureza; 2. Sol e praia; 3. Cidades e monumentos; 4. Visita a amigos e familiares; 5. Prática de desporto; 6. Gastronomia; 7. Saúde e beleza.
2. Para valorização de cada atributo foi utilizada uma escala de 1 a 10.
3. O questionário foi alargado a três blocos adicionais: 1. Caracterização profissional e etária do inquirido; 2. Caracterização do tipo de visita; 3. Expectativa sobre a imagem do Algarve como destino turístico.

Por outro lado, o inquérito referente à Valorização do destino Algarve, traduzido no grau de satisfação dos turistas, considerou as seguintes variáveis:

1. Relativas à qualidade do espaço (próximo ou distante) envolvente e às condições de acomodação do território: 1. Qualidade de alojamento hoteleiro; 2. Qualidade da paisagem rural; 3. Qualidade da paisagem urbana e dos monumentos; 4. Qualidade do ordenamento do território e do urbanismo; 5. Qualidade da limpeza urbana; 6. Qualidade dos níveis de ruído; 7. Qualidade da restauração; 8. Qualidade de acolhimento e simpatia; 9. Qualidade de parques naturais; 10. Qualidade de animação cultural; 11. Qualidade das praias; 12. Qualidade dos serviços de saúde; 13. Segurança do turista; 14. Segurança rodoviária nas estradas; 15. Qualidade dos transportes públicos colectivos; 16. Qualidade dos serviços de táxis; 17. Relação qualidade preço.
2. Para além daquela informação, o questionário incluiu ainda três blocos adicionais: 1. Caracterização profissional e etária do inquirido; 2. Caracterização do tipo de visita; 3. Caracterização do Algarve como destino turístico.

2.3. UM MODELO DE LONGO PRAZO PARA A ANÁLISE DOS INDICADORES

A monitorização do PROT deverá exigir um acompanhamento regular e sistemático de execução com a missão fundamental de acompanhar e avaliar a implementação das medidas incluídas naquele plano. Neste sentido o modelo proposto é global e de longo prazo, pois pretende:

1. Contactar com as instituições públicas necessárias de forma a, antes de mais, garantir que a monitorização a levar a cabo se integre à partida num conjunto amplo de fundamentos compatíveis e comparáveis entre os vários sistemas de monitorização e avaliação a desenvolver no país;
2. Zelar pela devida integração dos actores institucionais intervenientes nos processos analisados como poderá ser o caso dos municípios ou outras instituições directamente ou indirectamente beneficiárias do Plano;
3. Detectar os factos mais relevantes nos domínios seleccionados tendo em vista alertar a CCDR Algarve ou outras instituições públicas competentes para as respectivas determinantes e possíveis prospectivas sugerindo, se necessário, os mecanismos correctores.

Na discussão de base, e embora se reconheçam as características particulares do Algarve no contexto nacional, importa, antes de mais, reflectir sobre a criação das condições para que o espaço potencie o desenvolvimento não só do turismo mas também, e fundamentalmente, dos demais sectores de actividade económica. O modelo do passado, assente num turismo de massas e num único produto sol/praias, tem vindo a ser crescentemente equacionado, passando a aposta do desenvolvimento sustentável para uma diversificação de oferta turística de elevada qualidade, a qual implica necessariamente uma utilização do espaço mais extensa, dita “harmoniosa e equilibrada”. Convém considerar prós e contras de tais opções que embora amplamente discutidas não parecem ter sido até agora devidamente contabilizados.

Só tal abordagem poderá permitir a implantação de forma sustentada dos diversos sectores de actividade, explorando complementaridades e evitando ou atenuando conflitos pelo uso e ocupação do território, até corrigindo a ocupação humana e da actividade económica quase exclusivamente localizada na orla costeira.

Considerando que o quadro socioeconómico regional existente não poderá ser devidamente monitorizado num modelo de curto prazo, o modelo proposto é composto por dois momentos temporais que integrarão sucessivamente conjuntos mais alargados de análises dos impactos das políticas e da evolução dos factores de desenvolvimento da região.

O modelo completo considera a seguinte hipótese de partida para um primeiro momento,

calendarizado para os primeiros anos de monitorização, e tendo por base a complexidade do território:

O factor estruturante da actividade socioeconómica regional é o turismo, sendo que tal factor apresenta taxas de crescimento elevadas com múltiplos impactos ao nível de toda a actividade económica e sociocultural. Os resultados de tal crescimento constituem vantagens e desvantagens regionais, nem sempre mensuráveis de imediato, mas sempre com consequências directas ao nível do crescimento urbano e do equilíbrio/desequilíbrio ambiental. Por isso, esta monitorização do PROT Algarve incidirá quase exclusivamente sobre os parâmetros territoriais e ambientais e do turismo.

É bom ter noção que, no que se refere ao uso do solo, se está perante uma situação de deficit na existência de indicadores fiáveis para a caracterização da dinâmica dos múltiplos usos. O colmatar desse deficit deve ser encarado como uma tarefa de médio/longo prazo, cujo lançamento inicial, neste momento, seria importante muito embora exigindo acordo quanto às formas que os mesmos possam vir a assumir. Fazem parte desse conjunto de indicadores, alguns não contemplados pelo presente relatório, como se verá pela Tabela 1.

Num segundo momento, não incluído nesta série de relatórios anuais, o modelo integra, por imprescindível, o acompanhamento ao nível dos parâmetros de tipo socioeconómico e institucional, como se poderá observar na mesma Tabela 1.

Explicado o objectivo genérico do modelo subjacente a este trabalho, passar-se-á à descrição dos objectivos específicos do presente relatório e totalmente em conformidade com o disposto no PROT Algarve:

1. Validação de modelos ambientais existentes;
2. Avaliação dos efeitos resultantes dos planos municipais de ordenamento do território;
3. Verificação da eficiência da implementação de medidas de minimização de impactes adversos detectados;
4. Comparação entre impactes esperados e impactes reais.

Tais objectivos permitem dar prioridade à metodologia que decorre directamente de estudos preliminares já levados a cabo pela CCDR Algarve, aceitando-se integrar os indicadores propostos e as metodologias sugeridas.

Assim, tendo por base a definição das políticas estratégicas já desenvolvidas no PROT Algarve esta proposta apresenta-se num modelo com duas prioridades:

Tabela A

| 1ª Fase | 2ª Fase <i>(com introdução de novos indicadores)</i> |
|--|---|
| Diversificação e qualificação do turismo | Qualificação dos recursos humanos |
| Estruturação do sistema urbano | Desenvolvimento de uma base relevante de actividades culturais |
| Desenvolvimento de um sistema de transportes e mobilidade | Fomento do surgimento de novos actores institucionais |
| Conservação da natureza e da biodiversidade | Ordenamento da logística e qualificação das áreas de localização empresarial |
| Protecção, salvaguarda e fruição do património cultural, arquitectónico e arqueológico | Reestruturação dos modelos organizativos do tecido empresarial |
| Gestão das necessárias transformações no sector imobiliário | Atracção do novo potencial empresarial |
| Desenvolvimento da produção, transporte e consumo da energia | Desenvolvimento de um nicho específico de serviços intensivos em conhecimento |
| Aproveitamento sustentável dos recursos hídricos da região | Recuperação do papel exportador da agricultura, pescas e das indústrias a jusante |
| Elaboração de um modelo específico de desenvolvimento para a Serra | Inovação das indústrias tradicionais |

Em conformidade com a tabela anterior, são avançadas para o actual relatório de monitorização as políticas relativas à primeira fase, que constituirão o vector chave da presente análise.

Esta abordagem não exclui a apreciação de outros indicadores relacionados com as restantes políticas definidas no âmbito de metodologias de elaboração do PROT. Na segunda fase, estes indicadores serão continuamente observados e será introduzido um leque de novos indicadores referentes às políticas listadas na segunda coluna da tabela referida.

Ao recorrer-se aos indicadores já existentes, listados na primeira coluna da Tabela 1, foram seleccionados de um amplo leque de indicadores disponíveis aqueles que mais adequados parecem à apreciação das políticas aprovadas e, simultaneamente, mais garantias oferecem ao nível da:

1. Comparabilidade regional;
2. Recolha de dados já em procedimento;
3. Possibilidade de aplicação de séries;
4. Importância prioritária para a análise estratégica;
5. Abrangência temática.

Assim sendo, os indicadores listados na Tabela 2 serão analisados no âmbito do actual relatório e no âmbito de um modelo global proposto.

Tabela B

| Designação dos Indicadores | Políticas | Métodos e Fontes para a recolha de dados |
|---|--|---|
| 1. Consumo de água por habitante | 3. Estruturação do sistema urbano; 5. Conservação da natureza e da biodiversidade; 15. Gestão das necessárias transformações no sector imobiliário. | Ver Ficha Metodológica na pág.19 |
| 2. Densidade habitacional | 3. Estruturação do sistema urbano; 4. Desenvolvimento dum sistema de transportes e mobilidade; 5. Conservação da natureza e da biodiversidade; 7. Protecção, salvaguarda e fruição do património cultural, arquitectónico e arqueológico; 13. Recuperação do papel «exportado» da agricultura, pescas, aquicultura e das indústrias transformadoras a jusante; 15. Gestão das necessárias transformações no sector imobiliário; 18. Aproveitamento sustentável dos recursos hídricos da Região. | Ver Ficha Metodológica na pág.22 |
| 3. Ocupação do solo para usos urbanos | 3. Estruturação do sistema urbano; 4. Desenvolvimento dum sistema de transportes e mobilidade; 5. Conservação da natureza e da biodiversidade; 7. Protecção, salvaguarda e fruição do património cultural, arquitectónico e arqueológico; 13. Recuperação do papel «exportado» da agricultura, pescas, aquicultura e das indústrias transformadoras a jusante; 15. Gestão das necessárias transformações no sector imobiliário; 16. Ordenamento da logística e qualificação das áreas de localização empresarial | Ver Ficha Metodológica na pág.24 |
| 4. Percentagem de restauro/reabilitação | 2. Diversificação e qualificação do turismo; 3. Estruturação do sistema urbano; 5. Conservação da natureza e da biodiversidade; 7. Protecção, salvaguarda e fruição do património cultural, arquitectónico e arqueológico; 8. Desenvolvimento de uma base relevante de actividades culturais; | Ver Ficha Metodológica na pág.28 |

| | | |
|---|--|----------------------------------|
| | <p>11. Atracção de novo potencial empresarial;</p> <p>12. Desenvolvimento de um nicho de serviços intensivos em conhecimento;</p> <p>14. Inovação das indústrias tradicionais;</p> <p>15. Gestão das necessárias transformações no sector imobiliário.</p> | |
| 5. Consumo de combustível automóvel por habitante | <p>3. Estruturação do sistema urbano;</p> <p>4. Desenvolvimento dum sistema de transportes e mobilidade;</p> <p>5. Conservação da natureza e da biodiversidade;</p> <p>15. Gestão das necessárias transformações no sector imobiliário</p> <p>16. Ordenamento da logística e qualificação das áreas de localização empresarial</p> | Ver Ficha Metodológica na pág.30 |
| 6. Percentagem de solo especialmente protegido | <p>2. Diversificação e qualificação do turismo;</p> <p>3. Estruturação do sistema urbano;</p> <p>5. Conservação da natureza e da biodiversidade;</p> <p>7. Protecção, salvaguarda e fruição do património cultural, arquitectónico e arqueológico;</p> <p>8. Desenvolvimento de uma base relevante de actividades culturais;</p> <p>13. Recuperação do papel «exportado» da agricultura, pescas, aquicultura e das indústrias transformadoras a jusante;</p> <p>18. Aproveitamento sustentável dos recursos hídricos da Região;</p> <p>19. Elaboração de um modelo específico de desenvolvimento para a Serra.</p> | Ver Ficha Metodológica na pág.32 |
| 7. Taxa de esforço de acesso à habitação | <p>15. Gestão das necessárias transformações no sector imobiliário;</p> <p>19. Elaboração de um modelo específico de desenvolvimento para a Serra.</p> | Ver Ficha Metodológica na pág.34 |
| 8. Motivação da escolha do Algarve como destino turístico | <p>2. Diversificação e qualificação do turismo;</p> <p>3. Estruturação do sistema urbano;</p> <p>10. Reestruturação dos modelos organizativos do tecido empresarial.</p> | Ver Ficha Metodológica na pág.37 |

| | | |
|---|---|---|
| <p>9. Valorização do destino turístico do Algarve</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Qualificação dos recursos humanos; 2. Diversificação e qualificação do turismo; 3. Estruturação do sistema urbano; 4. Desenvolvimento dum sistema de transportes e mobilidade; 5. Conservação da natureza e da biodiversidade; 6. Inserção competitiva do Algarve no contexto europeu; 7. Protecção, salvaguarda e fruição do património cultural, arquitectónico e arqueológico; 8. Desenvolvimento de uma base relevante de actividades culturais; 10. Reestruturação dos modelos organizativos do tecido empresarial. | <p>Ver Ficha Metodológica na pág.39</p> |
| <p>10. Qualidade da informação municipal disponibilizada na net sobre os PMOT</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Qualificação dos recursos humanos; 9. Fomento do surgimento de novos actores institucionais; 15. Gestão das necessárias transformações no sector imobiliário; | <p>Ver Ficha Metodológica na pág.41</p> |

3. ANÁLISE DOS INDICADORES

Consumo de água por habitante

Densidade habitacional

Ocupação do solo para usos urbanos

Percentagem de restauro/reabilitação

Consumo de combustível automóvel por habitante

Percentagem de solo especialmente protegido

Taxa de esforço de acesso à habitação

Motivação da escolha do Algarve como destino turístico

Valorização do destino turístico do Algarve

3.1. CONSUMO DE ÁGUA POR HABITANTE

O consumo médio anual de água, na região do Algarve, apresenta uma evolução paralela à evolução no Continente. Contudo, o Algarve evidencia um consumo médio acima do consumo do Continente em cerca de 125 litros/habitante/dia, como se pode ver pelo Gráfico 1. São vários os factores que podem justificar uma discrepância tão significativa: o clima, mais seco a sul do país; a arquitectura residencial, dispersa e com predominância de jardins e piscinas; a logística do sistema de distribuição da água, da responsabilidade de uma empresa única que poderá ter uma maior propensão para contabilizar correctamente os seus consumos. Finalmente, e com um peso significativo, devem considerar-se a presença diária de uma média de 39 400 indivíduos, correspondente à população flutuante que procura a região para fins turísticos – valores obtidos entre 2004 e 2008, bem assim como a existência de múltiplos campos de golfe.

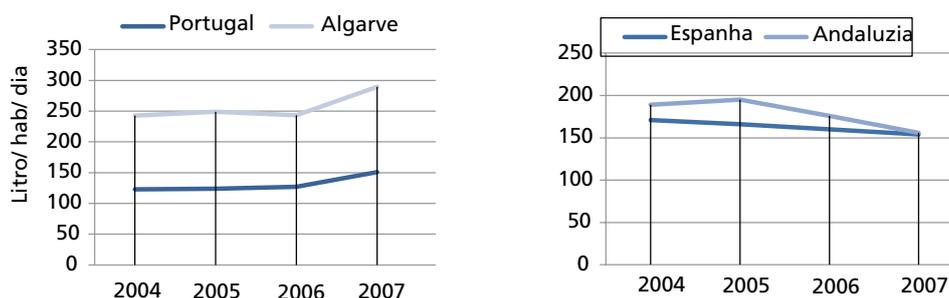
Como se pode avaliar pelo mesmo Gráfico 1, os consumos médios são significativamente mais baixos em Portugal do que em Espanha. Nos dois países os mesmos tipos de consumos apresentam tendências decrescente, muito menos acentuadas em Portugal do que no nosso país vizinho. Quanto às tendências regionais, estas apontam para a Andaluzia uma clara aproximação de

consumos regionais aos consumos médios do país. No caso do Algarve, tal tendência relativamente ao consumo médio nacional não se observa. A partir de 2005, a Andaluzia iniciou um percurso regular para o decréscimo nos consumos de água; tal não se verificou em Portugal, nem no Algarve.

As causas deste fenómeno remetem-nos, antes de mais para a base económica regional. A região da Andaluzia tem uma base económica assente no sector agrícola e agro-alimentar, onde a administração da água pode ser facilmente integrada nas estratégias sectoriais e conduzida pelas empresas e com base em incentivos à gestão eficiente dos recursos hídricos. Todavia, no Algarve a base económica regional, assente no turismo, dificilmente pode integrar o controlo dos consumos de água, visto tais consumos estarem fundamentalmente dependentes das variações conjunturais do sector.

Embora a capitação média diária de água na região seja bastante superior à média registada no Continente, o Algarve absorve apenas entre 8 a 9% da água distribuída pela rede pública no Continente. Em contrapartida, o consumo de água em Andaluzia corresponde a uma quota de 18% do consumo de água em Espanha (Gráficos 1 e 2, ANEXO 1). Tal não é de todo surpreendente dada a diferença de dimensões entre aquelas duas regiões.

Gráfico 1: Consumo de água por habitante



Fontes: PT: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.; Quadros associados à publicação Estatísticas do Ambiente 2007, edição 2008 e Anuários Estatísticos Regiões 2008, edição 2009; INE, Estatísticas Demográficas; INE, Estimativas Provisórias de População Residente; Quadros associados à publicação Anuário Estatístico de Portugal 2006 (ed.2007) e 2007 (ed. 2008); ES: Encuesta sobre el suministro y saneamiento del agua 2007; Estimaciones de la Población Actual de España; Cálculos CCDR Algarve

3.2. DENSIDADE HABITACIONAL

A densidade habitacional, medida pelo número de fogos por hectare utilizado para área urbana, tem vindo a diminuir o que indicia que, na maioria das regiões do Continente, a ocupação de território tem crescido a um ritmo superior ao crescimento de novas edificações. Este comportamento indica um crescimento das áreas afectas à ocupação urbana e consequente

evolução das cidades para as zonas periféricas. As novas construções têm ainda um grau superior de dispersão territorial, indiciando uma crescente ocupação do solo decorrente da construção dispersa. Esta tendência deve ser observada com cautelas pois o indicador é muito importante em termos de custos de sustentabilidade. A dispersão residencial ou industrial (no caso do Algarve, pouco significativa) acarreta custos de transporte, de energia e de criação de infra-estruturas adicionais e que não facilitam a geração de economias de aglomeração, fundamentais para gerar dinamismo urbano, e particularmente, nas pequenas e médias cidades.

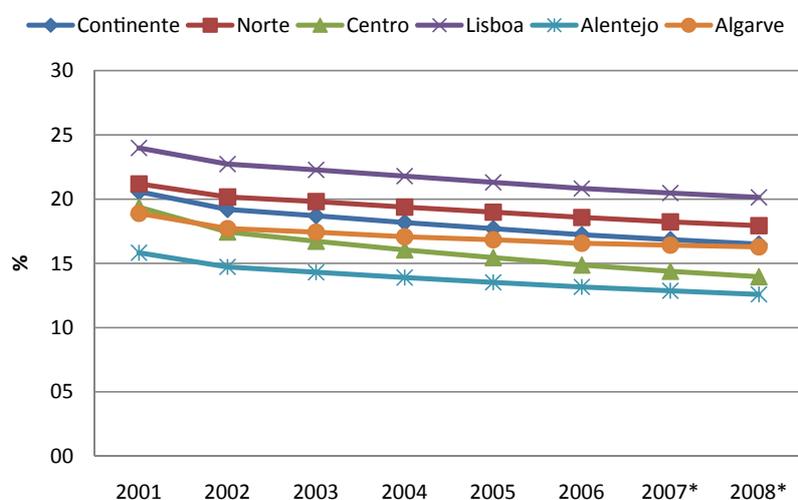
A densidade habitacional do Algarve registava, de acordo com o Gráfico 2, em 2001, um valor inferior à do Continente. Entre 2001 e 2002, o indicador apresenta um ligeiro decréscimo na região do Algarve, acompanhando a tendência nacional, mas desde então tem-se mantido praticamente constante, enquanto o Continente apresenta decréscimo estabilizado dos valores do indicador. Esta evolução tem como resultado que, em 2008, a densidade habitacional do Algarve seja igual à média nacional (Continente), ultrapassando claramente a densidade habitacional da região Centro, da qual o Algarve se aproximava até 2002.

De ressaltar que, embora nos últimos 6 anos (2000-2006) o número de fogos construídos na região do Algarve tenha crescido a um ritmo bastante superior ao do Continente, à semelhança das restantes regiões do Continente, tal não acarretou um proporcional crescimento na ocupação do solo para fins urbanos, embora, obviamente, o mesmo tenha também aumentado.

Da leitura das variações representadas no Gráfico 2 poder-se-á concluir que, nos anos mais recentes, tem sido adoptado um esforço político de contenção de construção dispersa na busca de áreas urbanas mais compactas. Contudo, e embora pouco visível, o Algarve é uma das regiões onde esse esforço está a surtir menor resultado.

Em termos relativos, o Algarve detinha, em 1990, 6% da área urbana do continente, proporção que manteve até o ano de 2000, tendo aumentado para 7%, em 2008 (ver Gráfico 3, Anexo 1). A correspondente proporção do parque habitacional face ao total do Continente era de 5%, em 1991, passando a 6%, em 2004, proporção essa que manteve até ao ano de 2008 (ver Gráfico 4, Anexo 1) e que também confirma o esforço de concentração da densidade habitacional.

Gráfico 2: Densidade habitacional



Fonte: Corine Land Cover – CCDR Algarve; INE

No período em análise a variação dos territórios artificializados para ocupação urbana e do parque habitacional, na região do Algarve, foram sempre superiores à média do Continente (ver Tabela 2). No entanto, a diferença é mais acentuada na variação do parque habitacional, uma vez que no Algarve, entre 2001 e 2008, registou-se um crescimento de 22%, face a um crescimento homólogo de 12% no Continente. Esta discrepância faz com que o indicador densidade habitacional decresça no Continente e na generalidade das demais regiões portuguesas, mas estabilize no Algarve.

Tabela 2: Variação dos territórios artificializados e parque habitacional

| | Taxas de Variação dos Territórios Artificializados para Área Urbana | | | Taxas de Variação no Parque Habitacional | | |
|------------|---|-----------|-----------|--|-----------|-----------|
| | 1990-2000 | 2000-2006 | 2000-2008 | 1991-2001 | 2001-2006 | 2001-2008 |
| Continente | 41,21% | 29,28% | 39,04% | 23,13% | 8,24% | 11,51% |
| Norte | 47,71% | 24,81% | 33,07% | 28,38% | 9,42% | 12,66% |
| Centro | 36,94% | 40,38% | 53,84% | 55,80% | 7,72% | 10,87% |
| Lisboa | 37,41% | 22,55% | 30,06% | -8,71% | 6,42% | 9,22% |
| Alentejo | 35,22% | 27,56% | 36,75% | 59,40% | 6,11% | 8,75% |
| Algarve | 54,82% | 31,50% | 42,00% | 34,14% | 15,32% | 22,36% |

Fontes: Corine Land Cover – CCDR Algarve, Anuário Estatístico do Algarve - INE e Cálculos próprios

Comparando a evolução do parque habitacional da região do Algarve com a região de Andaluzia, apresentada na Tabela 3, constata-se que o peso do parque habitacional da região Espanhola, no total nacional, é cerca de três vezes superior ao da região do Algarve, face ao Continente. Este valor pode ser justificado: i) pela existência uma estrutura económica regional mais capaz de absorver activos residentes; ii) por níveis de rendimentos superiores aos usufruídos no Algarve; e iii) pela existência de uma dimensão populacional que em valores absolutos não é comparável à do Algarve – permitindo a estruturação do sistema urbano de forma a poder gerar crescentes economias de aglomeração e especialização urbana.

Entre 1991 e 2001, a região do Algarve aumentou 0.5 pontos percentuais em termos de relevância do seu parque habitacional relativamente ao Continente. Em igual período, a Andaluzia aumentou 0.8 pontos percentuais. Esta diferença indicia uma maior pressão de novas edificações na região de Andaluzia em comparação com a região do Algarve, durante aquele período.

Tabela 3: Peso relativo do parque habitacional no Algarve e em Andaluzia

| | 1991 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Algarve/ Continente | 5,29% | 5,77% | 5,83% | 5,91% | 5,97% | 6,06% | 6,14% | 6,24% | 6,33% |
| Andaluzia/ Espanha | 16,02% | 16,86% | 17,06% | 17,26% | 17,34% | 17,37% | 17,45% | 17,51% | 17,54% |

Fontes: PT: 1991 - Rec. População e Habitação 1991, INE; Restantes anos - Estatísticas da Construção e da Habitação – 2008; ES: Censos de Población y Viviendas 1991 y 2001; 2002 a 2008: Estimación del parque de viviendas, Ministerio de Vivienda e Cálculos Próprios

3.3. OCUPAÇÃO DO SOLO PARA USOS URBANOS

No PROT Algarve afirma-se que *o elo mais sensível entre os representantes do interesse social e os outros agentes de desenvolvimento urbano é o valor do solo... A consolidação do modelo territorial requer a explicitação e adopção de uma política de solos, tanto ao nível central como regional/local, que suporte a intervenção pública no mercado de solos.* Neste contexto, a análise deste indicador deve permitir encontrar o compromisso desejável entre a riqueza, resultante do uso dos solos, e o contributo social destes para que a sociedade usufrua de uma melhoria no seu bem-estar.

A Tabela 4 apresenta a evolução da ocupação do solo para usos urbanos nas diversas regiões do Continente. Embora a percentagem da área urbana da região do Algarve, no total da área urbana do Continente, não ultrapasse os 7%, o certo é que, em 2008 – como se evidencia pela análise do Indicador 2, no Gráfico 5 – a região revela um ritmo de ocupação do solo para usos urbanos bastante acima da média das demais regiões do Continente, reflectindo a enorme pressão do crescente parque habitacional, muito acima dos valores médios do continente.

Tabela 4: Ocupação do solo para fins urbanos

| | Área urbana TOTAL TERRITÓRIOS ARTIFICIALIZADOS | | | Taxa de variação | | | Território artificializado/ superfície total | | |
|------------|--|--------|--------|------------------|-----------|-----------|--|------|------|
| | Unidade: ha | | | Unidade: % | | | Unidade: % | | |
| | 1990 | 2000 | 2006 | 1990/2000 | 2000/2006 | 1990/2006 | 1990 | 2000 | 2006 |
| Continente | 169170 | 238887 | 308841 | 41,2 | 29,3 | 82,6 | 1,9 | 2,7 | 3,5 |
| Norte | 52467 | 77502 | 96727 | 47,7 | 24,8 | 84,4 | 2,5 | 3,6 | 4,5 |
| Centro | 47705 | 65325 | 91702 | 36,9 | 40,4 | 92,2 | 1,7 | 2,3 | 3,3 |
| Lisboa | 39397 | 54137 | 66344 | 37,4 | 22,5 | 68,4 | 13,4 | 18,4 | 22,6 |
| Alentejo | 19908 | 26919 | 34338 | 35,2 | 27,6 | 72,5 | 0,6 | 0,9 | 1,1 |
| Algarve | 9692 | 15005 | 19731 | 54,8 | 31,5 | 103,6 | 1,9 | 3,0 | 3,9 |

Fonte: Corine Land Cover – CCDR Algarve

De facto, se atendermos à sua taxa de variação, a área urbana mais que duplicou em 16 anos (entre 1990 e 2006), sendo largamente a região com ritmo de ocupação do território mais acentuado. Este facto é reforçado pela análise da proporção da área artificializada no total da superfície da região, que, em 16 anos, passou de 1,9% para 3,9%, sempre acima da média do Continente, tal como referido na Tabela 2.

Dando continuidade a esta análise, importa conhecer também a composição dos territórios artificializados que consubstancia no seu cálculo o tecido urbano contínuo, o tecido urbano descontínuo, o solo ocupado com indústria, comércio e equipamentos gerais, o solo ocupado com redes viárias e ferroviárias e espaços associados, as zonas portuárias, os aeroportos, as áreas de extracção mineira, as áreas de deposição de resíduos, as áreas em construção, bem como os espaços verdes urbanos e as áreas ocupadas com equipamentos desportivos e de lazer.

Em conformidade com o que se passa no Continente, o tecido urbano contínuo representa apenas 0,1% do território e as suas oscilações de crescimento (acentuado, entre 1990 e 2000, e decrescente, entre 2000 e 2006) têm seguido a evolução registada no Continente. Porém, visto que, em termos agregados e nos 16 anos em análise, o tecido urbano contínuo cresceu mais no Algarve do que no Continente é possível detectar uma maior tendência para a agregação do crescimento urbano em torno das cidades (ver Tabela 5).

Tabela 5: Território ocupado com o tecido urbano contínuo

| | Territórios artificializados - Tecido urbano contínuo | | | Taxa de variação | | | Tecido urbano contínuo/ superfície total | | |
|------------|--|-------|-------|------------------|-----------|-----------|--|------|------|
| | Unidade: ha | | | Unidade: % | | | Unidade: % | | |
| | 1990 | 2000 | 2006 | 1990/2000 | 2000/2006 | 1990/2006 | 1990 | 2000 | 2006 |
| Continente | 12042 | 13950 | 12209 | 15,8 | -12,5 | 1,4 | 0,1 | 0,2 | 0,1 |
| Norte | 4777 | 5892 | 5662 | 23,3 | -3,9 | 18,5 | 0,2 | 0,3 | 0,3 |
| Centro | 1351 | 1380 | 1362 | 2,1 | -1,3 | 0,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Lisboa | 4079 | 4659 | 3725 | 14,2 | -20,0 | -8,7 | 1,4 | 1,6 | 1,3 |
| Alentejo | 1342 | 1466 | 949 | 9,2 | -35,3 | -29,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Algarve | 492 | 554 | 511 | 12,6 | -7,8 | 3,8 | 0,1 | 0,1 | 0,1 |

Fonte: Corine Land Cover – CCDR Algarve

Os dois indicadores relativos à variação do tecido urbano contínuo e descontínuo são fundamentais para a compreensão da forma como o espaço territorial se transforma. Considerando que a localização populacional no Algarve tem características históricas de dispersão organizada os valores observados para este período não parecem inverter esta tendência. Antes pelo contrário, considerando que o tecido urbano descontínuo na região do Algarve cresceu a um ritmo acima do Continente, entre 1990 e 2000, conforme se pode constatar pela Tabela 6 e desacelerou entre 2000 e 2006, a variação no tecido urbano não foi tão significativa, em comparação com o Continente. Este diagnóstico é reforçado quando se atende à proporção do território do Algarve ocupado com o tecido urbano descontínuo, que atinge os 2%, em 2006, em contraste com os 2,4% apresentados pelo Continente.

Considerando o crescimento do tecido urbano contínuo e descontínuo, na verdade o aumento do tecido urbano não cresceu tão significativamente quanto outras regiões do país, apesar do forte crescimento populacional que ocorreu no território. Desejável teria sido que a grande fatia deste crescimento se repercutisse de forma crescente ao nível do tecido urbano contínuo. Contrariamente, foi à custa do tecido urbano descontínuo que as zonas urbanas aumentaram. As razões podem justificar-se por um modelo urbano de fraca qualidade que se contrapõe a zonas peri-urbanas próximas da natureza. Dada a fraca política de transportes existente na região, seria de esperar que as populações optassem por viver nas cidades, mesmo nas de pequena dimensão. Afastam-nas, contudo, o diferencial de preços centro-periferia que é significativo, bem como essa mesma falta de política de transportes que obriga à utilização de um veículo motorizado para mobilidade tanto a curtas como a pequenas distancias.

Tabela 6: Território ocupado com o tecido urbano descontínuo

| | Territórios artificializados - Tecido urbano descontínuo | | | Taxa de variação | | | Tecido urbano descontínuo/ superfície total | | |
|------------|--|--------|--------|------------------|-----------|-----------|---|------|------|
| | Unidade: ha | | | Unidade: % | | | Unidade: % | | |
| | 1990 | 2000 | 2006 | 1990/2000 | 2000/2006 | 1990/2006 | 1990 | 2000 | 2006 |
| Continente | 121696 | 161106 | 214983 | 32,4 | 33,4 | 76,7 | 1,4 | 1,8 | 2,4 |
| Norte | 40938 | 59356 | 71935 | 45,0 | 21,2 | 75,7 | 1,9 | 0,7 | 3,4 |
| Centro | 37684 | 45204 | 67577 | 20,0 | 49,5 | 79,3 | 1,3 | 2,1 | 2,4 |
| Lisboa | 24761 | 33273 | 44076 | 34,4 | 32,5 | 78,0 | 8,4 | 1,2 | 15,0 |
| Alentejo | 13034 | 15409 | 21401 | 18,2 | 38,9 | 64,2 | 0,4 | 5,2 | 0,7 |
| Algarve | 5278 | 7863 | 9994 | 49,0 | 27,1 | 89,3 | 1,1 | 0,2 | 2,0 |

Fonte: Corine Land Cover – CDR Algarve

Embora a evolução verificada represente uma aproximação à estratégia preconizada no PROT Algarve de *incremento da escala do sistema urbano regional, através do fomento de economias de aglomeração e de uma organização mais policêntrica, assegurando um elevado nível de competitividade e fortes relações de complementaridade inter-urbana*, certo é que os resultados poderiam ser ainda mais interessantes.

De facto, o PROT Algarve enfatiza o como *desafio central a transformação de uma rede urbana fragmentada e formada por justaposição de aglomerados urbanos “incompletos” numa rede urbana coerente e competitiva, capaz de dinamizar o robustecimento da economia e o reforço da projecção internacional do Algarve*, um objectivo de grande mérito e que para se concretizar exige uma ocupação do solo económica e socialmente mais racional, só possível se assente numa política de transportes integrada.

A situação do Algarve no que toca ao solo ocupado com equipamentos desportivos e de lazer é muito particular, visto que mais de metade da área ocupada no Continente naquele tipo de equipamentos se encontra aí localizada. Este facto torna-se ainda mais relevante se atendermos a que, em 1990, os equipamentos desportivos e de lazer ocupavam apenas um total de 0,5% do território da região, passando para 0,8%, em 2000, alcançando 1,3%, em 2006. Estes valores contrastam muito significativamente com os 0,1% apresentados ao nível do Continente, em 2006, conforme Tabela 7.

Esta evolução drástica registada no Algarve durante o período de 16 anos (1990-2006), é confirmada pelo crescimento do território artificializado para equipamentos desportivos e de lazer, que aumentou 2.5 vezes. Só a localização exacta dos equipamentos e a sua taxa de ocupação/utilização nos permitiria aferir da real adequação deste crescimento tão rápido aos interesses do desenvolvimento sustentado da região. É de crer que a percentagem de solo ocupado com equipamentos desportivos e de lazer no Algarve é empolada pela grande concentração de campos para a prática de golfe, os quais se estendem por áreas relativamente extensas do território regional.

Tabela 7: Território ocupado com equipamentos desportivos e de lazer

| | Territórios artificializados - Equipamentos desportivos e de lazer | | | Taxa de variação | | | Equipamentos desportivos e de lazer/ superfície total | | |
|------------|--|-------|--------|------------------|-----------|-----------|---|------|------|
| | Unidade: ha | | | Unidade: % | | | Unidade: % | | |
| | 1990 | 2000 | 2006 | 1990/2000 | 2000/2006 | 1990/2006 | 1990 | 2000 | 2006 |
| Continente | 4 313 | 7 945 | 11 492 | 84,2 | 44,6 | 166,4 | 0,0 | 0,1 | 0,1 |
| Norte | 370 | 658 | 582 | 77,7 | -11,6 | 57,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Centro | 145 | 404 | 775 | 178,9 | 91,7 | 434,7 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Lisboa | 994 | 1.989 | 2.433 | 100,1 | 22,4 | 144,8 | 0,3 | 0,7 | 0,8 |
| Alentejo | 246 | 659 | 1.158 | 167,4 | 75,8 | 370,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Algarve | 2 558 | 4.235 | 6.543 | 65,6 | 54,5 | 155,8 | 0,5 | 0,8 | 1,3 |

Fonte: Corine Land Cover – CDR Algarve

No Continente, em 2006, 70% do território ocupado com área urbana estava afecto ao tecido urbano descontínuo, ocupando as áreas destinadas à indústria, comércio e equipamentos gerais 11%; no Algarve, e para o mesmo ano, o tecido urbano descontínuo absorvia apenas 51% da área urbana, logo seguido pela ocupação dos equipamentos desportivos e de lazer, com uma representatividade de 33%. Tais percentagens reflectem as características da base económica do Algarve que apontam para uma clara predominância do sector dos serviços, geralmente localizados nos centros urbanos, com ênfase no turismo, sustentado por um sector hoteleiro, também geralmente localizado nas periferias urbanas - ver Gráfico 5, ANEXO 1.

3.4. PERCENTAGEM DE RESTAURO/REABILITAÇÃO

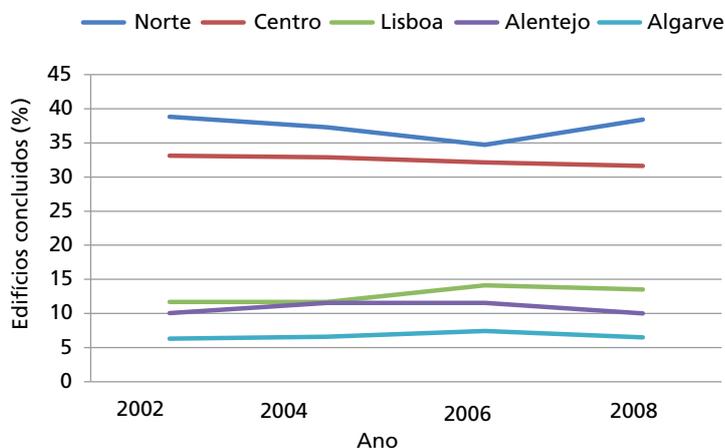
As construções concluídas na região do Algarve variou entre 6%, em 2002, e 7,5%, em 2006, do total das construções concluídas no Continente. A proporção de construções concluídas no Algarve no Continente cresceu entre aqueles dois anos, tendo decrescido para 6,5%, em 2008 (ver Gráfico 3), o que indicia uma estabilização na evolução das construções concluídas na região e uma maturidade do mercado imobiliário. Nesta região, a conclusão de construções apresentou um comportamento evolutivo semelhante ao registado nas regiões de Lisboa e do Alentejo.

Ao decrescerem 14,2%, entre 2002 e 2008, as construções concluídas correspondem a menos 540 edifícios construídos (ver Tabela 8), tendência que se vem acentuando fortemente, pois a maior redução no número de construções concluídas ocorreu entre 2002 e 2004, com menos 930 edificações concluídas, correspondendo a uma contracção de 24,4%.

Este ajustamento registado no número de construções concluídas na região não encontrou paralelo na região vizinha de Andaluzia, onde as licenças concedidas para novas construções cresceram, entre 2002 e 2006, 59%, ano em que a percentagem de novas construções atingiu o valor máximo de 22% das licenças concedidas em toda a Espanha (ver Gráfico 4). No entanto,

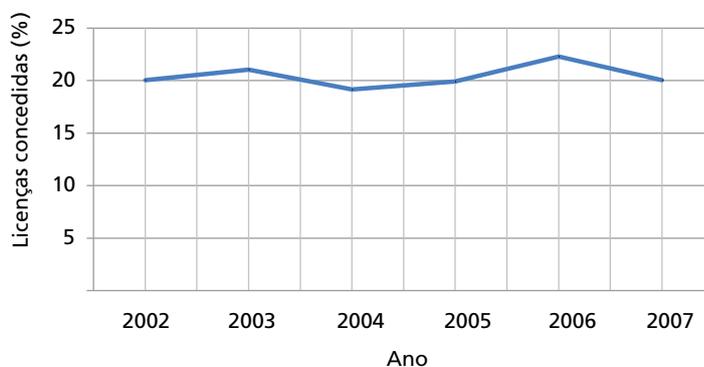
entre 2006 e 2007, aquela proporção voltou aos valores médios de anos anteriores, rondando os 20%, o que correspondeu a uma concessão de menos 47 700 licenças.

Gráfico 3: Edifícios Concluídos em Portugal Continental



Fontes: Anuário Estatístico de Portugal, INE e Anuário Estatístico do Algarve, INE

Gráfico 4: Proporção de licenças concedidas em Andaluzia no total de licenças concedidas em Espanha



Fontes: Anuário Estadístico de Andalucía 2008, Instituto de Estadística de Andalucía, Consejería de Economía Y Hacienda, Junta de Andalucía

Por municípios, a evolução das edificações concluídas na região do Algarve foi bastante diferenciada, no período em análise. A responsabilidade pelo decréscimo apontado foi repartida pelos municípios de Castro Marim, Lagoa, Lagos e Loulé, com reduções, respectivamente, de 52%, 39%, 34% e 19%. Numa trajetória de sentido inverso, e contribuindo para o aumento das construções concluídas podemos referir os municípios de Aljezur e Tavira, os quais registaram, entre 2002 e 2008, um acréscimo de 86% e 58%, respectivamente, de construções concluídas (ver Tabelas 8 e 9).

Tabela 8: Edificações concluídas na região do Algarve, por município

| | 2 002 | 2 004 | Varição (2002-2004) | 2006 | Varição (2004-2006) | 2008 | Varição (2006-2008) | Varição (2002-2008) |
|--------------------------|-------|-------|------------------------|-------|------------------------|-------|------------------------|------------------------|
| Continente | 60714 | 43842 | -16872 | 40302 | -3540 | 50431 | 10129 | -10283 |
| Algarve | 3820 | 2887 | -933 | 3002 | 115 | 3279 | 277 | -541 |
| Albufeira | 372 | 268 | -104 | 281 | 13 | 348 | 67 | -24 |
| Alcoutim | 31 | 41 | 10 | 34 | -7 | 14 | -20 | -17 |
| Aljezur | 99 | 114 | 15 | 140 | 26 | 184 | 44 | 85 |
| Castro Marim | 229 | 119 | -110 | 114 | -5 | 110 | -4 | -119 |
| Faro | 254 | 197 | -57 | 134 | -63 | 178 | 44 | -76 |
| Lagoa | 375 | 207 | -168 | 198 | -9 | 228 | 30 | -147 |
| Lagos | 488 | 324 | -164 | 375 | 51 | 320 | -55 | -168 |
| Loulé | 596 | 406 | -190 | 366 | -40 | 485 | 119 | -111 |
| Monchique | 41 | 26 | -15 | 34 | 8 | 40 | 6 | -1 |
| Olhão | 234 | 162 | -72 | 263 | 101 | 293 | 30 | 59 |
| Portimão | 246 | 187 | -59 | 201 | 14 | 180 | -21 | -66 |
| São Brás de Alportel | 91 | 39 | -52 | 69 | 30 | 84 | 15 | -7 |
| Silves | 333 | 223 | -110 | 269 | 46 | 244 | -25 | -89 |
| Tavira | 171 | 211 | 40 | 211 | 0 | 270 | 59 | 99 |
| Vila do Bispo | 68 | 147 | 79 | 130 | -17 | 106 | -24 | 38 |
| Vila Real de Stº António | 192 | 216 | 24 | 183 | -33 | 195 | 12 | 3 |

Fontes: Anuário Estatístico de Portugal, INE e Anuário Estatístico do Algarve, INE

Tabela 9: Taxa de Variação das edificações concluídas

| | (2002-2004) | (2004-2006) | (2006-2008) | (2002-2008) |
|--------------------------|--------------|-------------|-------------|--------------|
| Continente | -27,8 | -8,1 | 25,1 | -16,9 |
| Algarve | -24,4 | 4,0 | 9,2 | -14,2 |
| Albufeira | -28,0 | 4,9 | 23,8 | -6,5 |
| Alcoutim | 32,3 | -17,1 | -58,8 | -54,8 |
| Aljezur | 15,2 | 22,8 | 31,4 | 85,9 |
| Castro Marim | -48,0 | -4,2 | -3,5 | -52,0 |
| Faro | -22,4 | -32,0 | 32,8 | -29,9 |
| Lagoa | -44,8 | -4,3 | 15,2 | -39,2 |
| Lagos | -33,6 | 15,7 | -14,7 | -34,4 |
| Loulé | -31,9 | -9,9 | 32,5 | -18,6 |
| Monchique | -36,6 | 30,8 | 17,6 | -2,4 |
| Olhão | -30,8 | 62,3 | 11,4 | 25,2 |
| Portimão | -24,0 | 7,5 | -10,4 | -26,8 |
| São Brás de Alportel | -57,1 | 76,9 | 21,7 | -7,7 |
| Silves | -33,0 | 20,6 | -9,3 | -26,7 |
| Tavira | 23,4 | 0,0 | 28,0 | 57,9 |
| Vila do Bispo | 116,2 | -11,6 | -18,5 | 55,9 |
| Vila Real de Stº António | 12,5 | -15,3 | 6,6 | 1,6 |

Fontes: Anuário Estatístico de Portugal, INE e Anuário Estatístico do Algarve, INE

Para o decréscimo de construções concluídas, observado entre 2002 e 2004, muito contribuiu o ajustamento ocorrido nos municípios de Albufeira, Castro Marim, Lagoa, Lagos, Loulé e Silves, registando uma redução no número de construções concluídas de 28%, 48%, 45%, 34%, 32% e 33%, respectivamente. De realçar, que naquele período, as construções em Vila do Bispo mais do que duplicaram, em contraste com a maioria dos municípios algarvios.

Entre 2004 e 2006, as construções concluídas na região voltaram a registar um crescimento, sendo o maior contribuinte para essa variação o município de Olhão: mais 62% de edificações concluídas. No período compreendido entre 2006 e 2008, foi o município de Loulé que mais influenciou o acréscimo de construções concluídas no Algarve, tendo crescido a construção, naquele município, 32,5%.

Olhando mais em pormenor para as construções concluídas em cada município, é possível concluir que os municípios com maior número absoluto de construções concluídas são Albufeira, Lagoa, Lagos, Loulé e Silves. Sendo aqueles dois últimos municípios os que dispõem de maior área na região do Algarve, o facto de os mesmos apresentarem taxas de representatividade à volta de 10% não será surpreendente, embora também se saiba que as construções concluídas tendam a ser territorialmente concentradas. O mesmo não se pode afirmar no caso dos outros três municípios que, com *áreas relativamente pequenas*, apresentam percentagens acima de 10%, em diversos anos. No entanto, Lagoa e Lagos perderam peso relativo entre 2002 e 2008, de 10% para 7% e de 13% para 10%, respectivamente. As construções concluídas no município de Loulé decresceram de importância relativa entre 2002 e 2006, de 16% para 12%, aumentando de novo para 15%, entre 2006 e 2008 (ver Gráfico 5).

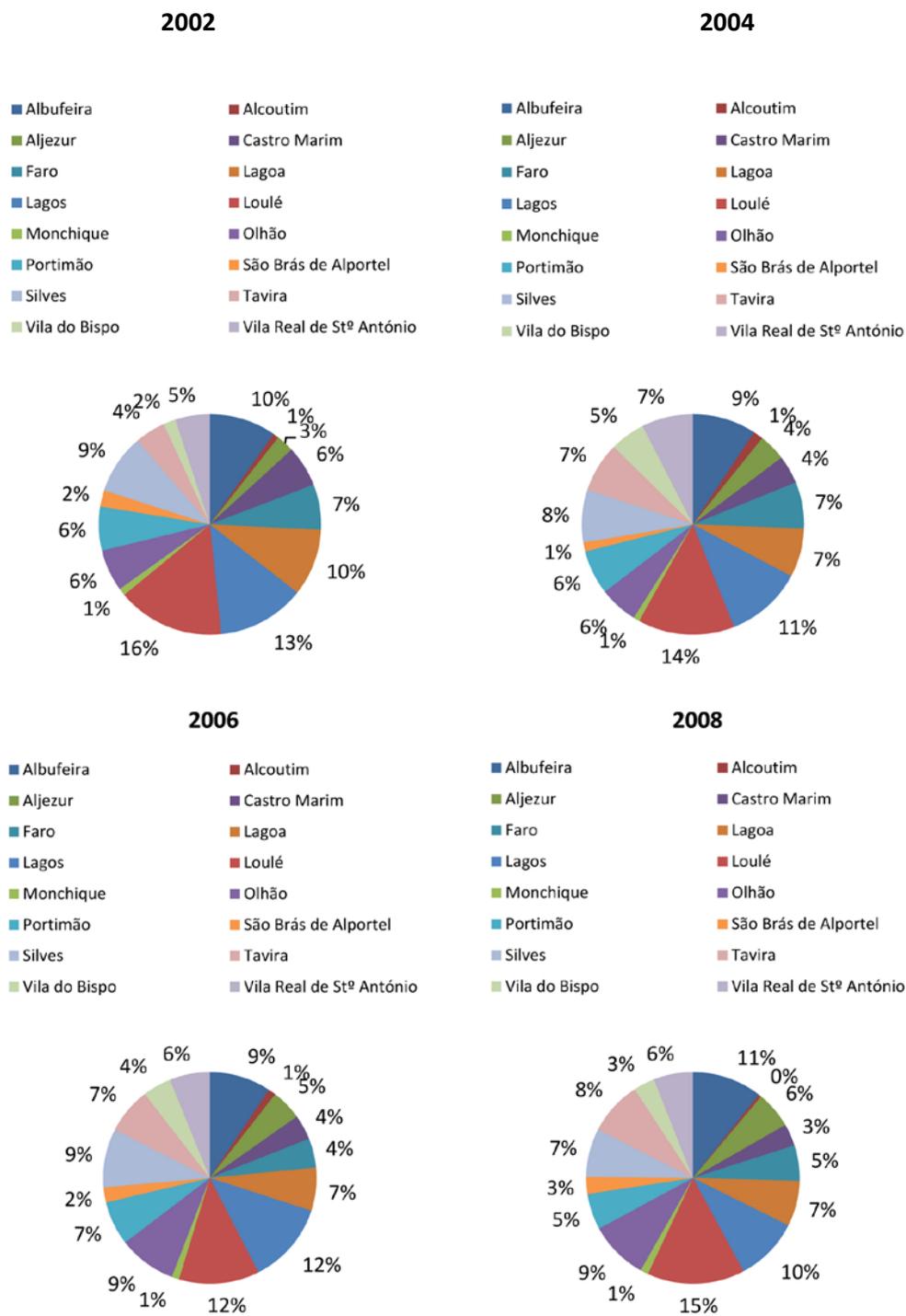
Em termos evolutivos, Albufeira e Tavira registaram um acréscimo de importância relativa nas construções concluídas na região, passando de 10% para 11% e de 4 para 7%, entre 2002 e 2008, respectivamente.

Para além da análise do número de edificações concluídas importa ter a noção do parque edificado para que se possa fazer uma apreciação da existência, ou não, de construção excessiva em determinados concelhos do Algarve.

Nesse sentido, a Tabela 10 apresenta a evolução do número de alojamentos por residente e na Tabela 11 é calculado o número de alojamentos por população residente acrescida da flutuante, de forma a possibilitar uma análise da evolução do dimensionamento do parque habitacional na região do Algarve. É feita igualmente uma comparação com as demais regiões do território continental.

Os resultados demonstram que ao comparar o parque habitacional construído na região do Algarve com o das demais regiões do Continente ressalta, de forma clara, uma relação entre alojamentos construídos versus população residente muito acima de qualquer outra região. Mesmo tendo em conta o diferencial que resulta da existência de população flutuante que frequenta a região, estes valores continuam a ser muito mais elevados, andando em média 20 pontos percentuais acima do valor para o Continente.

Gráfico 5: Distribuição, por município, das novas edificações construídas na região do Algarve



Fontes: Anuário Estatístico de Portugal, INE e Anuário Estatístico do Algarve, INE

Tabela 10: Alojamentos familiares por indivíduo residente

| | Alojamento por indivíduo residente | | | | | |
|----------------------------|------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
| Continente | 0,54 | 0,55 | 0,52 | 0,53 | 0,53 | 0,54 |
| Norte | 0,55 | 0,55 | 0,47 | 0,48 | 0,49 | 0,49 |
| Centro | 0,55 | 0,56 | 0,57 | 0,57 | 0,58 | 0,59 |
| Lisboa | 0,49 | 0,49 | 0,49 | 0,49 | 0,50 | 0,50 |
| Alentejo | 0,57 | 0,56 | 0,58 | 0,59 | 0,60 | 0,61 |
| Algarve | 0,75 | 0,75 | 0,77 | 0,78 | 0,79 | 0,81 |
| Albufeira | 0,94 | 0,93 | 0,92 | 0,93 | 0,95 | 0,96 |
| Alcoutim | 0,86 | 0,88 | 0,91 | 0,94 | 0,97 | 1,00 |
| Aljezur | 0,93 | 0,95 | 0,97 | 0,99 | 1,03 | 1,08 |
| Castro Marim | 1,14 | 1,16 | 1,19 | 1,20 | 1,23 | 1,25 |
| Faro | 0,55 | 0,56 | 0,57 | 0,58 | 0,58 | 0,59 |
| Lagoa | 0,79 | 0,78 | 0,79 | 0,79 | 0,79 | 0,79 |
| Lagos | 0,81 | 0,83 | 0,85 | 0,86 | 0,87 | 0,90 |
| Loulé | 0,85 | 0,85 | 0,87 | 0,87 | 0,88 | 0,89 |
| Monchique | 0,68 | 0,69 | 0,71 | 0,72 | 0,74 | 0,79 |
| Olhão | 0,52 | 0,52 | 0,53 | 0,53 | 0,55 | 0,56 |
| Portimão | 0,75 | 0,76 | 0,77 | 0,79 | 0,82 | 0,83 |
| São Brás de Alportel | 0,52 | 0,51 | 0,51 | 0,51 | 0,50 | 0,50 |
| Silves | 0,77 | 0,77 | 0,79 | 0,80 | 0,81 | 0,83 |
| Tavira | 0,73 | 0,75 | 0,78 | 0,81 | 0,83 | 0,88 |
| Vila do Bispo | 0,90 | 0,92 | 0,95 | 0,98 | 1,00 | 1,02 |
| Vila Real de Santo António | 0,88 | 0,91 | 0,95 | 0,97 | 1,00 | 1,03 |

Fontes: Anuários Estatísticos de cada Região, INE e Cálculos próprios

Tabela 11: Alojamentos familiares por indivíduo residente e turista

| | Alojamento por indivíduo residente e flutuante | | | | | |
|-------------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
| Continente | 0,51 | 0,51 | 0,52 | 0,52 | 0,53 | 0,54 |
| Norte | 0,46 | 0,47 | 0,47 | 0,48 | 0,48 | 0,49 |
| Centro | 0,55 | 0,56 | 0,56 | 0,57 | 0,58 | 0,59 |
| Lisboa | 0,49 | 0,49 | 0,49 | 0,49 | 0,49 | 0,50 |
| Alentejo | 0,57 | 0,56 | 0,58 | 0,59 | 0,60 | 0,61 |
| Algarve | 0,71 | 0,68 | 0,70 | 0,71 | 0,72 | 0,74 |

(cont.)

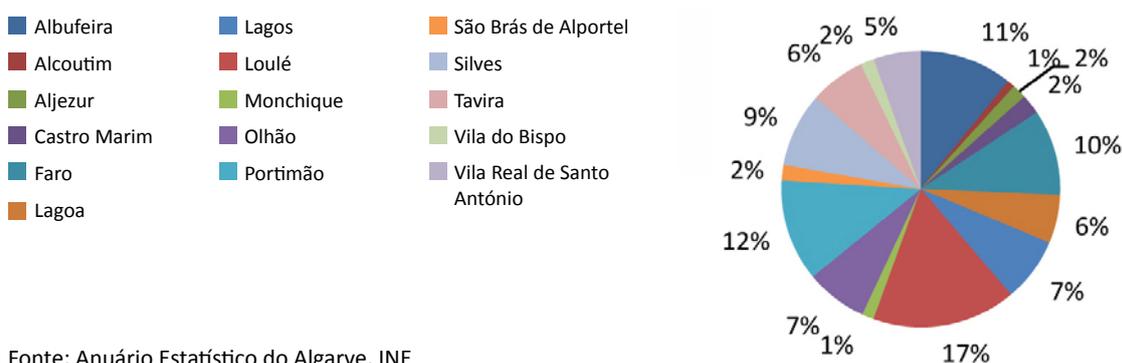
| | Alojamento por indivíduo residente e flutuante | | | | | |
|----------------------------|--|------|------|------|------|------|
| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
| Albufeira | 0,63 | 0,65 | 0,64 | 0,64 | 0,65 | 0,67 |
| Alcoutim | 0,86 | 0,88 | 0,91 | 0,94 | 0,97 | 1,00 |
| Aljezur | 0,90 | 0,91 | 0,97 | 0,99 | 1,03 | 1,08 |
| Castro Marim | 1,11 | 1,14 | 1,16 | 1,16 | 1,19 | 1,25 |
| Faro | 0,55 | 0,56 | 0,56 | 0,57 | 0,58 | 0,58 |
| Lagoa | 0,68 | 0,69 | 0,70 | 0,70 | 0,71 | 0,71 |
| Lagos | 0,76 | 0,77 | 0,80 | 0,81 | 0,81 | 0,84 |
| Loulé | 0,78 | 0,78 | 0,80 | 0,80 | 0,81 | 0,82 |
| Monchique | 0,68 | 0,69 | 0,70 | 0,72 | 0,74 | 0,79 |
| Olhão | 0,51 | 0,51 | 0,53 | 0,53 | 0,55 | 0,56 |
| Portimão | 0,65 | 0,67 | 0,69 | 0,70 | 0,73 | 0,75 |
| São Brás de Alportel | 0,52 | 0,51 | 0,51 | 0,51 | 0,50 | 0,50 |
| Silves | 0,75 | 0,75 | 0,77 | 0,78 | 0,79 | 0,81 |
| Tavira | 0,68 | 0,70 | 0,73 | 0,75 | 0,77 | 0,82 |
| Vila do Bispo | 0,83 | 0,85 | 0,90 | 0,92 | 0,95 | 0,96 |
| Vila Real de Santo António | 0,75 | 0,77 | 0,83 | 0,85 | 0,87 | 0,89 |

Fontes: Anuários Estatísticos de cada Região, INE e Cálculos próprios

Tendo presente a representatividade do edificado em cada concelho (ver Gráfico 6) surgem como casos de destaque os concelhos de Albufeira e de Loulé, com rácios de alojamentos edificados por residente bastante acima da média da região. Esta diferença atenua-se no caso do concelho de Albufeira, ao considerar-se a população flutuante. Estes dados indiciam níveis de construção excessivamente elevados no concelho de Loulé em relação à procura de habitação pelos residentes e às necessidades da população flutuante.

Ainda de destacar, os casos dos concelhos de Castro Marim e de Vila Real de Santo António, que, com baixa representatividade (respectivamente, de 2 e 5%) no total de alojamentos edificados na região, têm vindo a registar um aumento significativo na proporção de edificações construídas por habitante, mesmo considerando a população flutuante. Tal evolução poderá indicar alguma construção acima das necessidades de mercado, principalmente no município de Castro Marim.

Gráfico 6: Repartição do parque habitacional do Algarve, por concelhos, em 2008



Fonte: Anuário Estatístico do Algarve, INE

Só perante o cenário anteriormente descrito é possível entender o indicador relativo ao restauro e reabilitação urbana.

No que se refere ao mercado de edificações sujeitas a ampliação, alteração ou reconstrução, o mesmo tem um peso significativo em relação ao total da região do Algarve nos municípios de Albufeira, Faro, Lagos, Loulé e Silves – praticamente os mesmo municípios onde o número de novas edificações se tem acentuado, com excepção para Faro onde há um maior esforço de restauro e menor de novas edificações. Os municípios de Albufeira e de Loulé chegam a absorver mais de 18%, em alguns anos, das ampliações, alterações e reconstruções feitas na região (ver Tabela 12).

A região do Algarve acompanha a média nacional na proporção de edificações sujeitas a ampliação, alteração ou reconstrução, rondando, em 2008, os 20% do total de edificações concluídas. (ver Tabela 13). De destacar que esta proporção tem vindo consistentemente a aumentar, tendo crescido 4 e meio pontos percentuais, entre 2002 e 2008.

Para o incremento da proporção de edificações ampliadas, alteradas ou reconstruídas no total de edificações concluídas na região do Algarve, muito contribuíram os acréscimos significativos registados, naquele rácio, nos municípios de Albufeira, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique e Silves. Destes municípios destacam-se Faro, Monchique e Albufeira com um rácio acima de um terço do número de ampliações/alterações/reconstruções em relação ao total edificado, em 2008.

Tabela 12: Importância relativa dos edifícios em ampliação, alteração, reconstrução em cada município em relação ao total da região do Algarve

| | 2002 | 2004 | 2006 | 2008 |
|--------------------------|-------|-------|-------|-------|
| Albufeira | 10,76 | 18,76 | 17,62 | 18,31 |
| Alcoutim | 0,50 | 1,16 | 0,00 | 0,00 |
| Aljezur | 0,34 | 1,16 | 2,68 | 4,99 |
| Castro Marim | 3,36 | 5,03 | 4,02 | 4,08 |
| Faro | 12,44 | 12,19 | 10,15 | 11,80 |
| Lagoa | 9,58 | 6,00 | 5,94 | 8,47 |
| Lagos | 8,57 | 9,09 | 14,56 | 12,71 |
| Loulé | 18,82 | 17,99 | 15,52 | 15,13 |
| Monchique | 2,35 | 1,35 | 1,34 | 2,72 |
| Olhão | 8,07 | 5,22 | 9,00 | 5,60 |
| Portimão | 1,85 | 0,77 | 0,96 | 1,21 |
| São Brás de Alportel | 2,86 | 1,74 | 0,38 | 1,82 |
| Silves | 9,24 | 9,67 | 12,84 | 9,53 |
| Tavira | 4,54 | 2,51 | 2,49 | 1,06 |
| Vila do Bispo | 1,18 | 2,32 | 0,19 | 0,00 |
| Vila Real de Stº António | 5,55 | 5,03 | 2,30 | 2,57 |

Fonte: Estatísticas da construção e habitação, INE

Em posição oposta encontram-se os municípios de Olhão, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António onde as intervenções de ampliação, alteração ou reconstrução têm vindo a perder importância relativa face ao total edificado. Este facto parece apontar para uma menor importância atribuída àquele tipo de intervenções naqueles municípios. De destacar o município de Portimão, com taxas de ampliação/alteração/reconstrução quase insignificante, face ao número de novas edificações (8 intervenções, em 2008, em 180 novas edificações).

Tabela 13: Obras de ampliação, alteração e reconstrução em proporção do total edifícios concluídos em cada região ou município

| NUTS II / Concelhos | 2002 | 2004 | 2006 | 2008 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Portugal | 15,82 | 18,33 | 19,51 | 18,97 |
| Continente | 15,52 | 18,00 | 19,29 | 20,01 |
| Norte | 14,73 | 17,62 | 18,36 | 18,48 |
| Centro | 18,11 | 18,32 | 19,88 | 19,69 |
| Lisboa | 5,66 | 11,57 | 17,84 | 20,48 |
| Alentejo | 21,41 | 24,86 | 23,43 | 26,22 |
| Algarve | 15,58 | 17,91 | 17,39 | 20,16 |
| Albufeira | 17,20 | 36,19 | 32,74 | 34,77 |
| Alcoutim | 9,68 | 14,63 | 0,00 | 0,00 |
| Aljezur | 2,02 | 5,26 | 10,00 | 17,93 |
| Castro Marim | 8,73 | 21,85 | 18,42 | 24,55 |
| Faro | 29,13 | 31,98 | 39,55 | 43,82 |
| Lagoa | 15,20 | 14,98 | 15,66 | 24,56 |
| Lagos | 10,45 | 14,51 | 20,27 | 26,25 |
| Loulé | 18,79 | 22,91 | 22,13 | 20,62 |
| Monchique | 34,15 | 26,92 | 20,59 | 45,00 |
| Olhão | 20,51 | 16,67 | 17,87 | 12,63 |
| Portimão | 4,47 | 2,14 | 2,49 | 4,44 |
| São Brás de Alportel | 18,68 | 23,08 | 2,90 | 14,29 |
| Silves | 16,52 | 22,42 | 24,91 | 25,82 |
| Tavira | 15,79 | 6,16 | 6,16 | 2,59 |
| Vila do Bispo | 10,29 | 8,16 | 0,77 | 0,00 |
| Vila Real St ^e António | 17,19 | 12,04 | 6,56 | 8,72 |
| RA Açores | 21,47 | 24,52 | 21,54 | 21,23 |
| RA Madeira | 20,51 | 22,35 | 23,55 | 19,83 |

Fonte: Cálculo CCDR

3.5. CONSUMO DE COMBUSTÍVEL AUTOMÓVEL POR HABITANTE

Entre 2005 e 2007, o consumo de combustível automóvel por habitante, na região do Algarve, ficou sempre acima do mesmo consumo no Continente, facto que é explicado pelo elevado número de população flutuante que transita no Algarve de automóvel, principalmente na época de Verão. A corroborar esta observação, podemos verificar que para além da capital da região, Faro, são os concelhos com mais elevada procura turística que registam consumos anuais de combustível automóvel acima da média regional: Albufeira, Lagos, Loulé e Portimão (ver Tabela 14) Estes concelhos são igualmente os que mais emprego geram e os que dispõem de um poder de compra superior.

Tabela 14: Consumo de combustível automóvel por habitante

Unidade: tep/habitante

| | 2005 | 2006 | 2007 |
|----------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Continente | 0,67 | 0,64 | 0,64 |
| Algarve | 0,78 | 0,77 | 0,80 |
| Albufeira | 0,90 | 0,91 | 1,00 |
| Alcoutim | 0,55 | 0,38 | 0,31 |
| Aljezur | 0,82 | 0,86 | 0,93 |
| Castro Marim | 0,12 | 0,14 | 0,13 |
| Faro | 1,31 | 1,21 | 1,12 |
| Lagoa | 0,62 | 0,64 | 0,60 |
| Lagos | 0,89 | 0,88 | 0,87 |
| Loulé | 0,93 | 0,95 | 1,06 |
| Monchique | 0,55 | 0,51 | 0,47 |
| Olhão | 0,40 | 0,37 | 0,35 |
| Portimão | 0,72 | 0,76 | 0,94 |
| São Brás de Alportel | 0,39 | 0,46 | 0,46 |
| Silves | 0,77 | 0,73 | 0,71 |
| Tavira | 0,52 | 0,52 | 0,51 |
| Vila do Bispo | 0,42 | 0,45 | 0,42 |
| Vila Real de Santo António | 0,58 | 0,55 | 0,52 |

Fontes: Anuário Estatístico da Região Algarve 2007; DGGE, Direcção Geral de Energia e Geologia; Cálculo CCDR Algarve

A Tabela 14 indica ter havido, entre 2005 e 2007, e para alguns casos, uma ligeira inversão da tendência anteriormente apontada. Tal parece estar relacionado com a contracção registada no consumo de gasolina sem chumbo nos concelhos de Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Olhão, Silves, Tavira e Vila Real de Santo António (ver Tabela 15). Podem ser apontadas múltiplas razões para este fenómeno: para além de terem sido adoptadas medidas de política que promovem a utilização de transportes públicos, há ainda a salientar a pequena dimensão de algumas cidades,

facilitadora da dispensa de utilização do automóvel em situações financeiramente mais críticas; ou, os possíveis aumentos de desemprego e a clara perda de actividade turística em localidades de menor atractividade. Tais justificações, adequadas aos municípios de Silves, Olhão, Monchique ou Faro, não explicam, contudo, os valores verificados em Vila Real de Santo António e Alcoutim – casos em que a diferença dos preços dos combustíveis vendidos em Ayamonte poderá ser a maior responsável pela baixa de consumo.

Tabela 15: Consumo anual de gasolina sem chumbo

Unidade: tep/habitante

| | 2005 | 2006 | 2007 |
|----------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Continente | 0,18 | 0,17 | 0,16 |
| Algarve | 0,25 | 0,24 | 0,23 |
| Albufeira | 0,34 | 0,30 | 0,30 |
| Alcoutim | 0,09 | 0,06 | 0,04 |
| Aljezur | 0,24 | 0,27 | 0,25 |
| Castro Marim | 0,02 | 0,01 | 0,01 |
| Faro | 0,36 | 0,32 | 0,29 |
| Lagoa | 0,23 | 0,24 | 0,22 |
| Lagos | 0,27 | 0,27 | 0,24 |
| Loulé | 0,30 | 0,29 | 0,29 |
| Monchique | 0,16 | 0,15 | 0,15 |
| Olhão | 0,16 | 0,15 | 0,13 |
| Portimão | 0,25 | 0,26 | 0,30 |
| São Brás de Alportel | 0,13 | 0,16 | 0,16 |
| Silves | 0,23 | 0,22 | 0,21 |
| Tavira | 0,17 | 0,15 | 0,14 |
| Vila do Bispo | 0,17 | 0,19 | 0,16 |
| Vila Real de Santo António | 0,17 | 0,15 | 0,13 |

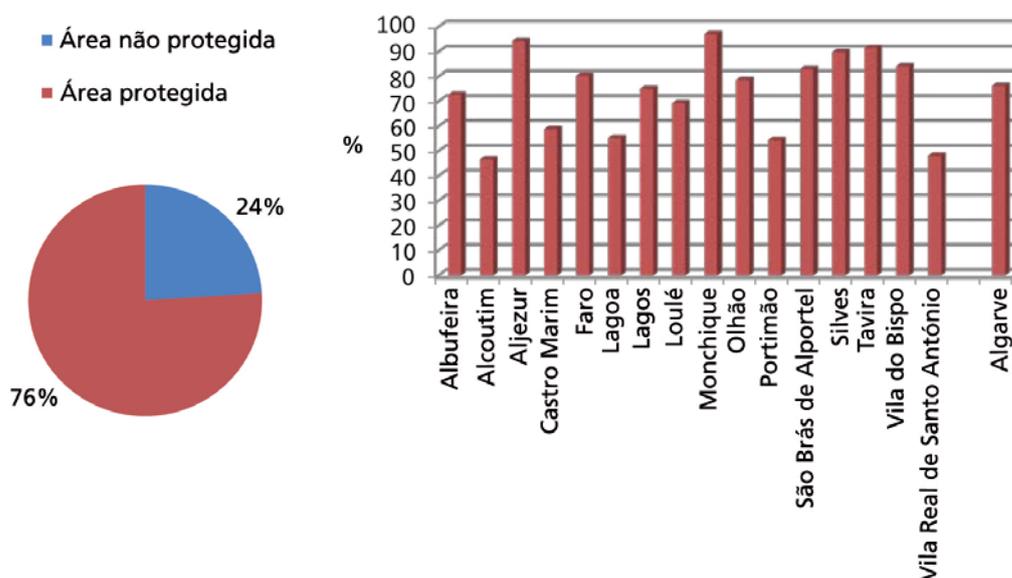
Fontes: Anuário Estatístico da Região Algarve 2007; DGGE, Direcção Geral de Energia e Geologia e Cálculos próprios

3.6. PERCENTAGEM DE SOLO ESPECIALMENTE PROTEGIDO

A região do Algarve tem três quartos do seu território classificado como área protegida, podendo esta recair numa ou mais das seguintes categorias: RAN, REN, Rede Natura e Área Protegida. O Gráfico 7 ilustra que, à excepção de Alcoutim e de Vila Real de Santo António, todos os demais municípios têm mais de metade do seu território classificado como área protegida, tendo 8 municípios, pelo menos 80% do seu solo incluído naquela classificação: Aljezur, Faro, Olhão, Monchique, São Brás de Alportel, Silves, Tavira e Vila do Bispo.

Embora apenas um quarto do solo do Algarve não tenha quaisquer restrições à construção por não se enquadrar em nenhuma das anteriores categorias, tal não tem sido suficiente para disciplinar a ocupação do solo. Na verdade, quase se pode acrescentar que as medidas fortemente restritivas fomentam atitudes mais facilitadoras por parte dos agentes públicos que passam uma interpretação relativamente mais flexível da legislação, de forma a obviar às restrições excessivas de ocupação do solo.

Gráfico 7: Percentagem de solo especialmente protegido na região do Algarve



Fonte: CAOP e SIG CCCR Algarve

Como se pode ver pelo Gráfico 6, do Anexo 1, cerca de 18% do solo da região do Algarve está classificado como RAN, embora essa percentagem suba até aos 45% no concelho de Albufeira e ronde os 40% nos concelhos de Lagoa e Olhão. Em termos absolutos, Silves, Loulé e Aljezur são os concelhos onde a RAN abrange uma área de solo superior. Por outro lado, cerca de 57% do solo algarvio está classificado como REN, ultrapassando os 75% nos concelhos de Monchique e de Tavira. Em termos globais são também estes concelhos que mais peso têm, conjuntamente com o concelho de Silves, no total da área REN da região, representando os maiores valores absolutos em termos de área envolvida. O Gráfico 7, do Anexo 1, ilustra estes dados. A região do Algarve tem ainda cerca de 36% do seu território classificado como Rede Natura, chegando essa percentagem a 73%, 53%, 87%, 52% e 92% em Aljezur, Loulé, Monchique, São Brás de Alportel e Vila do Bispo, respectivamente. Loulé, Monchique e Aljezur são por ordem decrescente de grandeza os municípios com maior valor absoluto de área classificada como Rede Natura (ver o Gráfico 8, do Anexo 1).

Embora, em termos médios, apenas 9% do solo da região do Algarve esteja catalogado como Área Especialmente Protegida, 64% e 45% do território dos concelhos de Vila do Bispo e Aljezur, respectivamente, estão tipificados como Área Protegida.

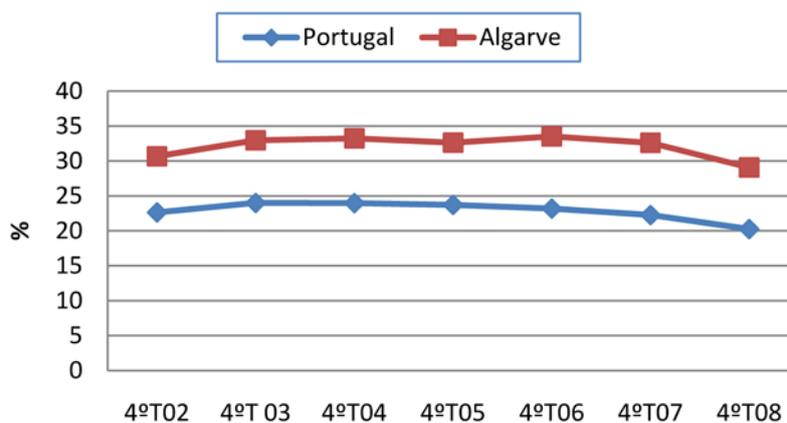
3.7. TAXA DE ESFORÇO DE ACESSO À HABITAÇÃO

A taxa de esforço de acesso à habitação representa um indicador regional de qualidade de vida quando os níveis de preços não variam substantivamente entre as regiões. No Algarve, como se pode verificar pelo Gráfico 8, o diferencial entre os níveis de esforço para acesso à habitação tem rondado, face à média nacional (entre 2002 e 2008) os 9%. Sendo significativo, tal diferencial reflecte dois factores: a prestação mensal média correspondente aos encargos da compra de habitação (também representada pela avaliação bancária da habitação), por um lado e, por outro, o diferencial no ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem.

Convém notar que no caso do primeiro indicador referido, a prestação mensal média correspondente aos encargos da compra de habitação, se verificam valores para o Algarve relativamente acima da média do País, dando conta de um custo de habitação superior ao do resto do país (variável entre 18%, em 2002, e 28%, em 2007) - ver Gráfico 9. Tal valor resulta, por um lado, da grande procura que as habitações têm no período de Verão – sendo ocupadas para fins turísticos – e, por outro, de uma oferta pouco elástica. A nova edificação é balizada por uma legislação restritiva e enfrenta desde há anos uma forte crise económica. Contudo, resiste vigorosamente à baixa dos preços. Sendo mantidos artificialmente elevados, os preços não reflectem as reais oscilações do mercado e continuam a pressionar a taxa de esforço à habitação, que só em fins de 2007 dá mostras de começar a descer quando finalmente os preços da construção por m2 descem acentuadamente perante a persistente falta de compradores.

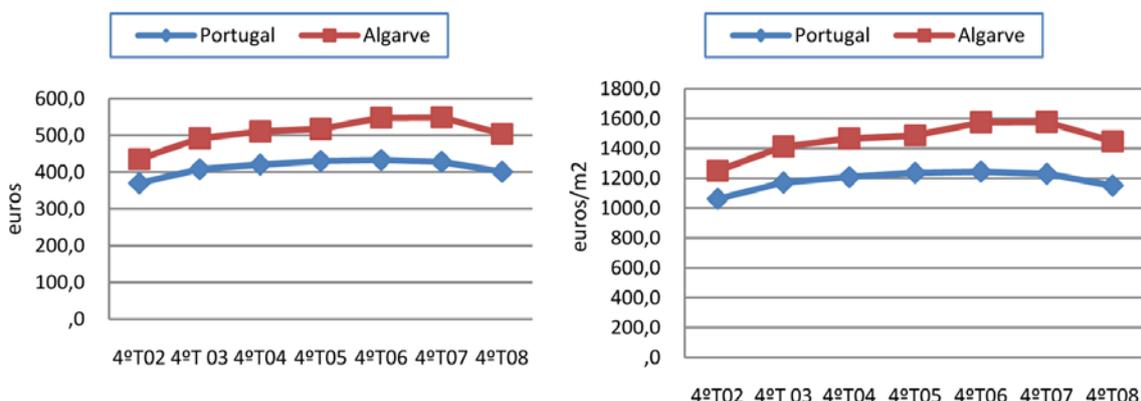
A taxa de esforço poderia descer ainda mais se o segundo indicador, ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, subisse mais rapidamente do que no resto do país, o que também não tem sucedido - ver Gráfico 10. Este baixo valor prende-se ao menor nível de formação profissional, e correspondentes menores salários dos trabalhadores por conta de outrem que trabalham na região. Sendo altamente focalizada no turismo é de esperar que tal suceda, visto que este é um sector pouco exigente em formação avançada, especialização técnica ou inovação tecnológica.

Gráfico 8: Taxa de esforço de acesso à habitação



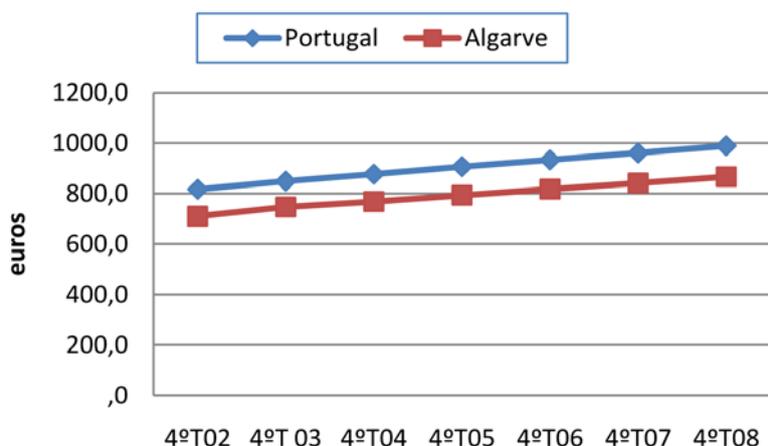
Fontes: Anuário Estatístico da Região do Algarve (2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008), INE; Inquérito à avaliação bancária da habitação, quadros associados aos "Destques" sobre tema, INE; BPI - Crédito à habitação; <http://www.bancobpi.pt/pagina.asp>; Cálculos CCR Algarve

Gráfico 9: Prestação mensal e avaliação bancária da habitação



Fontes: Anuário Estatístico da Região do Algarve (2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008), INE; Inquérito à avaliação bancária da habitação, quadros associados aos “Destaques” sobre tema, INE; BPI - Crédito à habitação; <http://www.bancobpi.pt/pagina.asp>

Gráfico 10: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem



Fontes: Anuário Estatístico da Região do Algarve (2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008), INE; Inquérito à avaliação bancária da habitação, quadros associados aos “Destaques” sobre tema, INE; BPI - Crédito à habitação; <http://www.bancobpi.pt/pagina.asp>

3.8. MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA DO ALGARVE COMO DESTINO TURÍSTICO

Os turistas inquiridos, no Verão de 2008, repartem-se, quase equitativamente em termos de género, conforme se pode observar pelo Gráfico 9, ANEXO 1. No que se refere ao grupo etário, nos meses de Verão, foram entrevistados mais indivíduos com menos de 30 anos (36% dos inquiridos) do que quando a análise incide sobre a totalidade de inquiridos (33% dos inquiridos), por troca do grupo etário com idades compreendidas entre os 31 e 40 anos, que correspondeu a 19% dos inquiridos, percentagem que ascende a 23% quando considerados a totalidade dos

inquiridos. De destacar igualmente uma perda, embora mínima, de relevância dos turistas inquiridos com mais de 60 anos, cuja importância decresce de 11% para 10% quando a análise passa apenas da época estival para a totalidade dos inquiridos (ver Gráfico 10, ANEXO 1).

Esta diferença aparenta indicar uma maior procura do destino Algarve, por turistas jovens, durante os meses de Verão, revelando-se o segmento de turistas com mais de 40 anos relativamente estável e consolidado.

No que se refere à distribuição dos turistas inquiridos segundo o estado civil constata-se que a maioria dos inquiridos, quer sejam os da época estival ou na sua totalidade, são casados ou vivem em comunhão de facto (ver Gráfico 11, ANEXO 1).

Quase dois terços dos inquiridos, quer no Verão quer no Inverno, têm habilitações académicas ao nível universitário (ver Gráfico 12, ANEXO 1).

Nos inquéritos realizados durante o Verão, a situação profissional de estudante é mais preponderante do que quando são tidos em consideração a totalidade dos inquéritos, facto que não é de estranhar face ao número superior de estudantes inquiridos durante Julho e Agosto. Em contrapartida, as actividades financeira e comercial e as outras actividades têm um peso superior na globalidade dos inquéritos do que quando são analisados apenas os inquéritos realizados no Verão (ver Gráfico 13, ANEXO 1).

Durante os meses de Julho e Agosto foram inquiridos uma maior proporção de turistas provenientes da Bélgica, do Reino Unido, da Irlanda e de outros países de origem (ver Gráfico 14, ANEXO 1).

O principal motivo que leva os turistas a procurar o destino Algarve é o das férias em família, aumentando este motivo de importância durante a época estival, sendo indicado por 93% dos inquiridos. Em contrapartida, o golfe torna-se um motivo de crescente importância quando acrescentamos para análise os inquéritos realizados no Inverno (ver Gráfico 15, ANEXO 1), correspondendo a 4% dos turistas inquiridos.

A Tabela 16 apresenta a distribuição, por país de origem, do motivo indicado pelos turistas, no Verão, para a escolha do destino Algarve. O principal motivo indicado por todas as nacionalidades de turistas para a deslocação ao Algarve são as férias com a família. Os turistas alemães e ingleses procuram o Algarve, em número muito superior à média, tendo como motivação a prática do golfe.

Tabela 16: Distribuição da motivação para a escolha do Algarve durante a época de Verão, por país de origem dos turistas

| | Férias em família | Trabalho ou negócios | Golfe |
|-------------|--------------------------|-----------------------------|--------------|
| Bélgica | 93,75% | 6,25% | 0,00% |
| Alemanha | 88,89% | 0,00% | 11,11% |
| Itália | 90,00% | 10,00% | 0,00% |
| Holanda | 100,00% | 0,00% | 0,00% |
| Espanha | 92,31% | 7,69% | 0,00% |
| Irlanda | 100,00% | 0,00% | 0,00% |
| Reino Unido | 90,22% | 3,26% | 6,52% |
| Outros | 91,30% | 6,52% | 2,17% |
| Portugal | 96,30% | 3,70% | 0,00% |

Fonte: *Elaboração própria*

O Algarve dispõe de diversos atributos considerados como mais ou menos importantes, pelos turistas que visitam a região. Ao perceber o perfil exacto desses turistas e tendo em conta, especificamente, a natureza e paisagem, o sol e praia, as cidades e os monumentos, os amigos e os familiares, os acontecimentos e a prática desportiva, a gastronomia, a saúde e os tratamentos de beleza, é possível não só traçar o perfil dos visitantes mas detectar afastamentos entre aquilo que os mesmo buscam na região e o que encontram – detectando-se os níveis de insatisfação específicos.

As expectativas dos turistas que visitam o Algarve

Natureza e paisagem:

É interessante notar que 78% dos turistas inquiridos durante o Verão atribuem uma classificação igual ou superior a 8 pontos para este atributo. Este valor reduz-se no Inverno. (ver Gráfico 16, em Anexo 1).

Sol e praia:

Como expectável este atributo é altamente valorizado pelos turistas que nos visitam no Verão, 62% atribuem a classificação máxima. Em Julho e Agosto, 94% dos turistas atribuem uma classificação de 8 pontos ou superior (ver Gráfico 17, em Anexo 1).

Gastronomia:

O atributo gastronomia surge como sendo muito valorizado por 55% dos turistas inquiridos, não sendo relevante para apenas 8% dos turistas (ver Gráfico 18, em Anexo 1). Neste atributo não aparenta haver diferenciações valorativas entre turistas de Verão e de Inverno, sendo um atributo muito relevante para os turistas, e que só é suplantado pelo atributo sol e praia, já referido.

Cidades e monumentos:

Este atributo não revela diferenças significativas na apreciação demonstrada pelos turistas inquiridos na época de Verão e de Inverno, embora os turistas que visitaram o Algarve no Verão lhe tenham atribuído menor importância: 40% atribuem pelo menos uma classificação de 8 pontos (ver Gráfico 19, em Anexo 1).

Outros atributos:

No que se refere ao atributo amigos e familiares o mesmo assume menor relevo para os turistas na época de Verão do que quando as duas épocas são consideradas em conjunto. Tal como ilustrado pelo Gráfico 20, em Anexo 1, no Verão quase metade dos turistas indicam não lhe atribuir qualquer importância.

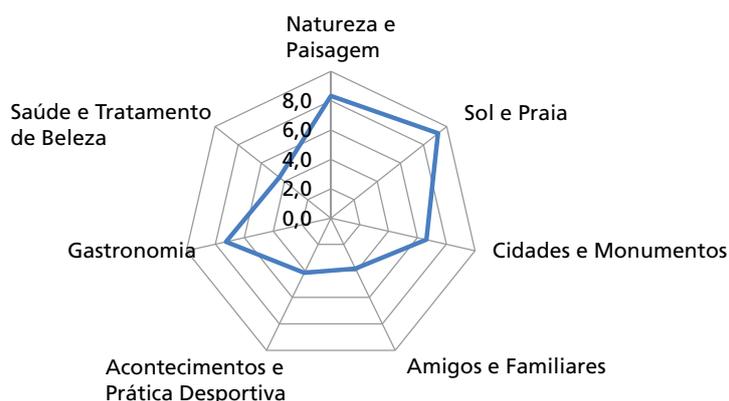
Por outro lado, eventos relacionados com a actividade desportiva não surgem como factores significativos para a escolha da região do Algarve como destino turístico, uma vez que este atributo apenas é bastante valorizado por 19% dos turistas inquiridos, enquanto 46% indicaram não lhe atribuir qualquer importância. No período de Verão esta opinião acentua-se ainda mais, como se pode ver pelo Gráfico 21, em Anexo 1.

Os turistas que procuram a região do Algarve valorizam pouco o atributo saúde e tratamento de beleza, sendo ainda menos valorizado pelos turistas que frequentam a região durante o Verão. De facto, 38% dos turistas de Verão atribuem uma classificação de 3 ou menos ao atributo, contra os 34%, se considerarmos todo o ano. Simultaneamente, os turistas inquiridos no Verão que valorizam bastante o atributo ascende apenas a 12%, bastante abaixo dos 17% obtido quando contemplado o ano inteiro (ver Gráfico 22, em Anexo).

Em termos agregados:

Os turistas que se deslocam ao Algarve, com fins turísticos, procuram a região principalmente pelo atributo sol e praia, seguido do atributo natureza e paisagem e do atributo gastronomia. Os demais atributos não merecem, em termos globais grande, destaque para a maioria dos inquiridos. A discrepância na valorização destes atributos acentua-se com os turistas de Verão: valorizam ainda mais os atributos tendencialmente mais apreciados e desvalorizam os tendencialmente menos apreciados (ver Gráfico 11).

Gráfico 11: Valorização média pelos turistas de Verão dos atributos da região



Fonte: Elaboração própria

Em termos médios, os atributos menos valorizados pelos turistas da região do Algarve, durante os meses de Verão, são a existência de amigos e familiares, de acontecimentos e prática desportiva e de cuidados de saúde e tratamentos de beleza. Estes atributos são menos valorizados pelos turistas de Verão do que pelos inquiridos no Inverno (ver Tabelas 17 e 18).

De referir ainda o facto de a mediana dos atributos amigos e familiares e acontecimentos e prática desportiva estar abaixo da média, o que indica que mais de metade dos inquiridos não valoriza estes atributos. Este facto é ainda mais notório quando consideramos apenas o universo dos turistas inquiridos no Verão. Nos demais atributos a mediana das observações, por atributo de valorização da região, é praticamente sempre superior à média, o que indica que a maioria dos inquiridos atribui uma valorização superior à média das respostas obtidas.

Tabela 17: Estatística da valorização dos atributos da região pelos turistas de Verão

| | Média | Desvio-Padrão | Mediana |
|-------------------------------------|--------------|----------------------|----------------|
| Natureza e Paisagem | 8,3 | 0,8 | 9 |
| Sol e Praia | 9,3 | 0,7 | 10 |
| Cidades e Monumentos | 6,6 | 0,7 | 7 |
| Amigos e Familiares | 3,8 | 0,4 | 2 |
| Acontecimentos e Prática Desportiva | 4,1 | 0,4 | 3 |
| Gastronomia | 7,3 | 0,7 | 8 |
| Saúde e Tratamento de Beleza | 4,4 | 0,4 | 4 |

Fonte: Elaboração própria

Tabela 18: Estatística da valorização dos atributos da região pela globalidade dos turistas

| | Média | Desvio-Padrão | Mediana |
|-------------------------------------|--------------|----------------------|----------------|
| Natureza e Paisagem | 8,2 | 0,8 | 9 |
| Sol e Praia | 9,1 | 0,9 | 10 |
| Cidades e Monumentos | 6,7 | 0,7 | 7 |
| Amigos e Familiares | 4,3 | 0,4 | 3 |
| Acontecimentos e Prática Desportiva | 4,5 | 0,4 | 4 |
| Gastronomia | 7,2 | 0,7 | 8 |
| Saúde e Tratamento de Beleza | 4,7 | 0,5 | 5 |

Fonte: Elaboração própria

Por nacionalidade:

Quando a análise incide sobre cada um dos atributos que condiciona a procura turística do Algarve, nos meses de Verão (Tabela 19), segundo o país de origem, verifica-se que os turistas belgas são os que mais valorizam a natureza e a paisagem, sendo o sol e a praia o factor principal para os turistas espanhóis, holandeses e portugueses. O factor sol e praia é muito valorizado pela generalidade dos turistas que procuram a região no Verão, comparativamente à correspondente valorização quando a análise inclui também os turistas de Inverno. Os turistas italianos são os que mais valorizam a gastronomia quando decidem procurar a região.

Em contrapartida, os turistas espanhóis e portugueses são os que mais vêm ao Algarve, na época estival, para visitar familiares e amigos. Os turistas irlandeses, ingleses, de outros países e

alemães são os que mais valorizam os acontecimentos e a prática desportiva, embora com uma relevância inferior no Verão, do que quando se considera a totalidade do ano.

No que se refere aos atributos cidades e monumentos estes são mais relevantes para os turistas provenientes da Itália, de “outros” países de origem, da Irlanda e do Reino Unido. Os turistas da Alemanha que praticam turismo de Verão, no Algarve, valorizam menos o atributo cidades e monumentos em relação aos turistas daquela origem que fazem turismo em outras épocas do ano.

Os turistas de Verão italianos e de outras proveniências são os que mais valorizam o atributo saúde e tratamento de beleza. Nota-se uma diferença significativa, para baixo, na valorização deste atributo pelos holandeses, que visitam a região, durante os meses de Julho e Agosto.

Tabela 19: Representatividade da maior classificação (de 8 a 10) nos atributos da região, por país de origem dos turistas de Verão

| | Natureza e Paisagem | Sol e Praia | Cidades e Monumentos | Amigos e Familiares | Acontecimentos e Prática Desportiva | Gastronomia | Saúde e Tratamento de Beleza |
|-------------|---------------------|-------------|----------------------|---------------------|-------------------------------------|-------------|------------------------------|
| Bélgica | 93,75% | 93,75% | 25,00% | 0,00% | 0,00% | 50,00% | 0,00% |
| Alemanha | 80,56% | 88,89% | 36,11% | 11,11% | 13,89% | 52,78% | 8,33% |
| Itália | 80,00% | 80,00% | 50,00% | 0,00% | 0,00% | 70,00% | 30,00% |
| Holanda | 70,00% | 100,00% | 20,00% | 0,00% | 0,00% | 45,00% | 10,00% |
| Espanha | 69,23% | 100,00% | 23,08% | 53,85% | 7,69% | 53,85% | 0,00% |
| Irlanda | 61,29% | 90,32% | 45,16% | 29,03% | 22,58% | 48,39% | 9,68% |
| Reino Unido | 70,65% | 91,30% | 48,91% | 23,91% | 19,57% | 54,35% | 8,70% |
| Outros | 91,30% | 93,48% | 50,00% | 21,74% | 23,91% | 56,52% | 32,61% |
| Portugal | 81,48% | 100,00% | 29,63% | 46,30% | 7,41% | 59,26% | 12,96% |

Fonte: Elaboração própria

Como se pode observar pela Tabela 20, 19% dos turistas irlandeses que procuram a região do Algarve, durante o Verão, não valorizam o atributo natureza e paisagem. Os turistas espanhóis são os que menos valorizam o atributo cidades e monumentos e o atributo acontecimentos e prática desportiva, quer seja no Verão quer seja no Inverno. Este último atributo é igualmente pouco valorizado pelos turistas italianos.

A gastronomia não é um atributo considerado importante para muitos dos turistas de Verão provenientes da Espanha, Irlanda e Holanda. Os turistas de Verão holandeses valorizam menos este atributo que os seus conterrâneos que nos visitam no resto do ano. Em contraposição, os turistas de Inverno provenientes do Reino Unido valorizam mais a gastronomia do que os de Verão.

Os turistas de Verão espanhóis, ingleses, portugueses e italianos estão entre os que menor relevância atribuem ao atributo saúde e tratamento de beleza. Curiosamente, os turistas italianos

parecem subdividir-se em duas tipologias dado que uma proporção importante valoriza bastante o atributo saúde e tratamento de beleza e outro, também relevante, aparenta não valorizar o mesmo atributo. De salientar que os turistas portugueses que frequentam o Algarve nos meses de Verão valorizam bastante menos o atributo saúde e tratamento de beleza do que os turistas nacionais no seu conjunto.

Tabela 20: Representatividade da menor classificação (de 1 a 3) nos atributos da região, por país de origem dos turistas de Verão

| | Natureza e Paisagem | Sol e Praia | Cidades e Monumentos | Amigos e Familiares | Acontecimentos e Prática Desportiva | Gastronomia | Saúde e Tratamento de Beleza |
|-------------|---------------------|-------------|----------------------|---------------------|-------------------------------------|-------------|------------------------------|
| Bélgica | 0,00% | 6,25% | 6,25% | 93,75% | 25,00% | 0,00% | 18,75% |
| Alemanha | 0,00% | 0,00% | 13,89% | 66,67% | 47,22% | 5,56% | 33,33% |
| Itália | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 90,00% | 60,00% | 0,00% | 40,00% |
| Holanda | 0,00% | 0,00% | 10,00% | 100,00% | 50,00% | 10,00% | 20,00% |
| Espanha | 7,69% | 0,00% | 38,46% | 46,15% | 61,54% | 15,38% | 53,85% |
| Irlanda | 19,35% | 3,23% | 3,23% | 64,52% | 45,16% | 12,90% | 38,71% |
| Reino Unido | 5,43% | 2,17% | 10,87% | 64,13% | 53,26% | 8,70% | 42,39% |
| Outros | 0,00% | 0,00% | 4,35% | 58,70% | 43,48% | 6,52% | 26,09% |
| Portugal | 1,85% | 0,00% | 3,70% | 35,19% | 57,41% | 3,70% | 48,15% |

Fonte: Elaboração própria

3.9. VALORIZAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO DO ALGARVE

Os inquéritos realizados aos turistas sobre a valorização do destino turístico do Algarve repartiram-se quase de forma equitativa quer tenham sido realizados na época de Verão ou na época de Inverno. Esta repartição está espelhada nos Gráficos 23 a 27, no Anexo 1.

Como podemos comprovar pelo Gráfico 23, em Anexo 1 a distribuição dos visitantes por género é quase perfeitamente simétrica. Ainda, de acordo com o Gráfico 24, em Anexo 1, o maior grupo de inquiridos tem entre 18 e 30 anos, sendo essa representatividade superior na época de Verão. Independentemente da época em que foram realizados os inquéritos, 47% dos turistas inquiridos têm idade superior a 40 anos, representando o grupo etário com mais de 60 anos, 14 % dos inquiridos.

O maior grupo de turistas inquiridos é casado ou vive maritalmente (ver Gráfico 25, em Anexo 1). Os indivíduos solteiros representam 30% dos turistas inquiridos no Verão.

Os inquéritos realizados durante os meses de Julho e Agosto indicam uma procura turística com um nível superior de instrução, uma vez que 71% dos inquiridos detinha o ensino universitário, enquanto, na totalidade do ano, aquela percentagem decresce para 65%. Simultaneamente, os inquiridos com formação até ao terceiro ciclo não têm relevância na análise de Verão, embora representem 5% dos inquiridos quando a análise recai sobre o período anual (ver Gráfico 26, em Anexo 1).

A grande diferença na composição dos inquiridos de Verão e de Inverno reside no facto de todos os países de origem aumentarem a sua representatividade durante os meses de Julho e Agosto, à excepção dos turistas portugueses e de “outras proveniências”, deixando estes últimos de ser relevantes durante o Verão. Esta concentração de turistas em diferentes nacionalidades torna-se mais expressiva no caso dos ingleses em que a diferença entre as visitas efectuadas na época de Verão e a da totalidade do ano chega aos 7%, atingindo uma representatividade de 35% dos inquiridos no Verão. Há igualmente mais 3% e mais 2%, respectivamente, de turistas alemães e de holandeses inquiridos durante o Verão, atingindo os 15% e 11%, respectivamente, no Verão (ver Gráfico 27, em Anexo 1).

As apreciações dos turistas que visitam o Algarve

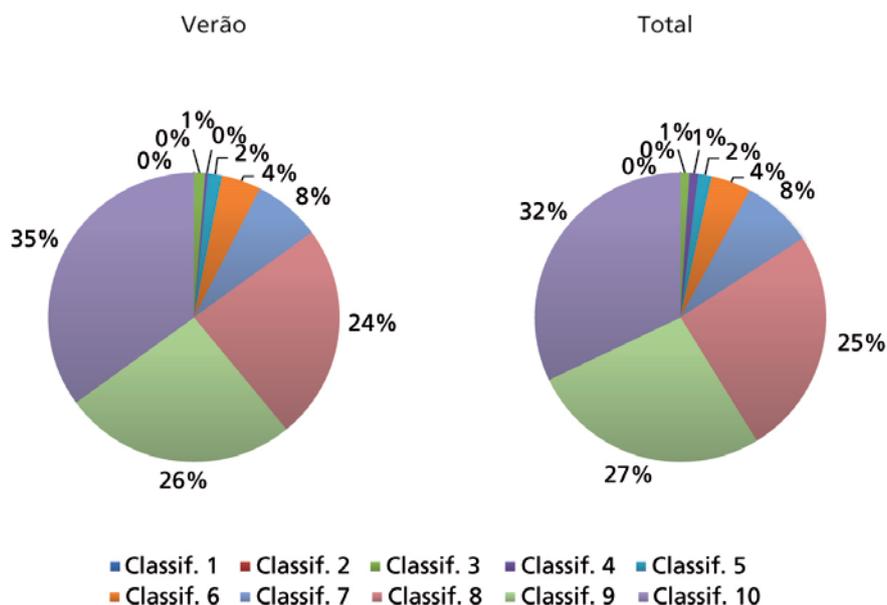
Tendo presente o “primeiro objectivo estratégico definido para a região – Diversificar e Qualificar o cluster Turismo/Lazer” (PROT Algarve – página 39), a análise da forma como os turistas que procuram o Algarve avaliam o produto turístico assume particular relevo. Através das percepções manifestadas pelos turistas sobre os principais valores da região será possível avaliar a eficácia da estratégia de desenvolvimento do sector que deve:

- “- Defender e valorizar a identidade e a imagem do Algarve enquanto destino turístico internacional;
- Reforçar os elementos de suporte da “marca” Algarve – sol, praia, mar e golfe ...;
- Gerar um processo de valorização da oferta e de reforço da competitividade do Algarve enquanto território turístico;
- Incluir a vertente ambiental e cultural na definição de uma estratégia de turismo sustentável e na criação de produtos turísticos específicos.” (página 39 do PROT Algarve)

Assim sendo, importa analisar os seguintes possíveis factores de apreciação do Algarve: 1. alojamento; 2. paisagem; 3. desenho urbano e monumentos; 4. planeamento urbano e território; 5. limpeza urbana; 6. níveis de ruído; 7. serviços de restauração; 8. acolhimento e simpatia; 9. parques naturais; 10. animação cultural; 11. praias; 12. serviços de saúde; 13. segurança do turista; 14. segurança rodoviária; 15. serviços de transportes públicos colectivos; 16. serviços de táxis; 17. relação qualidade-preço. Todos eles constituem um conjunto de variáveis capazes de facilitar a percepção dos aspectos em que a região consegue melhor desempenhar a sua função de destino turístico, promovendo a actividade turística de forma mais ou menos sustentada e quais os aspectos que, sendo mais deficientes, devem ser melhorados. Nesses aspectos será relevante perceber até que ponto a implementação bem sucedida do PROT Algarve poderá alterar os resultados agora observados.

Neste contexto, pode afirmar-se que, em termos gerais, a apreciação dos turistas sobre o alojamento oferecido é bastante positiva, sendo a percentagem dos turistas que lhe atribuem uma classificação igual ou superior a 8 pontos de 85% tanto durante o Verão como durante a totalidade do ano. Apenas 1% dos inquiridos se revelou completamente insatisfeito com o alojamento (ver Gráfico 12).

Gráfico 12: Distribuição da apreciação sobre o alojamento

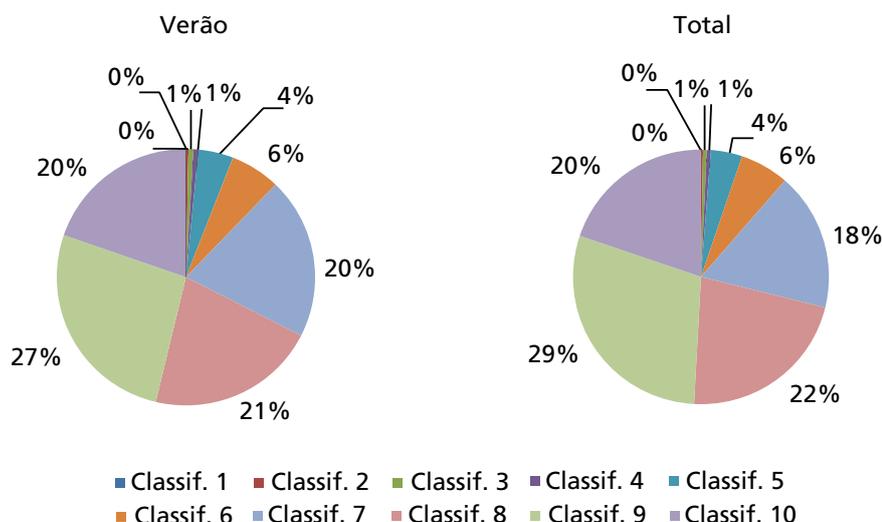


Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 13 mostra a apreciação dos turistas sobre o valor património paisagístico. Ressalta, de forma muito significativa, uma apreciação bastante positiva da paisagem, uma vez que 71% dos inquiridos atribuí-lhe uma classificação de 8 ou mais, quanto é considerada a totalidade do ano. Aquela percentagem decresce, no entanto, para 68%, na época de Verão.

É interessante notar que, embora a apreciação geral seja positiva, a apreciação à saída do Algarve é inferior às correspondentes expectativas à entrada. De facto, apenas 20% dos inquiridos atribuíram a classificação máxima, à saída do Algarve, ao património paisagístico (ver Gráfico 16, Anexo 1), quando em termos comparativos houve 31% e 36% dos inquiridos, considerando, respectivamente, a totalidade do ano e o Verão, que atribuíram igual relevância à paisagem, à entrada na região.

Gráfico 13: Distribuição da apreciação sobre a paisagem

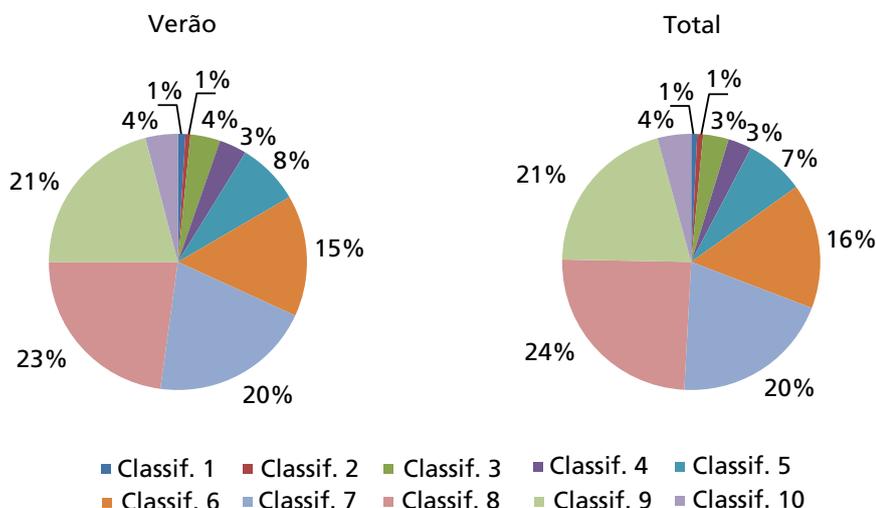


Fonte: Elaboração própria

No que se refere ao desenho urbanístico e aos monumentos, a apreciação geral é positiva, tendo em conta que quase metade dos inquiridos atribui uma classificação igual ou superior a 8, quer seja de Verão ou de Inverno. Contudo, apenas 4% dos turistas atribui a classificação máxima (ver Gráfico 14).

É curioso verificar que a expectativa colocada sobre o atributo cidades e monumentos eram inferiores à apreciação geral feita aquando da partida. No entanto, ao saírem da região são menos os turistas que dão uma classificação máxima às cidades e monumentos do que à chegada, 4% contra os iniciais 7% a 8%.

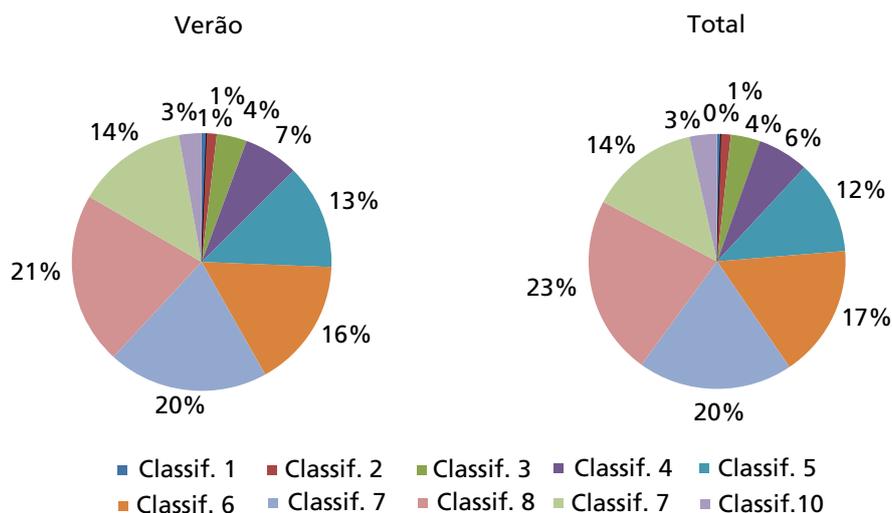
Gráfico 14: Distribuição da apreciação sobre o desenho urbanístico e monumentos



Fonte: Elaboração própria

A apreciação do planeamento urbano e território é muito positiva para apenas 38% dos turistas, na época de Verão, e para 40%, quando se considera a totalidade dos inquiridos (ver Gráfico 15). Embora esta apreciação não possa ser tida como uma má prestação pela região, a percentagem de turistas que atribuem ao planeamento urbano e território uma classificação elevada é bastante inferior à obtida no património paisagístico ou no desenho urbanístico e monumentos. Simultaneamente, esta vertente merece uma muito má apreciação por 6% dos turistas inquiridos durante o Verão, decrescendo para 5% quando são tidos em conta a totalidade dos inquiridos.

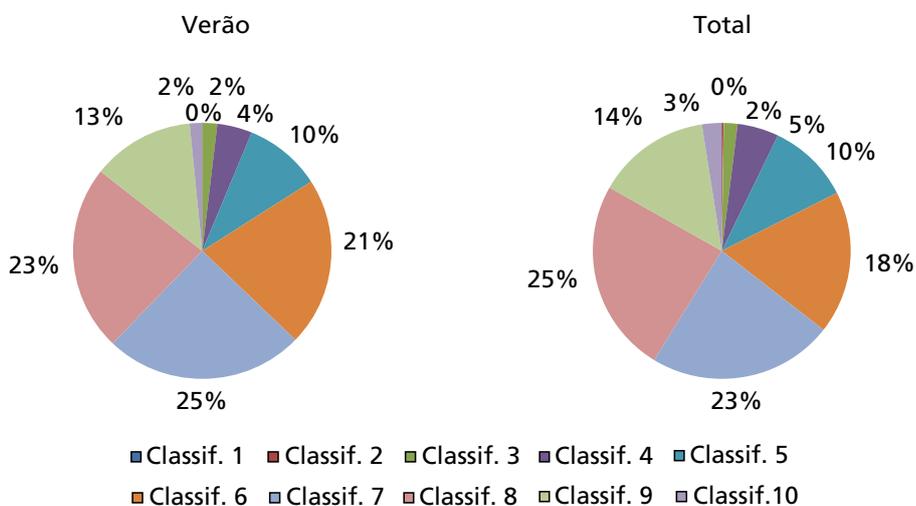
Gráfico 15: Distribuição da apreciação sobre o planeamento urbano e território



Fonte: Elaboração própria

A apreciação geral que os turistas fazem sobre a limpeza urbana é positiva, embora a apreciação muito favorável seja relativamente menos indicada pelos turistas inquiridos no Verão (ver Gráfico 16). Há, no entanto, a destacar que os que atribuem uma classificação muito positiva à limpeza urbana não ultrapassa os 42%.

Gráfico 16: Distribuição da apreciação sobre limpeza urbana



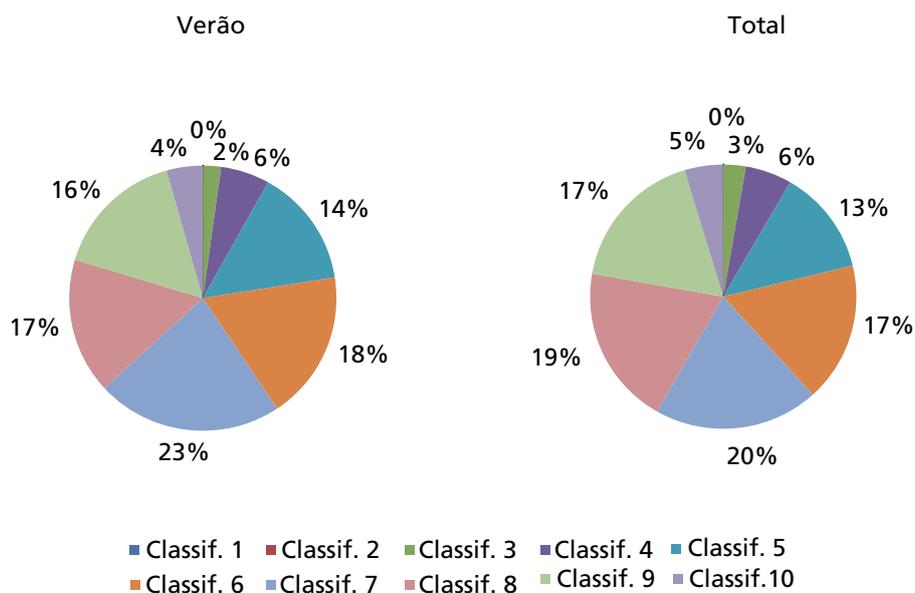
Fonte: Elaboração própria

A apreciação dos turistas relativa ao nível de ruído foi mais positiva na globalidade do ano do que quando se considera apenas as observações de Verão. Mesmo assim, 37% dos turistas inquiridos no Verão atribuem uma boa classificação ao nível de ruído registado na região, sendo apenas 2% dos inquiridos a manifestar-se muito insatisfeito com o mesmo (ver Gráfico 17).

No que se refere à apreciação dos turistas inquiridos sobre o serviço de restauração, embora a apreciação global seja muito positiva, conforme se pode constatar pelo Gráfico 18, a percentagem dos turistas que se diz muito satisfeito é relativamente inferior nos turistas de Verão, sendo a percentagem dos que se disseram muito pouco satisfeito relativamente superior.

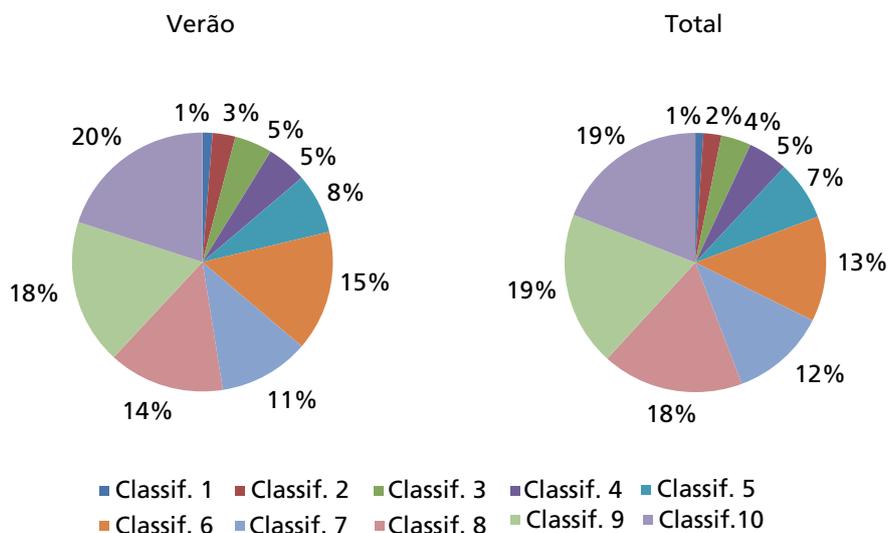
Quando se compara estes resultados com a relevância dada ao atributo gastronomia, à saída do Algarve, há 20% e 19% de turistas a dar a classificação máxima ao serviço de restauração, no Verão e na totalidade do ano, quando à chegada, só 12% e 11% dos inquiridos atribuíram semelhante classificação ao atributo gastronomia, respectivamente.

Gráfico 17: Distribuição da apreciação sobre níveis de ruído



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 18: Distribuição da apreciação sobre o serviço de restauração

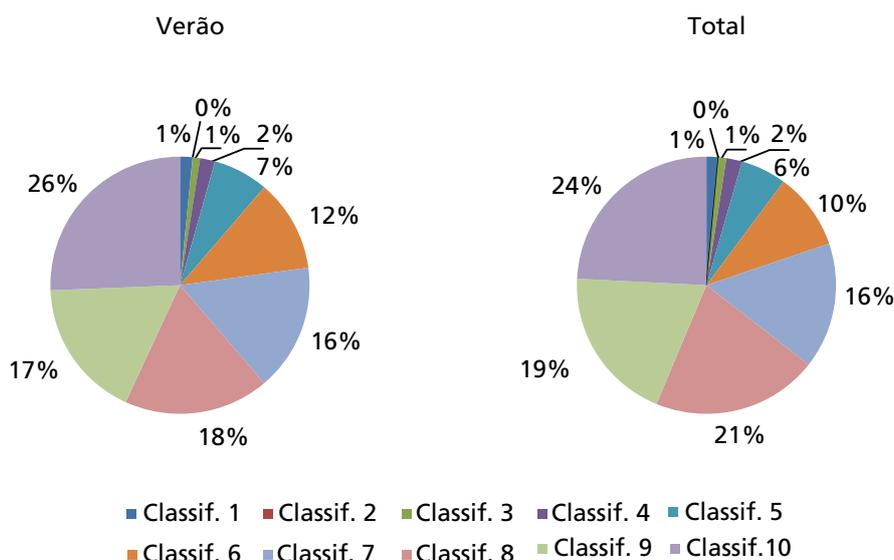


Fonte: Elaboração própria

Os residentes do Algarve são vistos como sendo simpáticos e acolhedores para 61% e 64% dos turistas que visitaram a região em 2008, respectivamente, durante os meses de Verão e durante o ano, não o sendo apenas para 2% dos inquiridos (ver Gráfico 19).

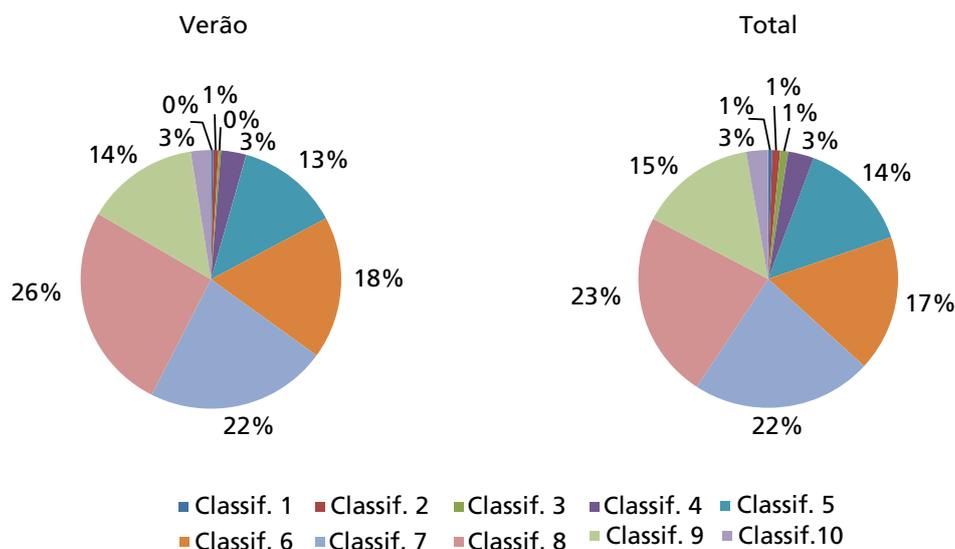
No que se refere à apreciação, feita pelos turistas de Verão, sobre os parques naturais da região do Algarve, constata-se, pelo Gráfico 20, que apenas 43% dos mesmos lhes atribuem uma classificação elevada (pelo menos 8).

Gráfico 19: Distribuição da apreciação sobre a simpatia e o acolhimento dos residentes



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 20: Distribuição da apreciação sobre os parques naturais

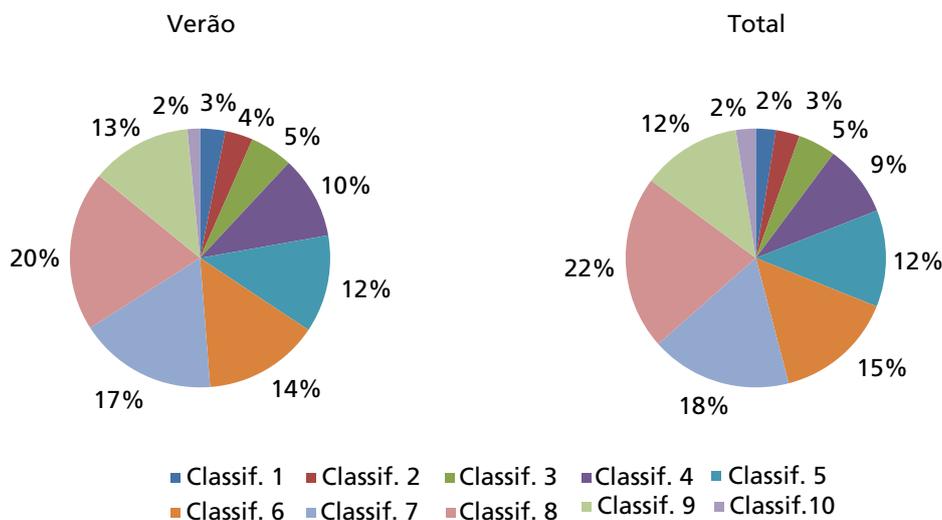


Fonte: Elaboração própria

Praticamente metade dos turistas inquiridos aprecia muito favoravelmente (classificação de pelo menos 8) o entretenimento cultural existente na região do Algarve (ver Gráfico 21). No entanto, 12% e 10%, respectivamente, dos turistas de Verão e da totalidade do ano, atribuem uma má classificação ao entretenimento cultural (classificação igual ou menor de 3).

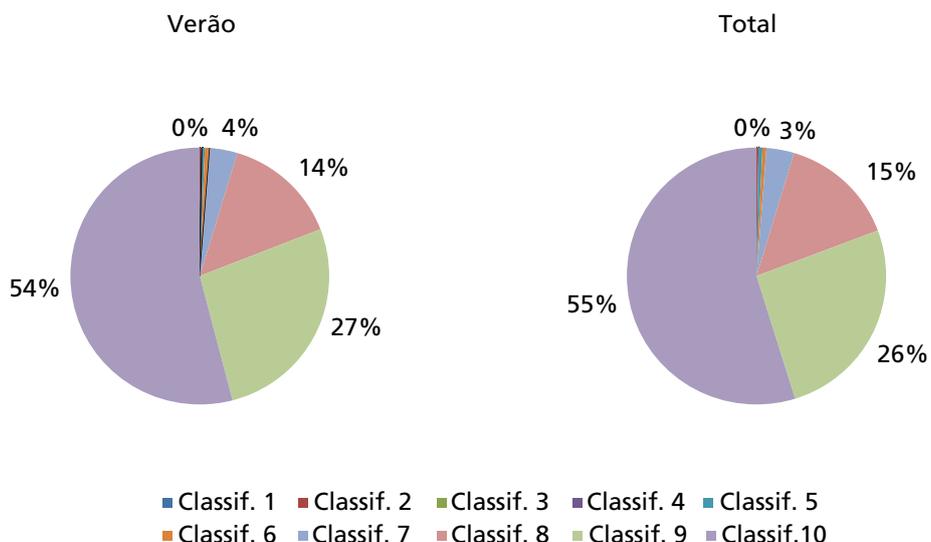
As praias são, sem dúvidas, o bem mais valorizado pelos turistas à saída do Algarve – ver Gráfico 22, merecendo a classificação máxima para 54% dos inquiridos no Verão e uma classificação de 8 pontos ou mais, para 95% dos visitantes. Parece que na oferta deste bem, a região responde de forma quase ajustada às expectativas, uma vez que a sua valorização à entrada era ponderada com uma classificação de 10 e com uma classificação de pelo menos 8, respectivamente, por 62% e 94% dos turistas inquiridos na época estival (ver Gráfico 17, Anexo 1).

Gráfico 21: Distribuição da apreciação sobre o entretenimento cultural



Fonte: Elaboração própria

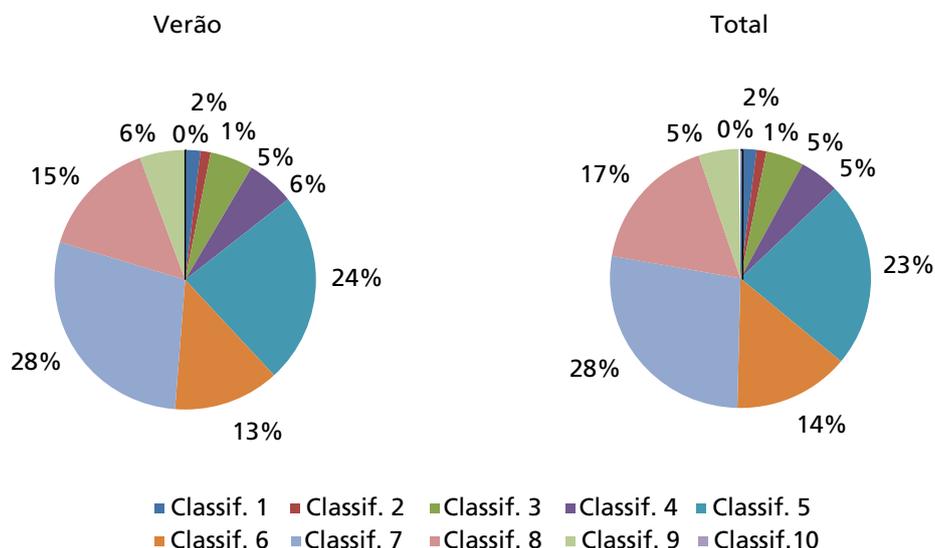
Gráfico 22: Distribuição da apreciação sobre as praias



Fonte: Elaboração própria

Os serviços de saúde prestados aos turistas é uma das maiores fragilidade no serviço turístico da região, se considerarmos que apenas 22% dos inquiridos se manifestaram com uma boa apreciação, descendo para os 21% quando o universo inclui apenas os turistas de Verão, sendo ainda de realçar que nenhum atribuiu, a este serviço, a classificação de 10 (ver Gráfico 23). Paralelamente, 8% dos turistas alvo de inquérito classificou mesmo o serviço de saúde como sendo muito mau.

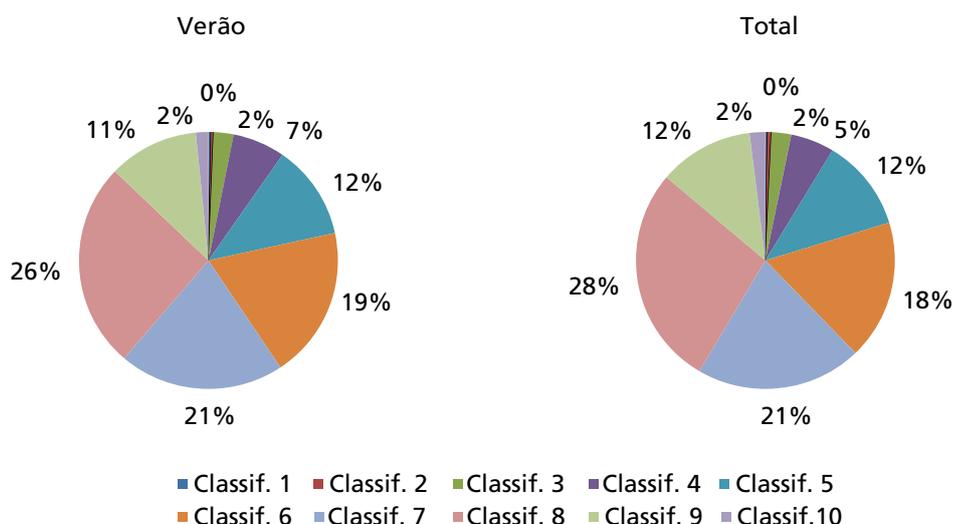
Gráfico 23: Distribuição da apreciação sobre o serviço de saúde



Fonte: Elaboração própria

Um aspecto razoavelmente valorizado pelos turistas inquiridos no Verão é a sua segurança, merecendo uma classificação elevada para 39% destes, embora ligeiramente abaixo da apreciação geral manifestada pela globalidade dos turistas. Apenas 2% dos inquiridos atribuíram uma má classificação a este item (ver Gráfico 24).

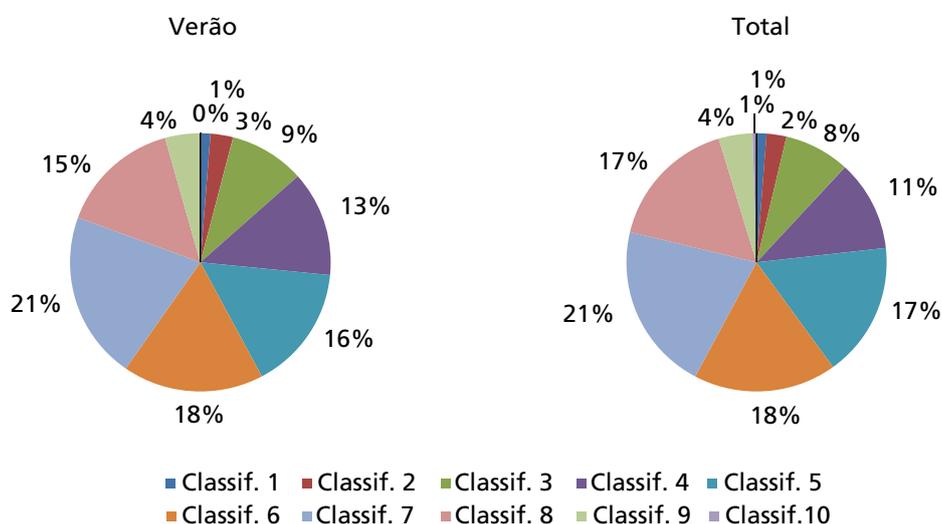
Gráfico 24: Distribuição da apreciação sobre a segurança dos turistas



Fonte: Elaboração própria

Em termos genéricos pode afirmar-se que os turistas inquiridos consideram a região como sendo relativamente segura em termos rodoviários. De acordo com o Gráfico 25, para 42% do total de inquiridos e para 40% dos inquiridos no Verão, a apreciação geral é bastante positiva, embora só apenas 4% dos inquiridos lhe atribua a classificação máxima. Há, no entanto, uma percentagem significativa da globalidade dos turistas e dos turistas de Verão que avaliam de forma muito negativa aquele item (classificação 3 ou menos), ascendendo, respectivamente, a 11% e 13%.

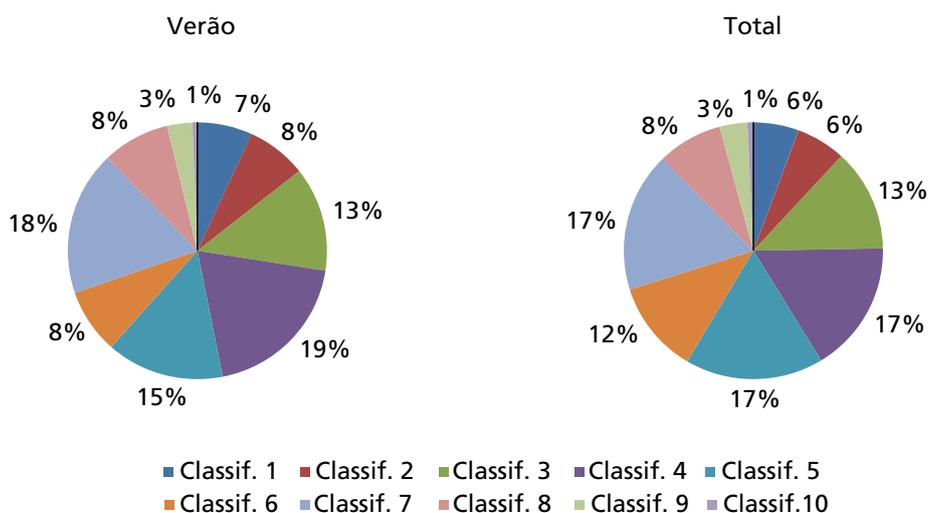
Gráfico 25: Distribuição da apreciação sobre a segurança rodoviária



Fonte: Elaboração própria

Na vertente sobre a qualidade dos serviços de transporte público a apreciação dos turistas inquiridos não é genericamente muito favorável, uma vez que apenas 28% dos turistas inquiridos tinha uma opinião positiva. Essa opinião é ligeiramente melhor nos turistas de Verão. Em oposição, 13% dos inquiridos evidenciou uma apreciação extremamente negativa daqueles serviços, subindo para 16% entre os turistas que procuraram a região durante os meses de Julho e Agosto (ver Gráfico 26).

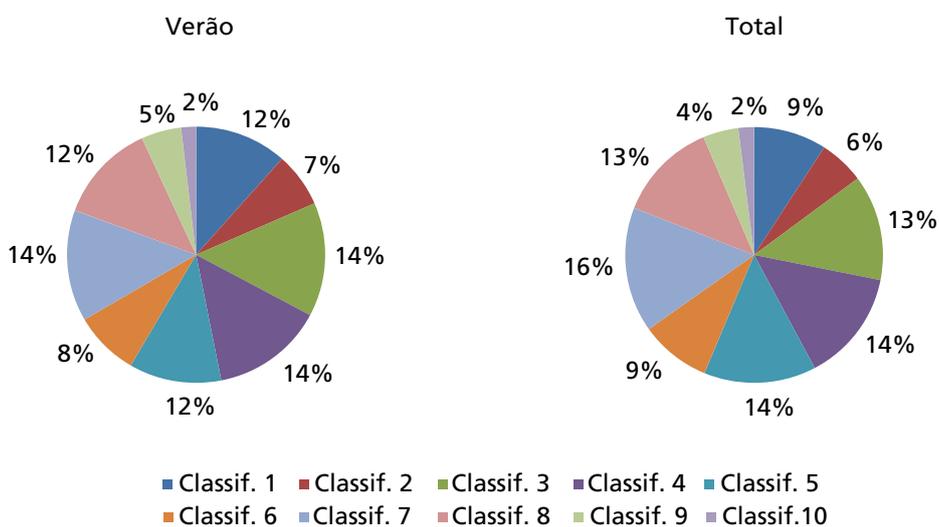
Gráfico 26: Distribuição da apreciação sobre os serviços de transporte urbano



Fonte: Elaboração própria

Outra das áreas, cuja apreciação por parte dos turistas não é favorável, é o serviço de táxis. De facto, conforme se pode observar pelo Gráfico 27, 28% dos inquiridos tipificam o serviço como muito insatisfatório (classificação 3 ou menos). Esta avaliação negativa cresce para os 33% quando se considera apenas o turismo de Verão. Apenas 19% dos turistas inquiridos consideram o serviço de táxis bastante bom. Nesta vertente muito há ainda a fazer para melhorar a apreciação geral dos turistas. O PROT Algarve pode dar neste sentido um importante contributo, permitindo a monitorização deste item avaliar o grau de sucesso das medidas que vierem a ser adoptadas.

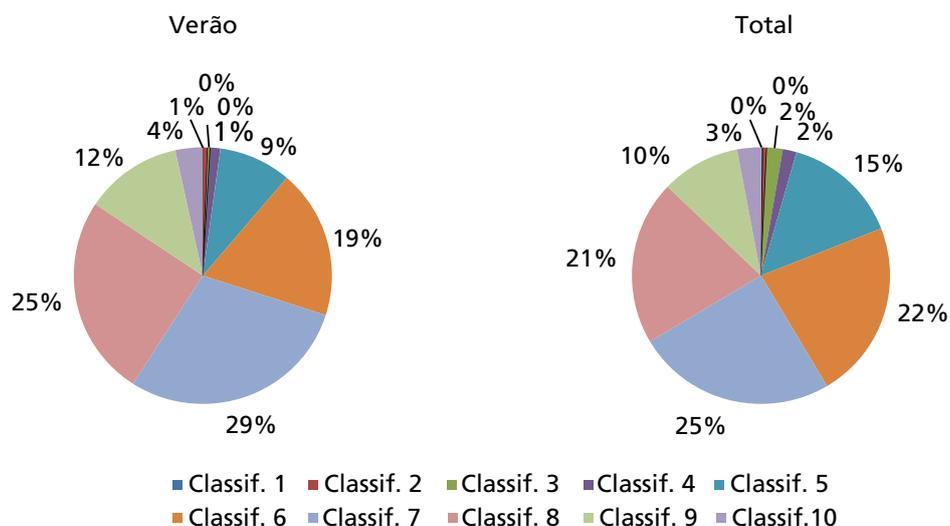
Gráfico 27: Distribuição da apreciação sobre os serviços de táxi



Fonte: Elaboração própria

Segundo o Gráfico 28, o valor do dinheiro é bastante valorizado por 34% dos inquiridos na sua globalidade, chegando aos 41% no universo dos turistas de Verão, não sendo uma variável significativa para apenas 2% da totalidade dos turistas inquiridos e para 1% dos turistas de Verão.

Gráfico 28: Distribuição da apreciação sobre o valor do dinheiro



Fonte: Elaboração própria

Em termos agregados:

As Tabelas 21 e 22 sintetizam a avaliação, das variáveis relevantes, feita pelos turistas que passaram férias no Algarve, durante o ano de 2008 e durante o Verão do mesmo ano. As variáveis mais valorizadas pelos turistas foram as praias, o alojamento e a paisagem. As variáveis claramente menos valorizadas foram os serviços de transporte urbano e os serviços de táxi (ver igualmente o Gráfico 29). O alojamento é a variável que revela maior oscilação na apreciação feita pelos turistas. O enviesamento nas variáveis é geralmente para a direita, uma vez que a mediana é superior à média, o que indica uma apreciação geralmente positiva na grande maioria das variáveis em análise.

Tabela 21: Estatística da apreciação sobre as variáveis relevantes da região, pelos turistas de Verão

| | Média | Desvio-Padrão | Mediana |
|---------------------------------|-------|---------------|---------|
| Alojamento | 8,7 | 0,9 | 9 |
| Paisagem | 8,1 | 0,8 | 8 |
| Desenho Urban. e Monum. | 7,1 | 0,7 | 7 |
| Plan. Urbano e Territ. | 6,7 | 0,7 | 7 |
| Limpeza urbana | 6,9 | 0,7 | 7 |
| Níveis de ruído | 6,9 | 0,7 | 7 |
| Serv. Bebida e Comida | 7,3 | 0,7 | 8 |
| Simpatia e Acol. dos residentes | 7,9 | 0,8 | 8 |
| Parques naturais | 7,0 | 0,7 | 7 |

(cont.)

| | Média | Desvio-Padrão | Mediana |
|-------------------------|-------|---------------|---------|
| Entretenimento cultural | 6,2 | 0,6 | 7 |
| Praias | 9,3 | 0,7 | 10 |
| Serv. de saúde | 6,1 | 0,6 | 6 |
| Segurança dos turistas | 6,8 | 0,7 | 7 |
| Segurança rodoviária | 5,8 | 0,6 | 6 |
| Serv. transporte urbano | 4,9 | 0,5 | 5 |
| Serviços de taxi | 4,9 | 0,5 | 5 |
| Valor do dinheiro | 7,2 | 0,7 | 7 |

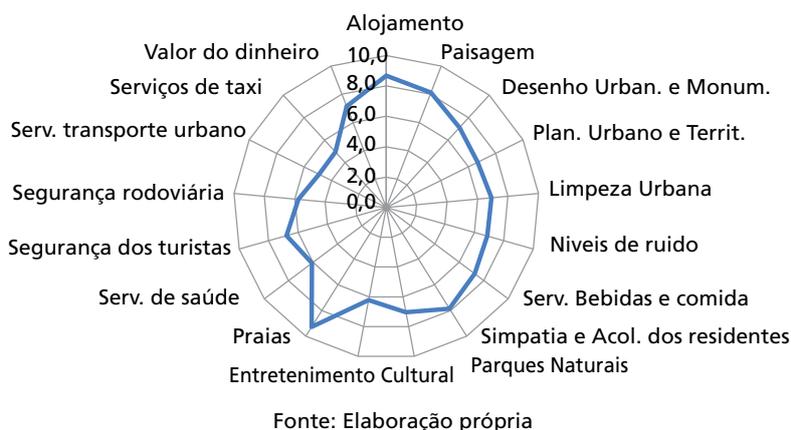
Fonte: Elaboração própria

Tabela 22: Estatística da apreciação sobre as variáveis relevantes da região, pela globalidade dos turistas

| | Média | Desvio-Padrão | Mediana |
|---------------------------------|-------|---------------|---------|
| Alojamento | 8,6 | 0,9 | 9 |
| Paisagem | 8,2 | 0,8 | 8 |
| Desenho Urban. e Monum. | 7,2 | 0,7 | 7 |
| Plan. Urbano e Territ. | 6,8 | 0,7 | 7 |
| Limpeza urbana | 7,0 | 0,7 | 7 |
| Níveis de ruído | 7,0 | 0,7 | 7 |
| Serv. Bebida e Comida | 7,4 | 0,7 | 8 |
| Simpatia e Acol. dos residentes | 7,9 | 0,8 | 8 |
| Parques naturais | 6,9 | 0,7 | 7 |
| Entretenimento cultural | 6,4 | 0,6 | 7 |
| Praias | 9,3 | 0,7 | 10 |
| Serv. de saúde | 6,2 | 0,6 | 6 |
| Segurança dos turistas | 6,9 | 0,7 | 7 |
| Segurança rodoviária | 5,9 | 0,6 | 6 |
| Serv. transporte urbano | 5,1 | 0,5 | 5 |
| Serviços de taxi | 5,1 | 0,5 | 5 |
| Valor do dinheiro | 6,8 | 0,7 | 7 |

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 29: Apreciação média, pelos turistas de Verão, das variáveis relevantes da região



Fonte: Elaboração própria

Por nacionalidades:

As Tabelas 23 e 24 sintetizam a apreciação sobre as variáveis relevantes da região do Algarve manifestada pelos turistas de Verão do ano de 2008, segundo o seu país de origem. A informação da Tabela 24 merece algum destaque por evidenciar os aspectos que obtiveram uma apreciação menos favorável pelos turistas.

Cerca de metade dos turistas belgas que fizeram turismo na região do Algarve, no Verão de 2008, classificaram com nota muito negativa o serviço de bebidas e comida, seguidos, embora longinquamente, pelos turistas irlandeses (17,4%) e espanhóis (16,7%). Os turistas belgas são igualmente os que menos apreciaram a simpatia e o acolhimento dos residentes, sendo os turistas mais satisfeitos os alemães e os holandeses. Esta apreciação negativa feita pelos turistas belgas é considerada preocupante e relevante, tendo em conta que os inquéritos obtidos junto dos turistas, para este país de origem, cumprem a amostra. Este trata-se de um ponto a monitorizar em próximos relatórios de acompanhamento do PROT Algarve.

Da mesma forma, os parques naturais merecem uma má apreciação por parte dos turistas espanhóis, dos “outros” países de origem e dos alemães. Porque o número de inquéritos obtidos junto dos turistas alemães é elevado, a evolução daquela opinião muito negativa por parte daqueles turistas (2%), deverá merecer alguma atenção, em próximos relatórios.

No que se refere ao entretenimento cultural mais de 50% dos turistas belgas e cerca de 27% dos irlandeses não ficaram satisfeitos com a oferta que encontraram. Tratando-se de uma amostra relevante a obtida para estes dois países de origem, esta apreciação por parte daqueles turistas não pode deixar de merecer uma reflexão de maior detalhe e sugere, tal como outros resultados que os inquéritos passem a introduzir uma segmentação ainda maior no que diz respeito à separação dos segmentos turísticos para os quais os visitantes se destinam (por exemplo: sol e praia, golfe ou residencial de luxo).

As praias, por sua vez, só merecem uma classificação muito negativa para 2% dos turistas alemães. Mais de um quarto dos turistas belgas e irlandeses mostraram-se bastante desagradados com os serviços de saúde. Preocupante é igualmente a classificação muito negativa dada pelos turistas irlandeses (8,7%), holandeses (8,1%) e belgas (6,7%) no que se refere à sua segurança. Dado que a informação obtida para estas nacionalidades é estatisticamente relevante, será necessário perceber o que causa

o sentimento de insegurança nos turistas destas origens e actuar para que estas percepções sejam alteradas, permitindo, em próximos relatórios do PROT Algarve, encontrar registos menos negativos nesta apreciação.

Os serviços de transporte rodoviário e os serviços de táxi são os serviços pior avaliados pela generalidade dos turistas, independentemente do seu país de origem, ultrapassando para os turistas belgas e irlandeses mais de 50% dos turistas inquiridos, e para os turistas espanhóis, italianos, ingleses e de “outros” países, mais de 20% dos turistas inquiridos. Tratam-se, portanto, também de duas áreas a corrigir, rapidamente, de forma a melhorar a avaliação geral manifestada pelos turistas.

O valor do dinheiro é uma variável importante para uma parte significativa dos turistas alemães, italianos, do Reino Unido e de “outros” países.

Analisando algumas das variáveis de forma genérica constata-se que a quase totalidade dos turistas inquiridos referiu o sol e a praia como uma das razões que condicionaram a escolha do destino turístico Algarve. Para pelo menos 30% dos turistas a natureza, a gastronomia e a tranquilidade são igualmente um factor determinante. A prática de preços baixos é também importante, para a escolha da região, para fazer turismo, para os turistas belgas, italianos, irlandeses, ingleses e com “outras” proveniências (ver Tabela 25).

Tabela 23: Representatividade da maior classificação (de 8 a 10) na apreciação das variáveis relevantes da região, por país de origem dos turistas de Verão

| | Alojamento | Paisagem | Desenho Urban. e Monum. | Plan. Urbano e Territ. | Limpeza urbana | Níveis de ruído | Serv. Bebida e Comida | Simpatia e Acol. dos residentes | Parques naturais | Entretimento cultural | Praias | Serv. de saúde | Segurança dos turistas | Segurança rodoviária | Serv. transporte urbano | Serviços de taxi | Valor do dinheiro |
|-------------|------------|----------|-------------------------|------------------------|----------------|-----------------|-----------------------|---------------------------------|------------------|-----------------------|--------|----------------|------------------------|----------------------|-------------------------|------------------|-------------------|
| Bélgica | 80,0% | 66,7% | 33,3% | 13,3% | 26,7% | 13,3% | 26,7% | 53,3% | 20,0% | 33,3% | 100,0% | 13,3% | 33,3% | 13,3% | 0,0% | 6,7% | 20,0% |
| Alemanha | 96,0% | 82,0% | 52,0% | 46,0% | 48,0% | 52,0% | 60,0% | 72,0% | 60,0% | 40,0% | 92,0% | 28,0% | 44,0% | 16,0% | 8,0% | 34,0% | 46,0% |
| Holanda | 70,3% | 56,8% | 43,2% | 35,1% | 29,7% | 35,1% | 43,2% | 67,6% | 43,2% | 16,2% | 97,3% | 5,4% | 35,1% | 5,4% | 8,1% | 16,2% | 27,0% |
| Espanha | 77,8% | 50,0% | 44,4% | 44,4% | 38,9% | 44,4% | 55,6% | 55,6% | 38,9% | 33,3% | 100,0% | 11,1% | 44,4% | 27,8% | 11,1% | 5,6% | 33,3% |
| Itália | 100,0% | 66,7% | 60,0% | 33,3% | 33,3% | 26,7% | 66,7% | 60,0% | 33,3% | 46,7% | 100,0% | 26,7% | 40,0% | 26,7% | 26,7% | 33,3% | 40,0% |
| Irlanda | 65,2% | 56,5% | 34,8% | 26,1% | 39,1% | 30,4% | 30,4% | 47,8% | 21,7% | 21,7% | 87,0% | 17,4% | 34,8% | 13,0% | 0,0% | 4,3% | 30,4% |
| Reino Unido | 88,4% | 72,3% | 54,5% | 42,9% | 39,3% | 33,9% | 60,7% | 64,3% | 42,0% | 39,3% | 94,6% | 25,0% | 41,1% | 23,2% | 18,8% | 20,5% | 39,3% |
| Portugal | 50,0% | 100,0% | 100,0% | 50,0% | 50,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 50,0% | 100,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Outros | 87,5% | 60,4% | 37,5% | 33,3% | 33,3% | 37,5% | 43,8% | 47,9% | 43,8% | 31,3% | 97,9% | 18,8% | 33,3% | 25,0% | 10,4% | 16,7% | 66,7% |

Fonte: Elaboração própria

Tabela 24: Representatividade da menor classificação (de 1 a 3) na apreciação das variáveis relevantes da região, por país de origem dos turistas de Verão

| | Alojamento | Paisagem | Desenho Urban. e Monum. | Plan. Urbano e Territ. | Limpeza urbana | Níveis de ruído | Serv. Bebida e Comida | Simpatia e Acol. dos residentes | Parques naturais | Entretimento cultural | Praias | Serv. de saúde | Segurança dos turistas | Segurança rodoviária | Serv. transporte urbano | Serviços de taxi | Valor do dinheiro |
|-------------|------------|----------|-------------------------|------------------------|----------------|-----------------|-----------------------|---------------------------------|------------------|-----------------------|--------|----------------|------------------------|----------------------|-------------------------|------------------|-------------------|
| Bélgica | 80,0% | 66,7% | 33,3% | 13,3% | 26,7% | 13,3% | 26,7% | 53,3% | 20,0% | 33,3% | 100,0% | 13,3% | 33,3% | 13,3% | 0,0% | 6,7% | 20,0% |
| Alemanha | 96,0% | 82,0% | 52,0% | 46,0% | 48,0% | 52,0% | 60,0% | 72,0% | 60,0% | 40,0% | 92,0% | 28,0% | 44,0% | 16,0% | 8,0% | 34,0% | 46,0% |
| Holanda | 70,3% | 56,8% | 43,2% | 35,1% | 29,7% | 35,1% | 43,2% | 67,6% | 43,2% | 16,2% | 97,3% | 5,4% | 35,1% | 5,4% | 8,1% | 16,2% | 27,0% |
| Espanha | 77,8% | 50,0% | 44,4% | 44,4% | 38,9% | 44,4% | 55,6% | 55,6% | 38,9% | 33,3% | 100,0% | 11,1% | 44,4% | 27,8% | 11,1% | 5,6% | 33,3% |
| Itália | 100,0% | 66,7% | 60,0% | 33,3% | 33,3% | 26,7% | 66,7% | 60,0% | 33,3% | 46,7% | 100,0% | 26,7% | 40,0% | 26,7% | 26,7% | 33,3% | 40,0% |
| Irlanda | 65,2% | 56,5% | 34,8% | 26,1% | 39,1% | 30,4% | 30,4% | 47,8% | 21,7% | 21,7% | 87,0% | 17,4% | 34,8% | 13,0% | 0,0% | 4,3% | 30,4% |
| Reino Unido | 88,4% | 72,3% | 54,5% | 42,9% | 39,3% | 33,9% | 60,7% | 64,3% | 42,0% | 39,3% | 94,6% | 25,0% | 41,1% | 23,2% | 18,8% | 20,5% | 39,3% |
| Portugal | 50,0% | 100,0% | 100,0% | 50,0% | 50,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 50,0% | 100,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Outros | 87,5% | 60,4% | 37,5% | 33,3% | 33,3% | 37,5% | 43,8% | 47,9% | 43,8% | 31,3% | 97,9% | 18,8% | 33,3% | 25,0% | 10,4% | 16,7% | 66,7% |

Fonte: Elaboração própria

Tabela 25: Distribuição da referência, pelos turistas de Verão, a algumas das variáveis relevantes da região, por país de origem

| | Sol e praia | Natureza | Gastronomia | Preços baixos | Tranquilidade |
|-------------|-------------|----------|-------------|---------------|---------------|
| Bélgica | 100,0% | 33,3% | 33,3% | 60,0% | 20,0% |
| Alemanha | 90,0% | 40,0% | 28,0% | 26,0% | 44,0% |
| Holanda | 94,6% | 37,8% | 21,6% | 29,7% | 18,9% |
| Espanha | 100,0% | 22,2% | 38,9% | 27,8% | 27,8% |
| Itália | 100,0% | 46,7% | 33,3% | 53,3% | 33,3% |
| Irlanda | 100,0% | 30,4% | 26,1% | 47,8% | 34,8% |
| Reino Unido | 93,8% | 35,7% | 24,1% | 43,8% | 46,4% |
| Portugal | 100,0% | 50,0% | 100,0% | 0,0% | 0,0% |
| Outros | 100,0% | 29,2% | 27,1% | 43,8% | 37,5% |

Fonte: Elaboração própria

3.10. SOBRE A FREQUÊNCIA DAS VISITAS E DURAÇÃO DA ESTADIA DOS TURISTAS NA REGIÃO

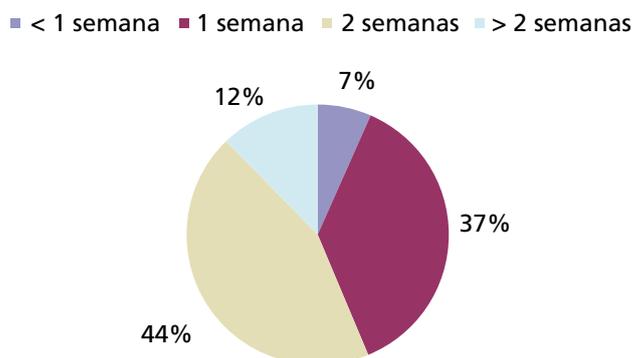
Tal como indicado no Gráfico 30, a maioria dos turistas fica na região entre 1 e 2 semanas, contudo, é durante os meses de Verão que se reforça a parcela dos turistas que permanecem na região pelo menos duas semanas.

Grande parte dos turistas (70%) repete a sua visita ao Algarve, durante o Verão (ver Gráfico 31). Ainda de salientar o facto de 29% dos turistas inquiridos no Verão indicar estar na região, pelo menos, pela terceira vez. Este valor aumenta para 32%, quando se considera a totalidade dos turistas inquiridos.

Da Tabela 26 sobressai, de forma muito interessante, que genericamente todos os atributos são mais valorizados pelos turistas que já tenham estado anteriormente no Algarve, no Verão.

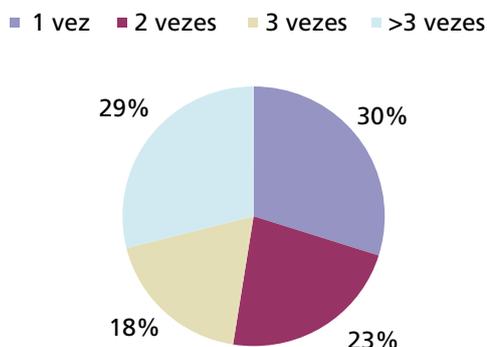
Os atributos sol e praia e cidades e monumentos são igualmente avaliados de forma substantivamente diferente pelos turistas que já tinham visitado antes a região, quando são considerados os turistas inquiridos no Verão e no Inverno, havendo uma diferença de cerca de mais 12 pontos percentuais. Essa diferença, no entanto, quase desaparece quando a análise inclui apenas os turistas inquiridos no Verão.

Gráfico 30: Distribuição da duração média da estadia dos turistas de Verão



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 31: Distribuição do número de vezes que os turistas de Verão procuraram a região



Fonte: Elaboração própria

Tabela 26: Diferenciação da valorização dos atributos (classificação entre 8 e 10) pelos turistas de Verão, em primeira visita e repetentes

| | 1ª Vez | Repetente |
|-------------------------------------|--------|-----------|
| Natureza e Paisagem | 76,84% | 77,58% |
| Sol e Praia | 92,63% | 94,17% |
| Cidades e Monumentos | 36,84% | 41,70% |
| Amigos e Familiares | 8,42% | 30,94% |
| Acontecimentos e Prática Desportiva | 8,42% | 17,04% |
| Gastronomia | 54,74% | 54,26% |
| Saúde e Tratamento de Beleza | 11,58% | 13,45% |

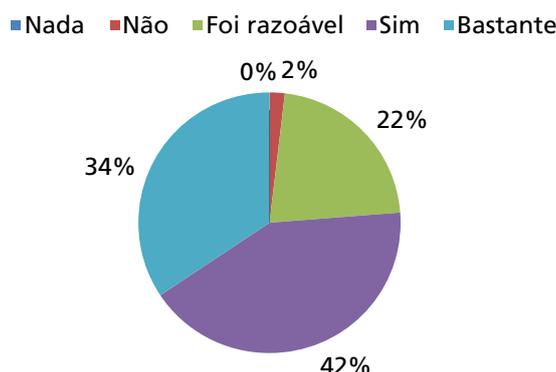
Fonte: Elaboração própria

APRECIÇÃO GERAL SOBRE A EXPERIÊNCIA DA ESTADIA NA REGIÃO DO ALGARVE DURANTE OS MESES DE VERÃO

A apreciação geral da permanência no Algarve é bastante positiva, havendo inclusive 34% dos turistas inquiridos durante os meses de Julho e Agosto a indicar ter gostado bastante da experiência (ver Gráfico 32). Se for considerada a soma dos turistas que afirmaram ter gostado com os que gostaram bastante, aquela percentagem sobe para os 76%. Esta percentagem é, no entanto, relativamente inferior à média anual que se situou nos 79%. Apenas 2% dos inquiridos em Julho e Agosto indicam não ter gostado de ter estado na região, contra os 1% que resultam da globalidade dos turistas inquiridos, que inclui a época de Verão e a época de Inverno.

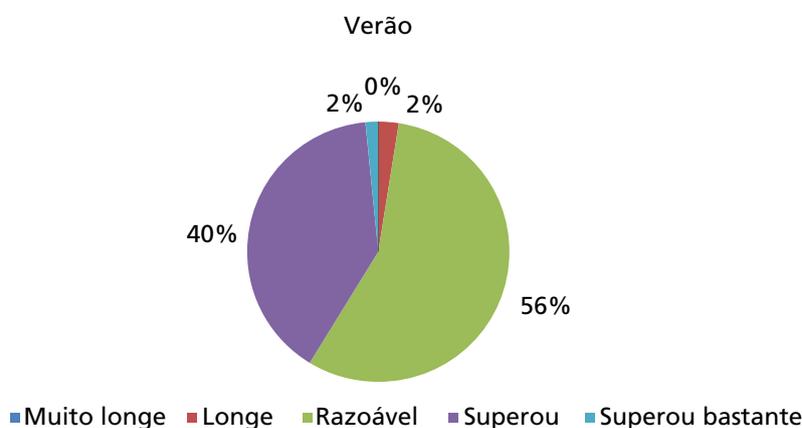
Quanto ao nível de ajustamento entre a satisfação obtida com a experiência de ter estado no Algarve e a expectativa inicial, esta foi superada por 42% dos turistas inquiridos no Verão (na totalidade do ano aquela apreciação sobe para 45%), havendo mesmo 2% que indica que superou bastante. De realçar que, para 2% dos inquiridos, a experiência vivida ficou longe do que era esperado (ver Gráfico 33). Merece ainda destaque que a intervenção que resultar do PROT Algarve deverá permitir reduzir a proporção de turistas que indicam ter encontrado um ajustamento razoável, aumentando a proporção dos que indicam que as suas expectativas foram superadas. A monitorização deste indicador no futuro permitirá retirar sobre isso algumas ilações.

Gráfico 32: Distribuição da avaliação sobre o gosto de ter estado na região durante os meses de Verão



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 33: Distribuição da avaliação do ajustamento às expectativas durante os meses de Verão



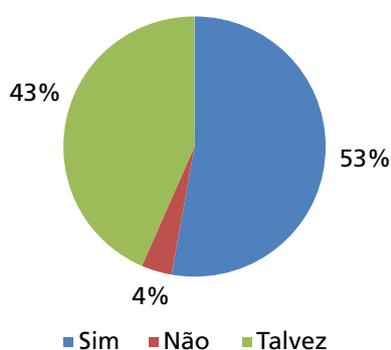
Fonte: Elaboração própria

Significativo é ainda o facto de mais de 50% dos inquiridos ter revelado a intenção de voltar a procurar a região do Algarve, o que indicia tratar-se de uma experiência a repetir. No entanto, há menos 4% de turistas de Verão a revelarem a intenção de repetir a experiência face à globalidade dos turistas inquiridos durante o ano de 2008.

Há ainda 4% dos turistas inquiridos em Julho e Agosto que não pretendem voltar a visitar a região (ver Gráfico 34), contra os 3% revelados na totalidade dos inquiridos (Verão mais Inverno).

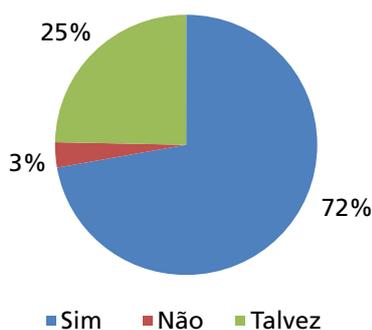
Interessante é igualmente a intenção manifestada por 72% dos turistas inquiridos no Verão de sugerir a outros o Algarve como destino turístico (ver Gráfico 35).

Gráfico 34: Distribuição da intenção de repetir a experiência turística pelos turistas de Verão



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 35: Distribuição da intenção de recomendar a experiência turística pelos turistas de Verão



Fonte: Elaboração própria

Fazendo uma análise da apreciação que os turistas fazem sobre a sua experiência na região do Algarve, durante os meses de Verão, por países de origem, ressalta que mais de 40% dos turistas provenientes do Reino Unido e da Alemanha gostaram de ter estado na região. Curiosamente, quando a análise tem em conta as expectativas, o número de turistas do Reino Unido que afirma que a sua experiência ultrapassou as expectativas é bastante inferior. Os turistas holandeses e alemães são os que mais viram as suas expectativas superadas. Os espanhóis e os alemães são os turistas que com mais vontade ficam de repetir a experiência, sendo estes últimos os que

mais vão recomendar a região, logo seguidos dos turistas holandeses e ingleses (ver Tabela 27).

A principal razão para a procura da região do Algarve é o sol e a praia com 38% das respostas (ver Gráfico 36). A tranquilidade, a natureza, a gastronomia e os preços baixos são também factores de atractividade da região. Em contrapartida, a segurança e a realização de festivais não parecem ter grande relevo na captação de turistas. O estar na moda também não parece ser determinante para a procura do destino Algarve.

A prática do golfe constitui um factor de atracção para a região numa escala bastante reduzida (2% das respostas). Tendo presente a intenção das entidades da região de diversificar a procura turística, o esforço de intervenção pública, nomeadamente a que resultar das intervenções decorrentes do PROT Algarve, deverão permitir aumentar a representatividade desta razão para a procura do destino turístico. Esta necessidade é ainda mais premente tendo em conta os recursos económicos da região orientados para a actividade do golfe (não esquecer que 33% do solo ocupado como área urbana está afecto a equipamentos desportivos e de lazer, no qual o golfe tem uma fatia significativa – ver Gráfico 5, Anexo 1).

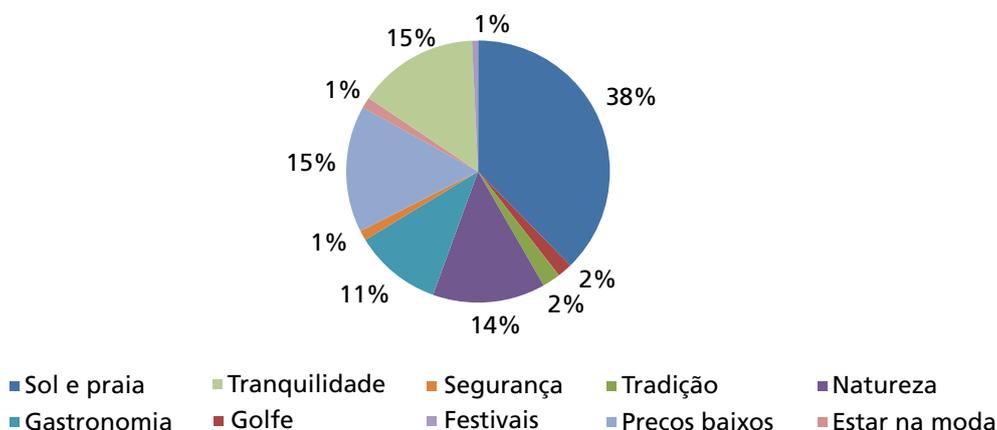
O impacto da região junto dos turistas inquiridos durante Julho e Agosto, medido numa escala de 1 (muito negativo) a 5 (muito positivo), é francamente positivo havendo um enviesamento da distribuição da avaliação para os níveis da escala mais elevados. No entanto, para 31,5% dos inquiridos o impacto da região é médio (igual a 3), chegando aos 33% quando se considera a totalidade dos inquiridos. O impacto da região foi considerado negativo por 22% dos turistas de Verão e muito negativo por 2% (ver Gráfico 37). Estes valores ascendem, respectivamente, a 23% e 4% quando se incluem todos os inquiridos (Verão mais Inverno).

Tabela 27: Apreciação da experiência da estadia na região, durante o Verão, por país de origem dos turistas

| | Gostou de estar no Algarve | | | Ajustamento às expectativas | | A repetir | | A recomendar | |
|-------------|----------------------------|-------|----------|-----------------------------|---------|-----------|--------|--------------|--------|
| | Foi razoável | Sim | Bastante | Razoável | Superou | Sim | Talvez | Sim | Talvez |
| Bélgica | 26,7% | 53,3% | 20,0% | 80,0% | 12,0% | 40,0% | 60,0% | 60,0% | 40,0% |
| Alemanha | 14,0% | 46,0% | 40,0% | 44,0% | 50,0% | 66,0% | 34,0% | 86,0% | 14,0% |
| Holanda | 13,5% | 51,4% | 27,0% | 37,8% | 54,1% | 56,8% | 27,0% | 75,7% | 16,2% |
| Espanha | 16,7% | 61,1% | 22,2% | 72,2% | 27,8% | 66,7% | 33,3% | 66,7% | 33,3% |
| Itália | 33,3% | 40,0% | 26,7% | 73,3% | 26,7% | 53,3% | 46,7% | 60,0% | 40,0% |
| Irlanda | 21,7% | 52,2% | 17,4% | 65,2% | 26,1% | 30,4% | 60,9% | 52,2% | 39,1% |
| Reino Unido | 23,2% | 33,9% | 42,9% | 58,9% | 37,5% | 50,9% | 47,3% | 74,1% | 24,1% |
| Portugal | 0,0% | 50,0% | 50,0% | 0,0% | 100,0% | 100,0% | 0,0% | 100,0% | 0,0% |
| Outros | 31,3% | 33,3% | 33,3% | 56,3% | 41,7% | 47,9% | 45,8% | 68,8% | 25,0% |

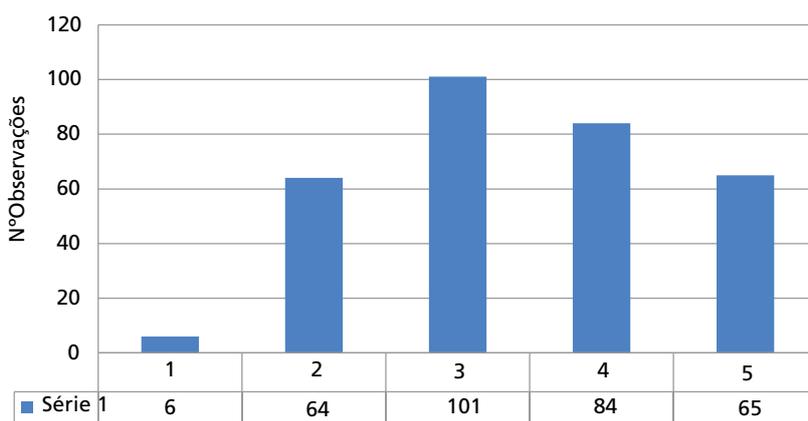
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 36: Distribuição das razões que mais atraíram os turistas de Verão ao Algarve



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 37: Impacto da região junto dos turistas inquiridos durante os meses de Verão



Fonte: Elaboração própria

Alargando a análise anterior ao país de origem dos turistas, é interessante verificar que, de forma um pouco inesperada, face às apreciações anteriormente identificadas, são os turistas belgas que mais atribuem o factor 4 de impacto pela experiência de ter estado na região do Algarve, só precedidos pelos turistas espanhóis (ver Tabela 28).

O factor 5 de impacto é atribuído de forma descendente de relevância pelos turistas da Alemanha, do Reino Unido, da Irlanda e da Itália, todos com uma proporção de respostas de pelo menos 20% dos turistas inquiridos daqueles países de origem.

Tabela 28: Distribuição do factor de impacto por país de origem dos turistas de Verão

| | Factor de Impacto 3 | Factor de Impacto 4 | Factor de Impacto 5 |
|-------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Bélgica | 33,3% | 40,0% | 6,7% |
| Alemanha | 20,0% | 26,0% | 26,0% |
| Holanda | 32,4% | 21,6% | 18,9% |
| Espanha | 33,3% | 44,4% | 11,1% |
| Itália | 40,0% | 13,3% | 20,0% |
| Irlanda | 17,4% | 30,4% | 21,7% |
| Reino Unido | 36,6% | 22,3% | 24,1% |
| Portugal | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Outros | 35,4% | 31,3% | 14,6% |

Fonte: Elaboração própria

4. CONCLUSÕES

Da análise desenvolvida no presente relatório ressaltam diversos aspectos, alguns esperados, outros, por imprevistos, devem ser encarados como eventuais desvantagens comparativas da região, e por isso, merecem maior reflexão. O PROT Algarve pode constituir o enquadramento que permitirá identificar e alterar o quadro de fragilidades identificado.

A sistematização que se segue ao nível de cada indicador constitui o ponto de partida para o acompanhamento e monitorização do PROT Algarve. Só a evolução que se vier a registar nos indicadores permitirá avaliar o sucesso e a eficácia das medidas implementadas decorrentes da aplicação do Plano. Paralelamente, o acompanhamento dos indicadores permitirá reavaliar as formas de intervenção, caso as suas trajectórias não sejam no sentido pretendido.

Assim, no Indicador 1 – consumo de água por habitante, constata-se, como seria de esperar, um consumo médio na região do Algarve superior à média do Continente, diferença que resulta principalmente do facto de a região receber, decorrente da actividade turística, um fluxo significativo de população flutuante que se junta sazonalmente à população residente. Outras razões foram apontadas durante a apresentação do indicador.

O consumo de água por habitante está relacionado também com a ocupação do solo para fins urbanos (Indicador 3), onde se identifica que a parcela de território artificializado ocupado com equipamentos desportivos e de lazer é substancialmente elevada, absorvendo 33% da área urbana. Parte significativa dessa área corresponde a campos de golfe, os quais requerem elevadas quantidades de água para a rega dos relvados. Seria interessante perceber se, nos últimos anos, o consumo de água associada à prática da actividade do golfe tem sido economicamente mais racional, só assim podendo identificar medidas correctivas para o sector. Não foi possível proceder a essa análise dada a indisponibilidade de dados relativos a este tipo de consumos.

Em Espanha, o consumo médio de água em Andaluzia é também sempre superior ao consumo médio nacional, com excepção do ano de 2007, onde aquela diferença se esbate. De referir, no entanto, que a maior diferença entre os dois consumos registada em 2005, se ficou pelos 30 litros/habitante/dia, substancialmente inferior à diferença identificada entre a região do Algarve e o Continente (125 litros/habitante/dia). As causas para tais diferenças já foram anteriormente referidas, tendo sido identificadas como parte integrante da base económica de cada uma das regiões. Neste sentido, e tendo em consideração que o sector do turismo pode identificar-se como sendo um dos grandes consumidores deste recurso, parece ser difícil reduzir consumos sem acções concertadas com as associações representativas das unidades hoteleira e dos campos de golfe.

Perceber as tendências da evolução deste indicador é fundamental, para preparar as esperadas alterações climáticas. Estas sugerem condições mais severas em termos de seca para a população, a fauna e a flora da região.

O Indicador 2 – densidade habitacional evidencia a evolução do número de fogos por hectare de área urbana, o qual se tem mantido estável no Algarve desde 2002. No Continente o seu valor tem decrescido. No ano de 2008, a densidade habitacional na região é similar à do Continente. Esta

estabilização resultou do facto de a construção de novos fogos na região do Algarve ter ocupado, relativamente ao Continente, proporcionalmente menor quantidade de território urbano, mantendo constante a proporção de construção dispersa, enquanto no Continente a mesma aumentou – uma evolução que está em consonância com a estratégia definida no PROT Algarve e que identifica a edificação dispersa como um dos factores que condiciona o desenvolvimento regional. A estratégia de criação de centros policêntricos implica que a densidade habitacional aumente no futuro, indicando que as novas edificações aproveitam economias de aglomeração, de forma a tornar as cidades e as áreas urbanas competitivas a nível nacional e internacional.

Entre 2001 e 2008, o Algarve acrescentou 0.6 pontos percentuais à sua importância relativa no parque habitacional do Continente, enquanto a Andaluzia aumentou 0.7 pontos percentuais. Esta aproximação de ritmos de representatividade nacional indica alguma semelhança no ritmo de novas construções de um lado e do outro da fronteira, entre 2001 e 2008, dando conta de uma simetria e aproximação nos mercados em zona transfronteiriça – um sinal positivo em termos de integração socioeconómica, mas que pode ser preocupante para a estrutura económica regional perante a crise imobiliária decorrente da retracção financeira, que rapidamente alastrou à economia real.

Neste contexto, as opções de desenvolvimento assentes em bens não transaccionáveis com o exterior (como é o caso da construção civil) deverá ser equacionada, privilegiando uma política orientada para a reconstrução e a recuperação urbana, a qual também reflectirá um efeito positivo (comprovado neste relatório) e necessário na melhoria da prestação para a actividade turística. O ordenamento do território e a dinâmica urbana constituem a “imagem” preferencial a transmitir para o exterior pelo sector turístico. Embora o edificado não possa, nem deva, ser uma função das motivações turísticas, o certo é que é, também, através da sua forma que a qualidade de vida dos cidadãos e dos turistas se pode espelhar.

Embora com alguns sinais positivos, a análise do Indicador 4 revela, ao identificar-se um aumento das intervenções de ampliação/alteração/reconstrução do edificado, que há ainda muito a fazer ao nível da reabilitação urbana, dado que aquela evolução não foi homogénea em todos os concelhos do Algarve.

No Indicador 3 – ocupação do solo para fins urbanos observa-se que, na região, a área urbana mais que duplicou em 16 anos (entre 1990 e 2006), sendo largamente o Algarve a região com maior ritmo de ocupação do território.

O tecido urbano contínuo representa apenas 0,1% do território da região do Algarve, valor em sintonia com a relevância do mesmo no Continente. Em termos agregados, nos 16 anos em análise, o tecido urbano contínuo cresceu mais no Algarve do que no Continente. Esta evolução evidencia uma tendência da região para a agregação do crescimento urbano em torno das cidades, como preconizado na estratégia de ocupação do solo do PROT Algarve. A representatividade do tecido urbano contínuo deverá, no entanto, aumentar nos próximos anos, reduzindo a proporção do tecido urbano descontínuo.

Entre 2000 e 2006, desacelerou o ritmo de ocupação do solo com tecido urbano descontínuo, o que indica uma menor evolução na dispersão do edificado, naquele período, em comparação com o Continente. Este diagnóstico é reforçado quando se atende à proporção do território do Algarve ocupado com o tecido urbano descontínuo, que atinge os 2%, em 2006, em contraste com os 2,4% apresentados pelo Continente. Importa, apesar disso, referir que, em 1990, o tecido urbano descontínuo representava apenas 1,1% do território artificializado para uso urbano, o

que contrasta com os 2% em 2006. Esta evolução revela que, embora com maior contenção, o crescimento da construção dispersa, mesmo assim, nos últimos 16 anos, ocorreu a um ritmo superior ao desejável para a estratégia de desenvolvimento da região.

Acresce a este facto que a ocupação do solo com equipamentos desportivos e de lazer é substantivamente superior na região do Algarve em relação ao Continente. Mais de metade da área ocupada no Continente naquele tipo de equipamentos encontra-se no Algarve. Se atendermos a que, em 1990, os equipamentos desportivos e de lazer ocupavam 0,5% do território da região, e que os mesmos passaram para 1,3%, em 2006, tal significa um crescimento excessivamente acentuado (duas vezes e meia) entre 1990 e 2006. A proporção do solo ocupado com equipamentos desportivos e de lazer torna-se ainda mais surpreendente se consideramos que consegue ser superior à área ocupada pelo tecido urbano descontínuo.

As novas construções na região do Algarve decresceram 14,2% entre 2002 e 2008, correspondendo a menos 540 edifícios construídos, traduzindo uma evolução favorável no Indicador 4 – edificações concluídas. Este ajustamento registado no número de novas edificações na região do Algarve não encontrou paralelo na região vizinha de Andaluzia, onde as licenças concedidas para novas construções cresceram, entre 2002 e 2006, de 59%.

Observando com maior pormenor as novas edificações em cada município, percebe-se que os municípios com maior número absoluto de novas construções são Albufeira, Lagoa, Lagos, Loulé e Silves. Em termos evolutivos, Albufeira e Tavira registaram um acréscimo de importância relativa nas novas edificações na região, passando de 10% para 11% e de 4% para 7%, entre 2002 e 2008, respectivamente.

Os concelhos de Castro Marim e de Vila Real de Santo António, com representatividade, respectivamente, de 2% e 5% no total de alojamentos edificados na região, têm vindo a registar um aumento significativo na relação das edificações construídas em relação à população, mesmo considerando a população flutuante. Tal evolução poderá indicar alguma construção acima das necessidades de mercado, principalmente no município de Castro Marim, facto que será corrigido no futuro através da aplicação de medidas que disciplinem a ocupação do solo com novas construções. Também neste caso o PROT Algarve deverá ter alguma eficácia reguladora.

A região do Algarve acompanha a média nacional na proporção de edificações sujeitas a ampliação, alteração ou reconstrução, rondando, em 2008, os 20% do total de edificações concluídas. De destacar que esta proporção tem vindo consistentemente a aumentar, tendo crescido quatro e meio pontos percentuais, entre 2002 e 2008. Em posição contrária à tendência geral estão os municípios de Olhão, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António onde as intervenções de ampliação, alteração ou reconstrução têm vindo a perder importância relativa face ao total edificado. Concomitantemente, há ainda um outro município: Portimão, com uma taxa inexpressiva do número de ampliações/alterações/reconstruções face ao número de novas edificações.

De destacar o município de Portimão, com taxas de ampliação/alteração/reconstrução quase insignificante, face ao número de novas edificações (8 intervenções, em 2008, em 180 novas edificações). Também neste município se deverá encontrar uma evolução diferenciada, resultante da intervenção do PROT Algarve que evidencie um claro favorecimento da recuperação urbana em detrimento da expansão urbana, conseguida com novas construções e com novas áreas de solo ocupadas.

O Indicador 5 - consumo de combustível automóvel por habitante na região do Algarve, entre 2005 e 2007, foi sempre superior ao mesmo consumo no Continente, facto que é explicado pelo elevado número de população flutuante que transita no Algarve de automóvel, principalmente na época de Verão e por uma ausente estratégia integrada de transportes públicos. Para este resultado muito contribuem os concelhos com mais elevada procura turística: Albufeira, Lagos, Loulé e Portimão, que registam consumos médios anuais de combustível automóvel acima da média regional.

Particularmente notório é o consumo crescente de gasolina sem chumbo nos municípios de Portimão e de São Brás de Alportel, fenómeno que poderá ser imputado ao crescimento da população residente que trabalha fora do município ou ao pouco estímulo da intervenção pública na utilização de transportes públicos. Os dados analisados não permitem uma conclusão clara sobre esta situação.

De realçar ainda que, como se constata pela análise da valorização do destino turístico do Algarve, o facto de os serviços de transporte urbano merecerem, em termos gerais, uma má apreciação por parte dos turistas leva a privilegiar o veículo privado nas deslocações dentro da região. Para inverter esta evolução naqueles municípios, a qualidade dos serviços públicos de transporte colectivo prestados terá de melhorar.

No que se refere ao Indicador 6 – percentagem de solo especialmente protegido, o Algarve detém uma parcela relativamente extensa do seu território classificada como área protegida. De facto, três quartos do seu território estão classificados como área protegida, podendo recair numa ou mais das seguintes categorias: RAN, REN, Rede Natura ou Área Protegida. Efectivamente, com excepção dos concelhos de Alcoutim e de Vila Real de Santo António, todos os demais municípios têm mais de metade do seu território classificado como área protegida, tendo oito municípios pelo menos 80% do seu solo incluído naquela classificação: Aljezur, Faro, Olhão, Monchique, São Brás de Alportel, Silves, Tavira e Vila do Bispo.

Embora apenas um quarto do solo do Algarve não tenha restrições à construção por não se enquadrar em nenhuma das anteriores categorias, tal não tem sido suficiente para disciplinar a ocupação do solo. Parece haver aqui algum contra-senso na definição da estratégia de ocupação do solo, fazendo com que os agentes públicos apliquem a legislação de forma relativamente flexível, obviando as restrições excessivas de ocupação do solo. Alguma reorientação nas prioridades funcionais a atribuir ao território deverá ser feita no quadro da revisão dos diversos Planos de Desenvolvimento Municipais, entroncando nas orientações gerais do PROT Algarve que privilegia a ocupação do solo em áreas que não coincidem com a faixa litoral da região.

No Indicador 7 - taxa de esforço de acesso à habitação, o valor encontrado para a região do Algarve é substantivamente superior ao de Portugal. Em 2008, a taxa de esforço de acesso à habitação situava-se em cerca de 29%, no Algarve, e em um pouco mais de 20%, em Portugal. A diferença identificada na taxa de esforço de acesso à habitação, na região do Algarve, resulta da combinação de dois factores. O primeiro tem a ver com o facto da prestação mensal ou, de forma equivalente, da avaliação bancária da habitação ser superior no Algarve do que em Portugal, rondando a diferença em termos médios, entre 2002 e 2008, os 23%. O segundo factor resulta do diferencial no ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem no Algarve que foi, em média, entre 2002 e 2008, 87,5% inferior ao registado em Portugal. Se explorarmos as razões deste baixo salário médio, poderemos verificar que resulta de uma estrutura de emprego regional fundamentalmente assente em trabalhos não especializados – pessoal empregue na restauração, na hotelaria ou na construção civil.

A análise deste indicador revela que o cumprimento das obrigações decorrentes do pagamento de empréstimos bancários, para a habitação, na região do Algarve, se faz com maior esforço do que noutras regiões do País, implicando comparativamente um menor bem-estar da população residente.

Finalmente, os últimos indicadores observados resultaram dos inquéritos realizados aos turistas que procuraram a região do Algarve em 2008, e, em particular, durante o Verão do mesmo ano. Estes dois indicadores, Indicador 8 - motivação da escolha do Algarve como destino turístico e Indicador 9 - valorização do destino turístico do Algarve, não permitiram retirar conclusões definitivas, dada a não representatividade da amostra. Contudo, os resultados foram muito úteis para identificar alguns aspectos mais positivos e outros mais preocupantes, que merecem alguma reflexão por parte dos decisores políticos e privados. Os resultados compilados para o ano de 2008 são uma boa plataforma de referência, que permitirá perceber melhor a dinâmica de evolução dos indicadores posteriores.

O Indicador 8 - motivação da escolha do Algarve como destino turístico realça que os atributos mais valorizados pelos turistas que procuraram a região são o sol e a praia, a natureza e a paisagem e a gastronomia, confirmando a percepção geral de que estes são pontos fortes da região. Os atributos saúde e tratamento de beleza e acontecimentos e prática desportiva são, em contrapartida, valorizados por um número bastante reduzido de turistas. Esta análise é agravada, se tivermos em conta apenas os turistas inquiridos durante o Verão. Este ponto de partida deve merecer reflexão uma vez que a implementação do PROT Algarve poderá permitir diversificar a procura turística, captando turistas que valorizem estes atributos. Em análises futuras será visto como um sinal de eficácia das medidas de política adoptadas, se as percepções dos turistas em relação a estes atributos melhorarem.

No que se refere às intervenções públicas que tenham em vista valorizar o atributo da prática de actividades desportivas na região, o enfoque deverá ser dado a acções direccionadas para os turistas holandeses, alemães e ingleses, uma vez que são estes turistas que têm uma representatividade, acima da média, na procura do destino turístico Algarve para a prática do golfe. Na época de Verão destacam-se os turistas alemães e ingleses na procura turística associada àquela modalidade.

É igualmente digno de nota que os turistas que não estão pela primeira vez no Algarve têm mais expectativas sobre qualquer um dos atributos da região. Embora interessante, este resultado é um resultado estatístico enviesado, visto que existe uma evidente correlação entre os turistas que regressam e a apreciação que fazem do destino turístico. Neste caso, torna-se de extrema importância aferir o grau de satisfação que os turistas usufruem durante a sua permanência.

É ainda de salientar que, numa perspectiva de diversificação dos atributos da região que conduzam a uma diversificação do produto turístico, a vertente acontecimentos e prática desportiva terá ainda de ser explorada e desenvolvida. Nesta vertente, a intervenção que resultar do PROT Algarve será determinante, estimulando a criação de actividades desportivas alternativas que sirvam de motivação para a procura do destino turístico Algarve baseado noutras vertentes que não só a disponibilidade de sol e praia.

A análise do Indicador 9 - valorização do destino turístico do Algarve permite confirmar que a variável mais emblemática da experiência Algarve está relacionada com a existência de praias.

Quando se avalia a relevância dada ao atributo gastronomia, à saída do Algarve, há 20% e 19% de turistas a dar a classificação máxima ao serviço de comida e bebida, quando à chegada, só 12% e 11% dos inquiridos atribuíram semelhante classificação ao atributo gastronomia, respectivamente durante o Verão e ao longo do ano. Tais valores reforçam a ideia da qualidade gastronómica da região e devem ser considerados como factores muito importantes nas orientações de política de identidade territorial. A criação de uma estrutura de divulgação e marketing da gastronomia junto dos organismos de turismo regionais (Região de Turismo – na falta das Câmaras de Comercio e Industria, ou AHETA) é fundamental.

Há, no entanto, indicadores para os quais a apreciação geral dos turistas é bastante depreciativa, tais como a segurança rodoviária, os serviços de transporte urbano e os serviços de táxis. A intervenção pública ao nível do ordenamento do território, a implementar através da persecução do PROT Algarve, deverá permitir melhorar a apreciação destes serviços pelos turistas. De repetir, que a apreciação externa não deixa margem para dúvidas de que a região tem que repensar o sistema de transportes públicos.

Embora a impressão geral sobre o desenho urbanístico e os monumentos seja positiva, quer seja feita pelos turistas de Verão, quer pelos de Inverno, quando comparada com a valorização do atributo cidades e monumentos, as expectativas à entrada eram inferiores às apreciações à saída. Também a apreciação dos turistas sobre o valor património paisagístico é igualmente bastante positiva. É interessante notar que, embora a apreciação geral seja positiva, neste caso, a apreciação à saída do Algarve é inferior às correspondentes expectativas à entrada decorrentes do atributo paisagem. A situação é semelhante, no que se refere à apreciação sobre os parques naturais da região.

Sugere-se que estes valores sejam reforçados tendo em conta o “desenvolvimento de Redes Regionais de Valorização do Património, através da implementação de circuitos temáticos de base regional” (página 44 do Plano).

Grande parte dos resultados obtidos pelo último indicador alertam ainda para a necessidade de um reforço da preocupação ao nível do planeamento urbano e o território que merece uma muito má apreciação por 6% dos turistas inquiridos durante o Verão, decrescendo para 5% quando considerados a totalidade dos inquiridos.

A apreciação geral que os turistas fazem sobre a limpeza urbana é positiva, embora a apreciação muito favorável seja relativamente menos indicada pelos turistas inquiridos no Verão.

Os serviços de saúde prestados aos turistas é uma das maiores fragilidades para o turismo da região, se considerarmos que apenas 22% dos inquiridos se manifestaram com uma boa apreciação, descendo para os 21% quando o universo inclui apenas os turistas de Verão, sendo ainda de realçar que nenhum atribuiu, a este serviço, a classificação de 10 (ver Gráfico 53). Paralelamente, 8% dos turistas alvo de inquérito classificou mesmo o serviço de saúde como sendo muito mau.

Na vertente sobre a qualidade dos serviços de transporte público a apreciação dos turistas inquiridos não é genericamente muito favorável, uma vez que apenas 28% dos turistas inquiridos tinha uma opinião positiva. Essa opinião é ligeiramente melhor nos turistas de Verão. Em oposição, 13% dos inquiridos evidenciou uma apreciação extremamente negativa daqueles serviços, subindo para 16% entre os turistas que procuraram a região durante os meses de Julho e Agosto (ver Gráfico 56).

Nitidamente, esta é uma das grandes fragilidades da região, com impacto na satisfação global do turista que procura o Algarve, sendo por isso uma área muito importante a privilegiar na intervenção pública.

Outra das áreas cuja apreciação por parte dos turistas não é favorável, é o serviço de táxis. De facto, conforme se pode observar pelo Gráfico 57, 28% dos inquiridos tipificam o serviço como muito insatisfatório (classificação 3 ou menos). Esta avaliação negativa cresce para os 33% quando se considera apenas o turismo de Verão. Apenas 19% dos turistas inquiridos consideram o serviço de táxis bastante bom.

As praias, por sua vez, só merecem uma classificação muito negativa para 2% dos turistas alemães. Mais de um quarto dos turistas belgas e irlandeses mostraram-se bastante desagradados com os serviços de saúde. Preocupante é igualmente a classificação muito negativa dada pelos turistas irlandeses (8,7%), holandeses (8,1%) e belgas (6,7%) no que se refere à sua segurança. Dado que a informação obtida para estas nacionalidades é estatisticamente relevante, será necessário perceber o que causa o sentimento de insegurança nos turistas destas origens e actuar para que estas percepções sejam alteradas, permitindo, em próximos relatórios do PROT Algarve, encontrar registos menos negativos.

Analisando as apreciações dos turistas, segundo o seu país de origem, constata-se que os turistas belgas são os mais críticos na apreciação que fazem da região, nomeadamente das variáveis desenho urbanístico e monumentos, planeamento urbano e território, serviços de bebida e comida, entretenimento cultural, serviços de saúde, segurança rodoviária, serviços de transporte urbano e serviços de táxi. Em contraponto, os turistas alemães e ingleses são os que menos penalizam a apreciação daquelas variáveis.

De facto, os turistas alemães e ingleses são os que indicam que o impacto da experiência vivida no Algarve é superior. A estes acrescem os turistas irlandeses e italianos. Importa garantir para o futuro que o índice de impacto melhore na globalidade dos países de origem dos turistas. As intervenções a desenvolver no âmbito do PROT Algarve deverão ter esse efeito, o qual será possível monitorizar em próximos relatórios.

Embora a experiência de visitar o Algarve se traduza num nível geral elevado de satisfação, há um número muito significativo (53% na globalidade e 56% no Verão) de turistas que afirma que a vivência apenas se ajustou às expectativas, não as superando. Isto significa que haverá margem para desenvolver, na região, actividades que surpreendam.

Aproximadamente três quartos dos turistas inquiridos indicaram a intenção de sugerir a região a outros, o que é um valor bastante positivo, embora só pouco mais de metade tenha intenção de repetir a experiência de visitar o Algarve.

5. PROPOSTA DE TRABALHOS FUTUROS A DESENVOLVER

Ao nível da recolha de informação:

Um factor de análise que deverá ser tomado em conta nos futuros relatórios é a monitorização da capacidade hídrica das bacias hidrográficas do Algarve, bem assim como dos lençóis freáticos existentes e que poderão libertar uma parte da pressão exercida pela tendência esperada para a seca, acentuada por eventuais aumentos dos consumos.

Interessa recorrer a dados que permitam entender melhor os destinos dados aos consumos de água.

Por outro lado, a elaboração deste relatório sugere ainda a extensão da desagregação de todos os índices ao nível dos municípios para que seja possível uma análise comparativa dos mesmos.

Métodos de análise:

A estratificação dos inquéritos por tipos de segmentos turísticos poderá aferir melhor o comportamento e as tendências evolutivas do sector turístico na região.

Para além destas sugestões metodológicas, torna-se claro que o ordenamento do território não só é uma falha no processo de desenvolvimento sustentável da região, como também afecta directamente as percepções dos turistas. Assim, convém aprofundar formas capazes de efectivar as acções previstas no PROT, sendo para tal necessários cruzamentos de indicadores a fim de se conseguir localizar exactamente as áreas do território que mais urgentemente precisam de intervenção. Este processo apela a metodologias SIG, ainda não utilizadas neste primeiro relatório anual, bem assim como análises mais profundas, a fazer com base em mapeamentos e simulações de crescimento urbano.

Acompanhamento específico de sectores fundamentais:

A fim de perspectivar os comportamentos futuros da região em termos energéticos, interessa comparar o consumo de combustível ao das restantes fontes de energia, e integrar aqueles consumos na evolução da política de transportes, para a qual deverá ser designado um indicador específico (acesso aos comboios, por exemplo).

O binómio edificado – reconstruído deverá ser analisado a fim de que seja possível indiciar a real importância atribuída às intervenções dos municípios e actuação pública, no sentido de privilegiar ou não a nova construção em detrimento da recuperação urbanística - fenómeno que a intervenção resultante do PROT Algarve deverá permitir corrigir.

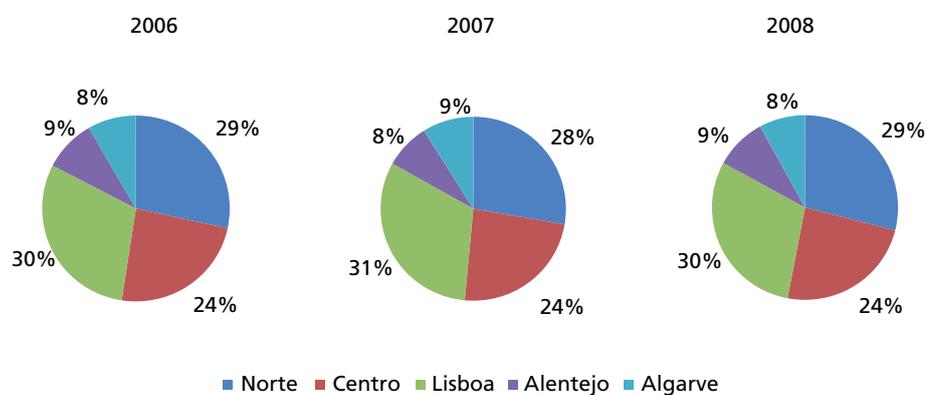
Os transportes públicos carecem de uma monitorização detalhada em termos de desagregação por tipos de transporte e fluxos de passageiros, a fim de ser possível avaliar a real eficácia das acções do PROT, também através do acompanhamento evolutivo da apreciação dos turistas. Tal deve ser feito indo de encontro a dois dos objectivos operativos definidos no PROT Algarve: melhorar o desempenho – tempos de percurso – e as condições de segurança, em geral, e reduzir as acessibilidades marginais ao longo das principais vias rodoviárias estruturantes, como forma de aumentar a sua fluidez e reduzir os níveis de sinistralidade” (página 49).

Ao nível da identidade territorial, as futuras monitorizações deverão ainda contemplar as diversas intervenções em um impacto positivo sobre a apreciação do planeamento urbano e território, evidenciado pelos turistas. Relatórios futuros de acompanhamento e monitorização do Plano permitirão avaliar a eficácia das intervenções ao nível da melhoria da imagem da região para o exterior, incluindo a sua gastronomia e a divulgação dos seus usos e costumes.

Nenhum dos indicadores aqui apontados analisou a questão da distribuição e gestão dos cuidados de saúde pelo território. Será necessário complementar a lista de indicadores com um mapa que afira a localização e a funcionalidade dos cuidados públicos de saúde prestados à população localizada nos diferentes pontos da região.

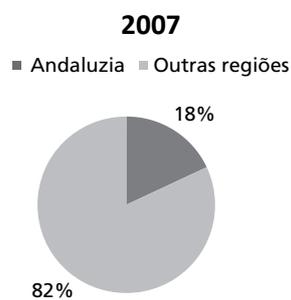
ANEXO 1

Gráfico 1: Água distribuída pela rede pública em Portugal Continental



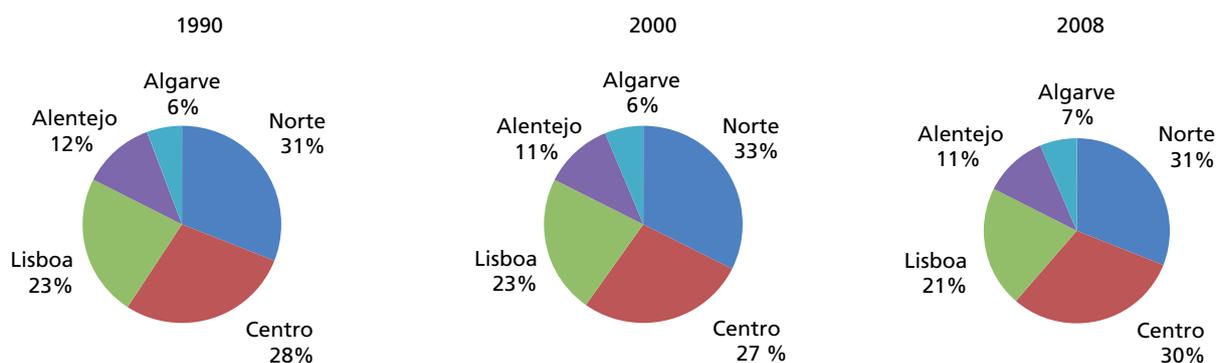
Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P

Gráfico 2: Água distribuída pela rede pública em Espanha



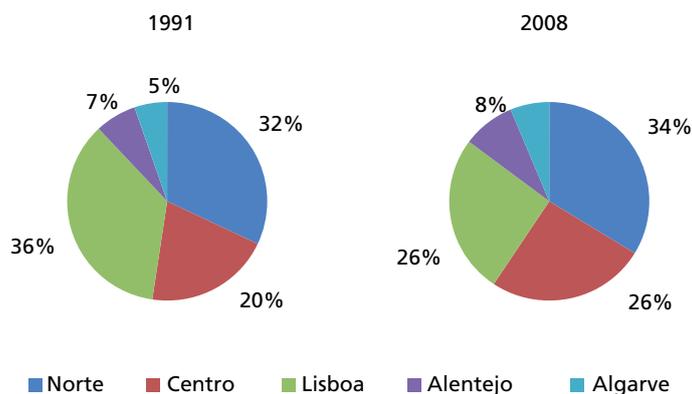
Fonte: Encuesta sobre el suministro y saneamiento del agua 2007

Gráfico 3: Distribuição da área urbana de Portugal Continental



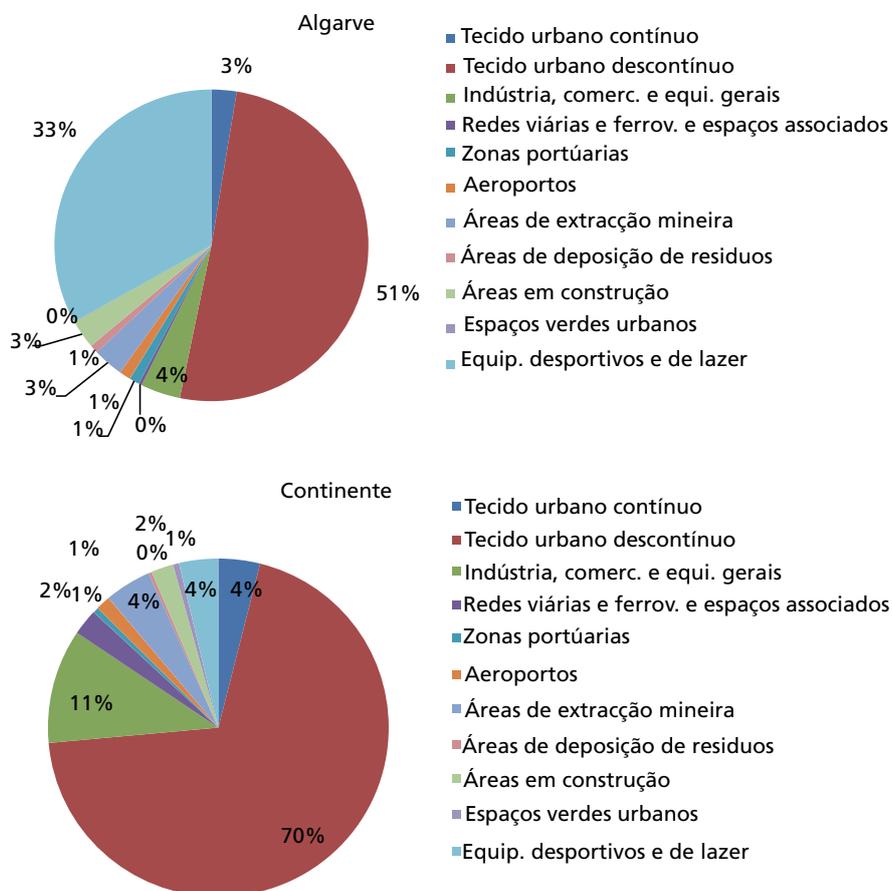
Fontes: Corine Land Cover – CCDR Algarve e Cálculos próprios

Gráfico 4: Distribuição do parque habitacional de Portugal Continental



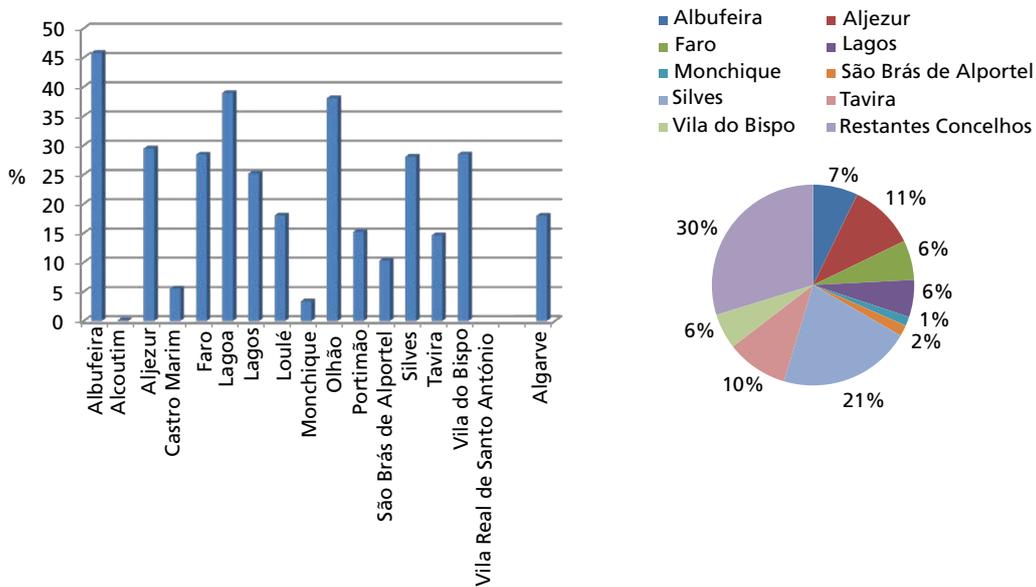
Fontes: Anuário Estatístico do Algarve - INE e Cálculos próprios

Gráfico 5: Repartição dos territórios artificializados, em 2006



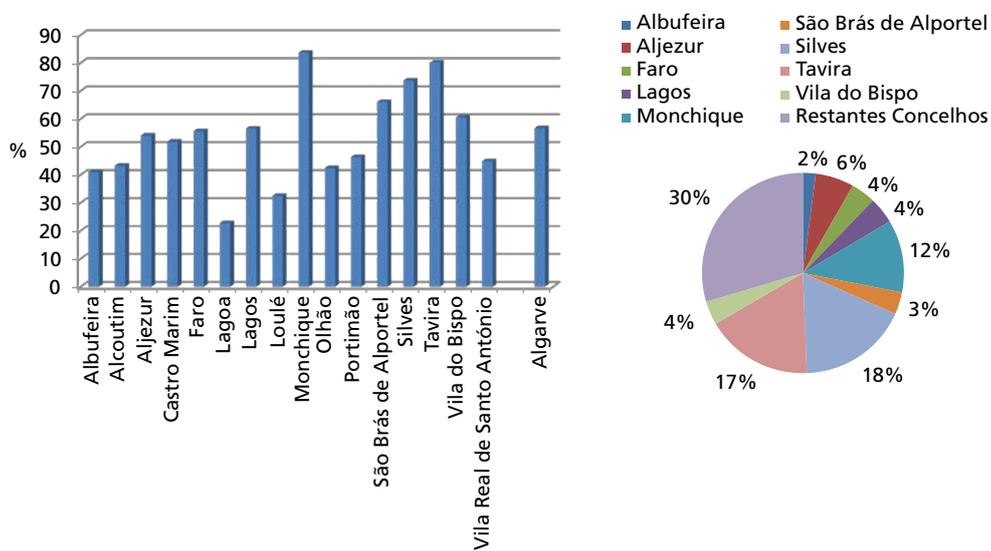
Fonte: Corine Land Cover – CCDR Algarve e Cálculos próprios

Gráfico 6: Percentagem de solo classificado como RAN, na região do Algarve



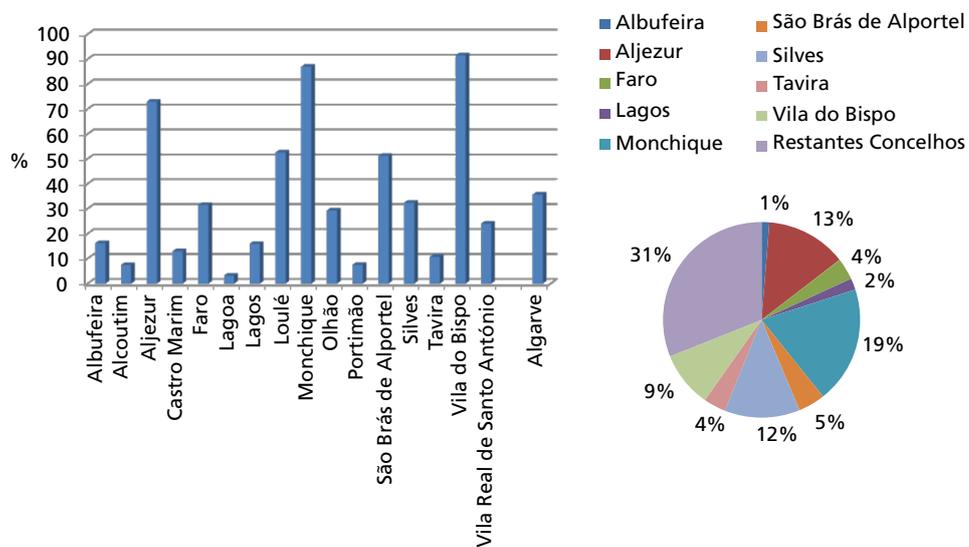
Fonte: CAOP e SIG CCDR Algarve

Gráfico 7: Percentagem de solo classificado como REN, na região do Algarve



Fonte: CAOP e SIG CCDR Algarve

Gráfico 8: Percentagem de solo classificado como Rede Natura, na região do Algarve



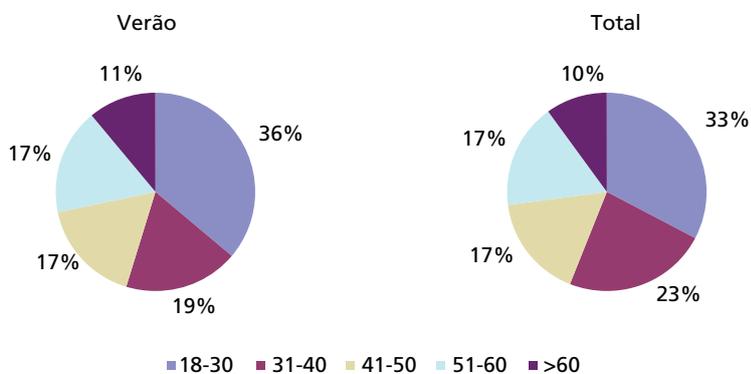
Fonte: CAOP e SIG CCDR Algarve

Gráfico 9: Distribuição dos inquiridos segundo o género



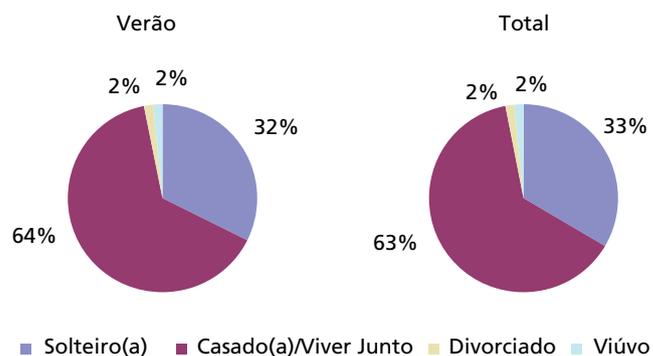
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 10: Distribuição dos inquiridos segundo a idade



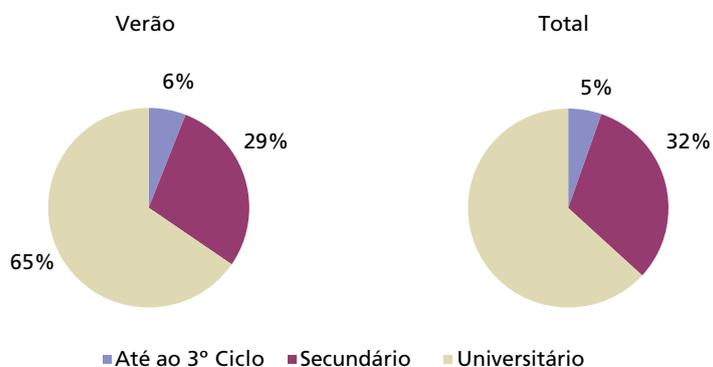
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 11: Distribuição dos inquiridos segundo o estado civil



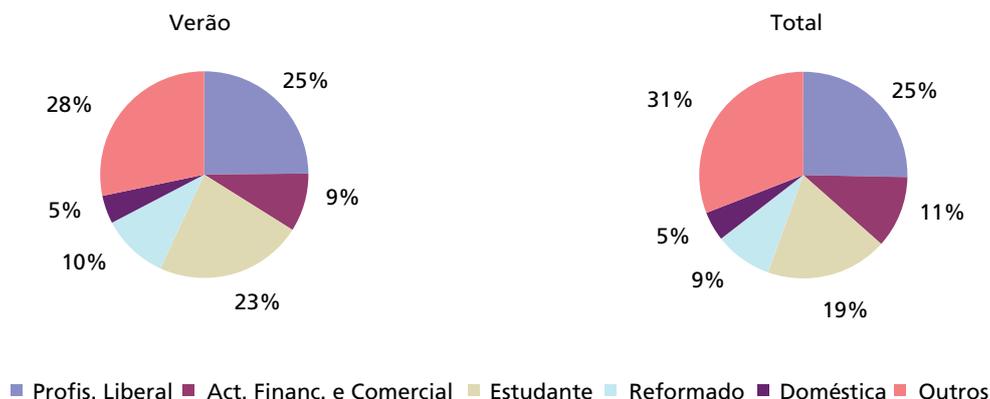
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 12: Distribuição dos inquiridos segundo as habilitações académicas



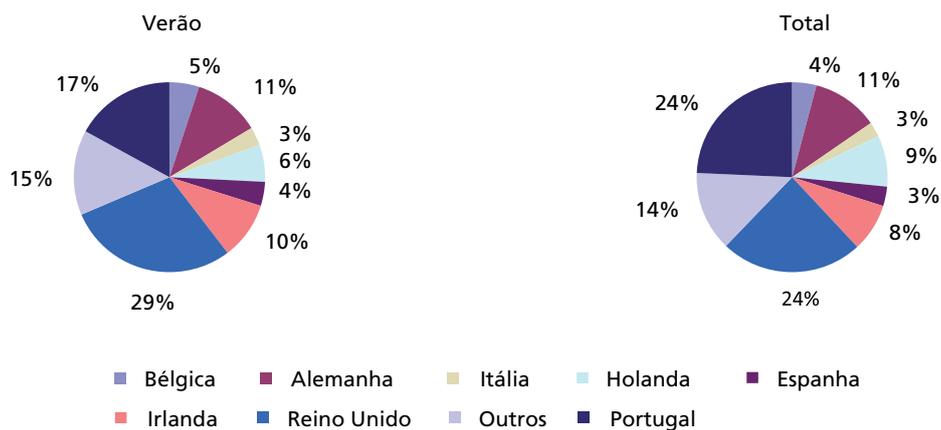
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 13: Distribuição dos inquiridos segundo a situação profissional



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 14: Distribuição dos inquiridos segundo o país de origem



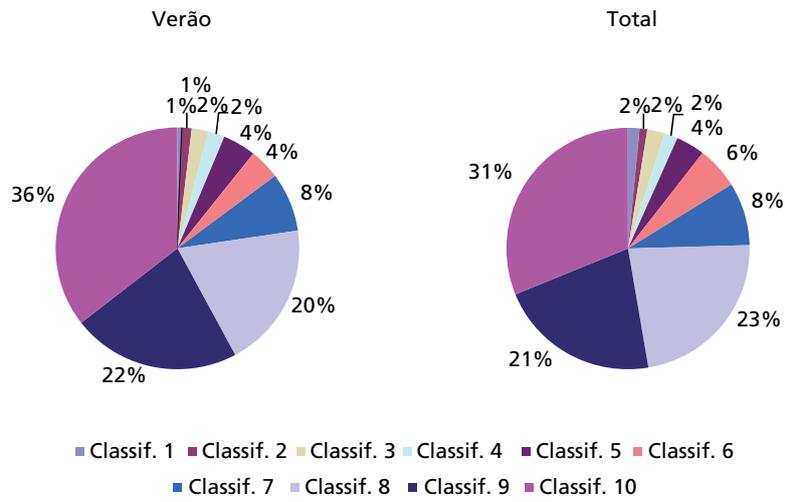
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 15: Distribuição dos inquiridos segundo o principal motivo para a escolha do Algarve



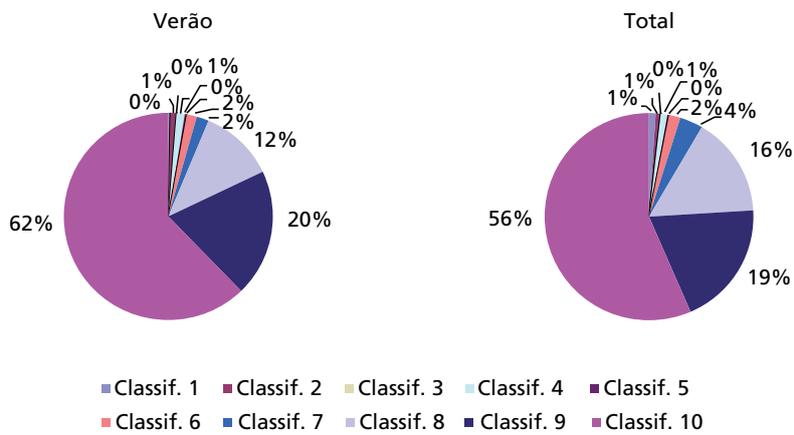
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 16: Distribuição da valorização dos atributos natureza e paisagem



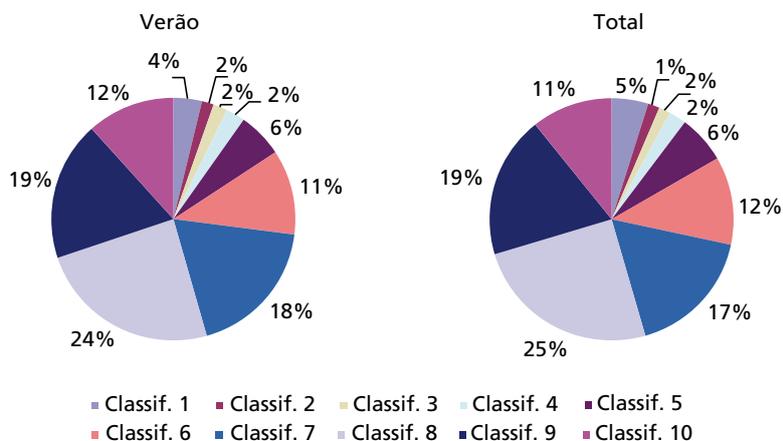
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 17: Distribuição da valorização dos atributos sol e praia



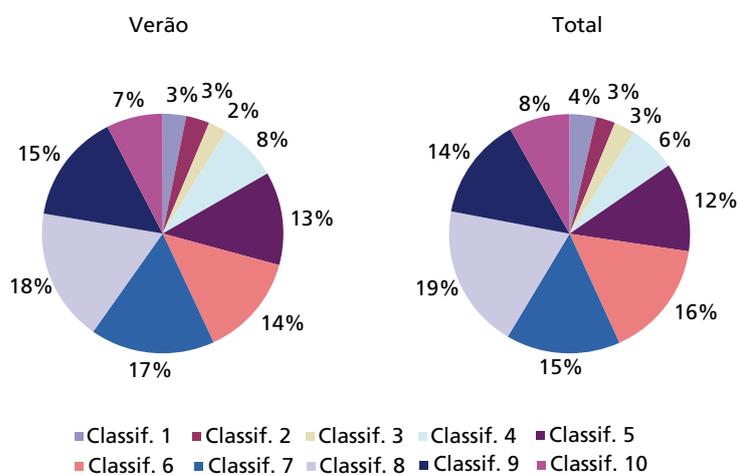
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 18: Distribuição da valorização do atributo gastronomia



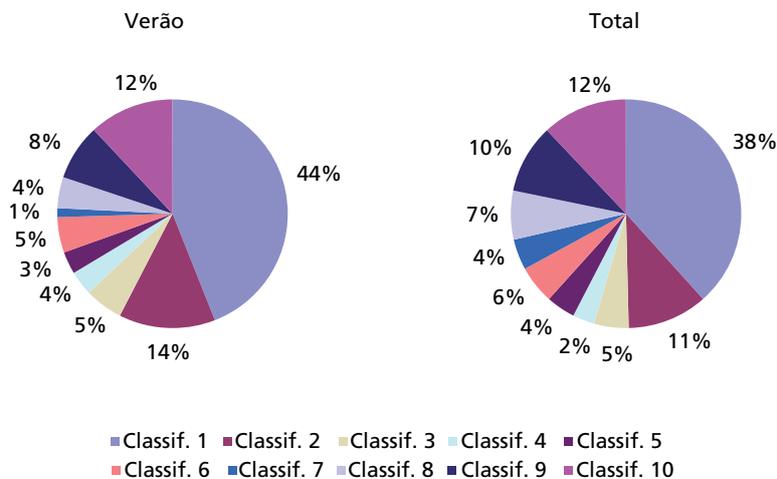
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 19: Distribuição da valorização dos atributos cidades e monumentos



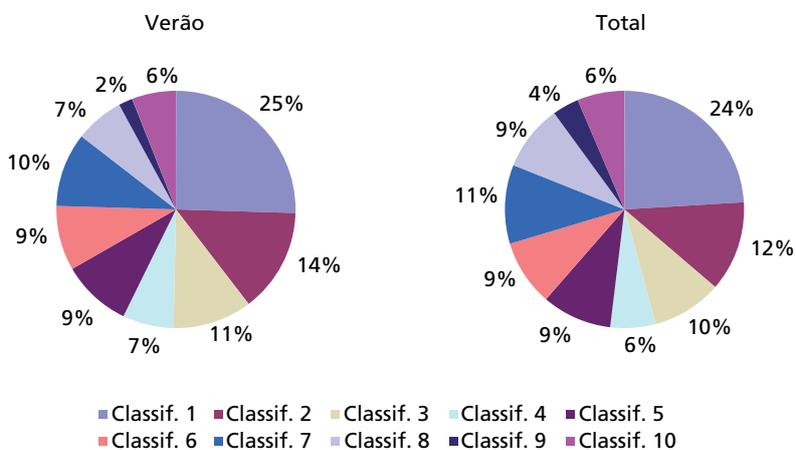
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 20: Distribuição da valorização dos atributos amigos e familiares



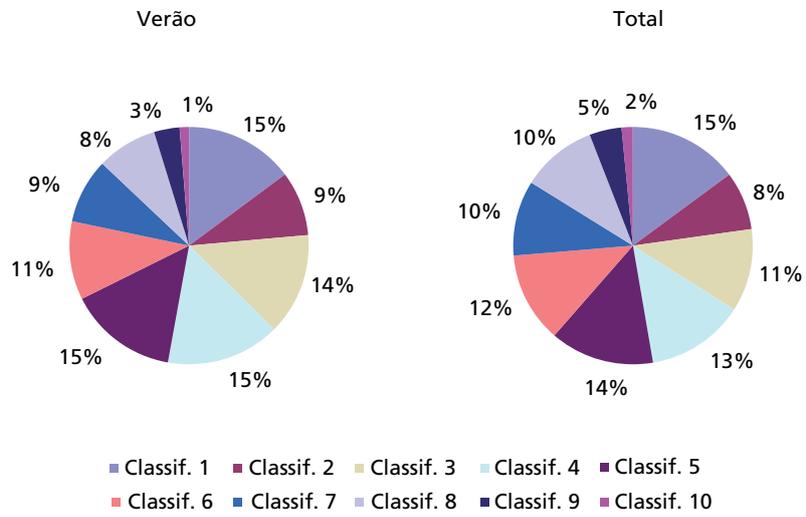
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 21: Distribuição da valorização dos atributos acontecimentos e prática desportiva



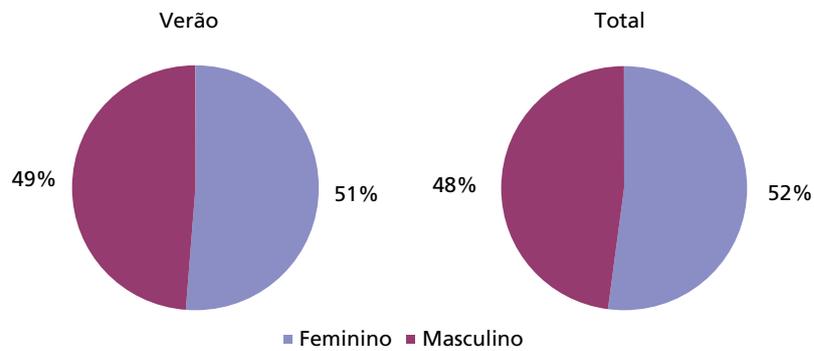
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 22: Distribuição da valorização dos atributos saúde e tratamento de beleza



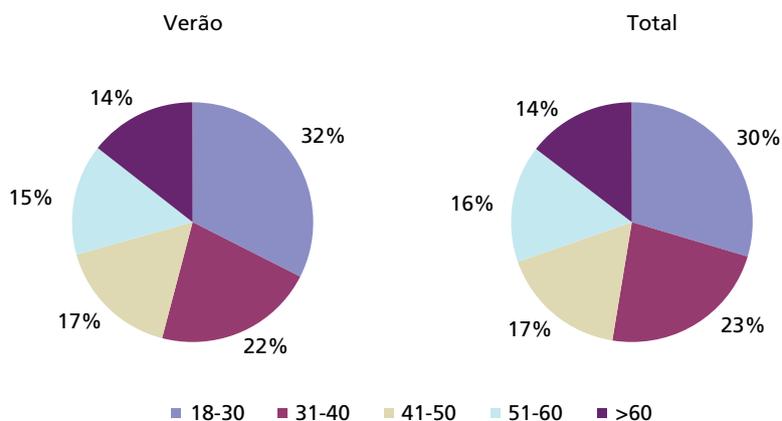
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 23: Distribuição dos inquiridos segundo o género



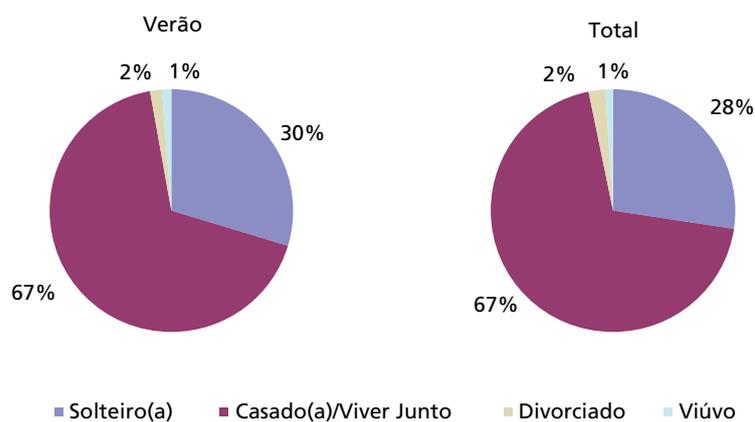
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 24: Distribuição dos inquiridos segundo a idade



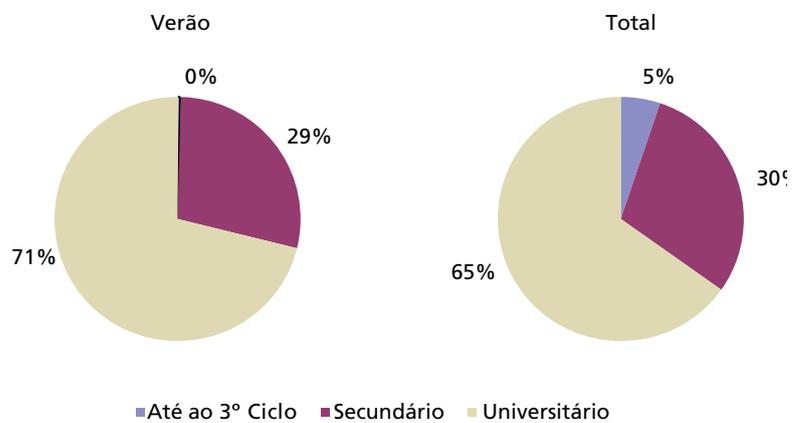
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 25: Distribuição dos inquiridos segundo o estado civil



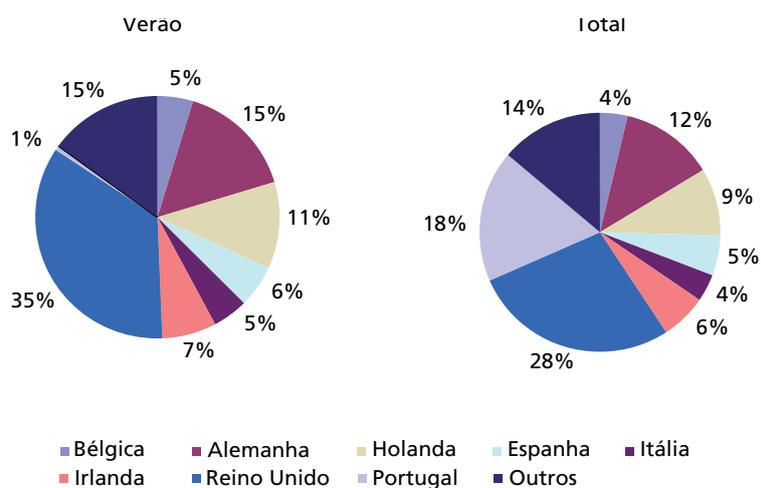
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 26: Distribuição dos inquiridos segundo as habilitações académicas



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 27: Distribuição dos inquiridos segundo o país de origem



Fonte: Elaboração própria

BIBLIOGRAFIA

- Anuários Estatísticos das Regiões 2008*, edição 2009.
- BPI, *Crédito à Habitação*, disponível em: <http://www.bancobpi.pt/pagina.asp>.
- CAOP e SIG CCDR Algarve.
- CCDR Algarve, 2004.
- CCDR Algarve, *Corine Land Cover*.
- DGGE, Direcção Geral de Energia e Geologia.
- ES, *Censos de Población y Viviendas 1991 y 2001*;
- ES, *Encuesta sobre el suministro y saneamiento del agua 2007*.
- Estatísticas da Construção e da Habitação – 2008*.
- Estimaciones de la Población Actual de España*.
- INE, *Anuário Estatístico da Região do Algarve 2003*.
- INE, *Anuário Estatístico da Região do Algarve 2004*.
- INE, *Anuário Estatístico da Região do Algarve 2005*.
- INE, *Anuário Estatístico da Região do Algarve 2006*.
- INE, *Anuário Estatístico da Região do Algarve 2007*.
- INE, *Anuário Estatístico da Região do Algarve 2008*.
- INE, *Anuário Estatístico de Portugal*.
- INE, *Anuário Estatístico do Algarve*.
- INE, *Estatísticas Demográficas*.
- INE, *Estimativas Provisórias de População Residente*.
- INE, Inquérito à avaliação bancária da habitação, quadros associados aos “Destaques” sobre tema.
- INE, *Instituto Nacional de Estatística*, 2009.
- INE, *Rec. População e Habitação 1991*.
- Instituto da Água, I.P. *Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais*.
- Ministerio de Vivienda, *2002 a 2008: Estimación del parque de viviendas*.
- Quadros associados à publicação *Anuário Estatístico de Portugal 2006*, edição 2007.
- Quadros associados à publicação *Anuário Estatístico de Portugal 2007*, edição 2008.
- Quadros associados à publicação *Estatísticas do Ambiente 2007*, edição 2008.
- WTTC, World Trade and Tourism Council, *The Algarve: The Impact of Travel and Tourism on Jobs and the Economy*. <http://www.destmark.cz/pdf/lisabon.pdf>.

